

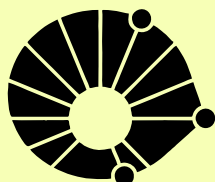
Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

Julho/Agosto/93

V. 1 N°1

ISSN 0104-6276



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIAO PUBLICA

Universidade Estadual de Campinas

UNICAMP

Reitor: Carlos Vogt

Coordenador Geral da Universidade:

José Martins Filho

Pró- Reitor de Desenvolvimento Universitário:

Carlos Eduardo do Nascimento Gonçalves

CENTRO DE ESTUDOS DE OPINIÃO PÚBLICA

CESOP

Conselho Orientador

Presidente: Bolívar Lamounier (IDESP/ PUC-SP)

Vice- presidente: Plínio Dentzien (IFCH- UNICAMP)

Conselheiros: Antônio Flávio Pierucci (FFLCH- USP), Carlos Eduardo Meirelles Matheus (Gallup), Gustavo Venturi (Datafolha), José Álvaro Moisés (FFLCH- USP/CEDEC), José Ferreira de Carvalho (IMECC- UNICAMP), Márcia Cavallari Nunes (IBOPE), Marcus Figueiredo (IUPERJ), Ney Lima Figueiredo (CEPAC), Örjan Olsén (CBPA), Rachel Meneguello (IFCH- UNICAMP), Salvador Sandoval (FE- UNICAMP), Vilmar E. Faria (IFCH- UNICAMP).

Comitê Técnico-Científico

José Ferreira de Carvalho

Plínio Dentzien

Vilmar E. Faria

Equipe Técnica

Coordenação: Rachel Meneguello

Pesquisadores: Maria Teresa Gonzaga Alves, Olavo Henrique Furtado, Paula Vanina Cencig

Estagiário: Edilson da Silva Pedro

Secretária Geral: Fátima de Lourdes Dias

OPINIÃO PÚBLICA

Conselho Editorial: Amaury de Souza, Antônio Lavareda, Carlos Vogt, Charles Pessanha, Fábio Wanderley Reis, Hélgio Trindade, Juarez Rubens Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues, Lúcia Avelar, Nelly de Camargo, Nelson do Valle e Silva, Ruy Martins Altenfelder Silva.

Produção: Equipe Técnica do CESOP

Impressão e acabamento: Gráfica Central da UNICAMP

Centro de Estudos de Opinião Pública

Universidade Estadual de Campinas

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal: 6110

Campinas - São Paulo

13081-970

Tel: (55-192)39-7093

Fax: (55-192)393327 - (55-192)394309

Internet: CESOP@CCVAX.UNICAMP.BR

Bitnet: CESOP@BRUC.BITNET

Opinião Pública é uma publicação do CESOP e está aberta a propostas de artigos e colaborações que deverão ser submetidas ao Conselho Editorial.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores, não expressando a opinião dos membros do Conselho Editorial ou dos órgãos que compõem o CESOP.

Julho/Agosto de 1993

Publicação do CESOP

OPINIÃO PÚBLICA

ANO I Julho/Agosto 93 Nº 1

SUMÁRIO

	Pág.
Os Plebiscitos de 1963 e 1993 e a Participação Eleitoral Marcus Figueiredo	3
Democratização em Perspectiva Global Ronald Inglehart	9
<i>TENDÊNCIAS</i> Encarte de Dados de Opinião Pública	<i>centro</i>
Representação Política e Democracia José Álvaro Moisés e Gustavo Venturi	43



CESOP
CENTRO
DE ESTUDOS
DE OPINIÃO PÚBLICA

Os plebiscitos de 1963 e 1993 e a participação eleitoral

Marcus Figueiredo

Instituto Universitário de Pesquisas
do Rio de Janeiro

Resumo

O autor analisa os resultados dos Plebiscitos de 1963 e 1993 para o sistema de governo no Brasil e mostra as diferenças de envolvimento político do eleitorado nas duas situações.

Palavras-chave: Plebiscito, presidencialismo, parlamentarismo, envolvimento político

Abstract

The author analyses the results of the Brazilian Plebiscites for the system of government in 1963 e 1993 and shows the differences related to political involvement of the electorates in the two occasions.

Keywords: plebiscite, presidentialism, parliamentarism, political involvement

Apresentação

Em abril passado tivemos o duplo plebiscito sobre a forma e o sistema de governo. Ganharam por larga maioria a república e o presidencialismo. A origem desse plebiscito, como sabemos, foi um amplo acordo parlamentar nos momentos finais da elaboração da Constituição de 1988.

Entre a decisão dos constituintes de convocar este plebiscito e a sua realização. O país passou por duas eleições e por um longo período de turbulência política que culminou com o impeachment do presidente Collor.

Foi também convocado para decidir por plebiscito se o sistema de governo deveria continuar a ser o parlamentarista ou se deveria retomar ao presidencialismo, interrompido em 1961. Naquela época o país também vivia um período de grande turbulência política.

Se conjunturas e processos políticos mais amplos têm alguma influência no comportamento eleitoral, então deve valer a pena compararmos esses dois episódios da nossa história político-eleitoral.

Neste pequeno artigo não vou analisar por que nos dois plebiscitos ganhou a opção pelo presidencialismo, o que demandaria muito mais espaço. Quero apenas chamar a atenção para alguns fatos a partir da comparação entre eles. Estes fatos, com certeza, vão deixar sociólogos e cientistas políticos intrigados, como eu fiquei, apesar de termos tantas teorias explicativas do comportamento eleitoral à nossa disposição.

As conjunturas de 1963 e 1993 e os resultados

O plebiscito de janeiro de 1963 foi convocado durante o grande acordo político que, em 1961, abortou a tentativa de golpe militar contra a posse do vice-presidente João Goulart, que assumiria a presidência devido à renúncia de Jânio Quadros.

Nesse acordo, a forma encontrada para superar o impasse político foi a implementação de um governo parlamentarista tendo Jango como presidente, mas com funções restritas a chefe de Estado.

Embora a solução parlamentarista tenha, por um lado, superado a crise político-militar, por outro lado, ela não alterou os planos de todos os principais líderes políticos da época. Jango, por razões óbvias, queria ver restaurados seus poderes presidenciais. Outros, como Juscelino Kubistchek, Leonel Brizola e Carlos Lacerda, aspiravam concorrer à presidência nas eleições de 1965.

Além desta vontade política das lideranças, a campanha pelo “não” à continuidade do parlamentarismo tinha embutida a mensagem do restabelecimento dos poderes usurpados de Jango pelo acordo de 1961. Com esta conjuntura inteiramente favorável não foi surpresa a vitória do presidencialismo.

A situação política que envolve o plebiscito de 1993, no entanto, era inteira-

mente diferente. Primeiro, os constituintes de 1988, sem qualquer tipo de pressão política ou militar, resolveram transferir para a população a decisão sobre o sistema de governo que o país deveria adotar. Fizeram-no simplesmente porque quiseram. Segundo, o movimento pelo parlamentarismo, dentro e fora da constituinte e principalmente durante o episódio Collor, foi um movimento afirmativo, fruto da vontade política de uma parcela ponderável das lideranças políticas. Finalmente, a campanha de 1993 foi uma disputa de idéias políticas sobre formas e sistemas de governo e não apenas uma campanha entre o “sim” e o “não”, entre devolver ou não os poderes presidenciais tirados de alguém.

Em momentos políticos tão diferentes, os plebiscitos tiveram os seguintes resultados:

Tabela 1

	1963 %	1993 %
Presidencialismo	76,9	55,4
Parlamentarismo	16,9	24,6
Em branco/ nulos	6,2	20,0
Abstenções	33,8	25,8
Total	100,0	100,0

Como disse na apresentação, este não é o momento de tentar desvendar o por quê desses resultados, o que demandaria análises mais robustas, mas o de levantar algumas questões interessantes.

A clareza da expressão do eleitorado de 1963 reflete a natureza da campanha pelo “não”, onde o eleitorado respondeu com firmeza o apelo ao fim do golpe branco sobre o presidente João Goulart.

Em 1993, a opção pelo presidencialismo diminuiu em 21%. Entretanto, a opção pelo parlamentarismo não cresceu na mesma proporção. Ademais, pelas pesquisas de opinião divulgadas em 1992 e 1993, observamos que a opção pelo parlamentarismo chegou a cativar a maioria relativa do eleitorado, mas após o episódio Collor e principalmente durante os dois meses de campanha publicitária, perdeu adeptos.

O que realmente chama a atenção de 1993, comparado com 1963, foi o enorme aumento de votos em branco e nulos. Não devemos aceitar a explicação fácil de que em 1963 a cédula era bem mais simples do que a usada em 1993. Isto implicaria em anular inteiramente a influência do processo político mais amplo na decisão de Goulart.

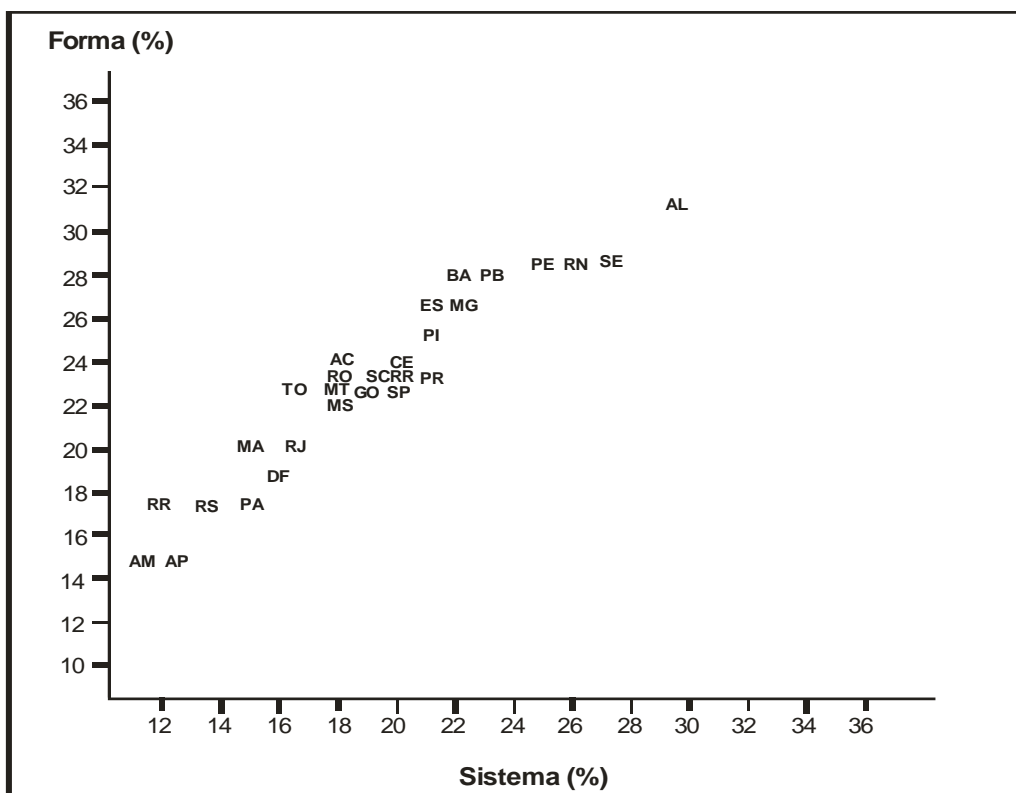
Talvez indiferença ou repulsa às questões postas pelos constituintes de 1988 sejam fonte de motivação mais convincente para justificar o comportamento desta

parcela, nada desprezível, do eleitorado. A nossa questão não é concordarmos com um ou outro motivo, mas encontrarmos uma resposta ao por quê em 1993 foi produzida tanta indiferença ou repulsa, contrariamente ao que ocorreu em 1963.

Afinal, decidir sobre sistemas de governo não é uma questão frívola e nem tão abstrata que exclua do debate 20% do eleitorado.

Para introduzir este problema apresento a seguir o Gráfico 1, onde temos a distribuição espacial dos estados segundo a proporção de votos em branco e nulos diante das opções pelas formas e sistemas de governo, no plebiscito de 1993:

Gráfico 1
Distribuição de votos em branco e nulos nas opções para forma e sistema de governo
Plebiscito de 1993



Por este gráfico fica claro que a “teoria da incompetência” do eleitor é pura ficção jornalística, pois, neste argumento, nada poderia justificar, por exemplo, serem os amazonenses ou amapaenses mais competentes do que os paulistas ou matogrossenses ou, ainda, que os alagoanos, campeões de votos em branco e nulos nesse plebiscito, sejam por isso os eleitores mais incompetentes do país!

Descartada esta interpretação, fica em aberto a resposta que explique o fenômeno descrito no Gráfico ,1.

Participação eleitoral em 1963 e 1993

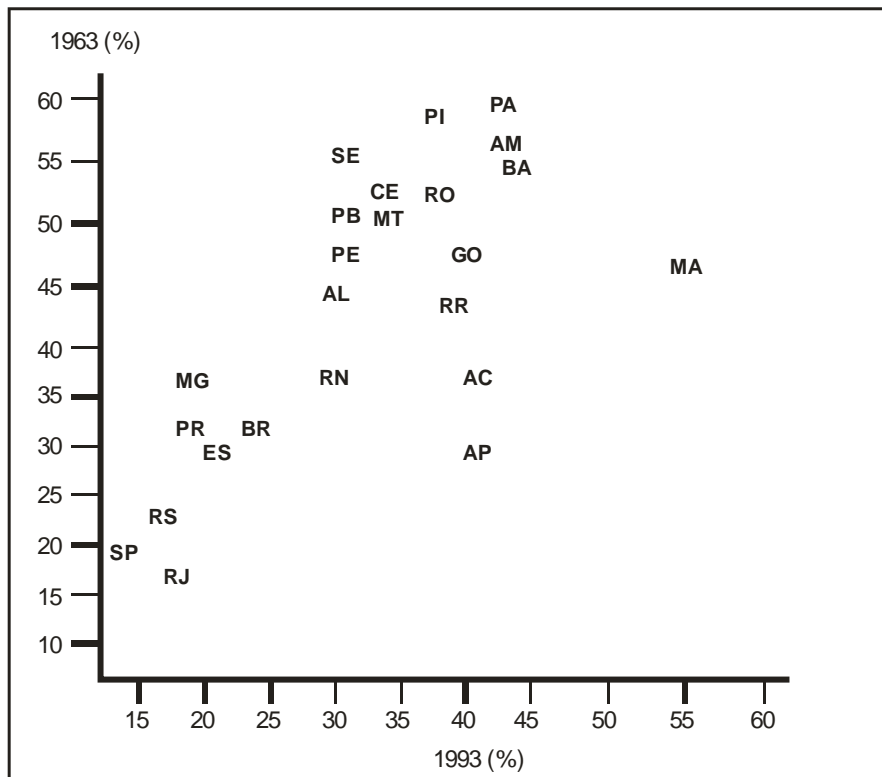
No plebiscito de 1993 a participação cresceu 8 pontos percentuais com relação ao Plebiscito de 1963.

Inicialmente esta observação mostra que o alarido que a imprensa fez sobre a “frustrante” participação do eleitorado nada mais foi que fruto de “análises” impressionistas sem o menor fundamento.

Entretanto, o incremento de 8% na participação eleitoral não é suficientemente grande para justificar qualquer teoria baseada na hipótese de ter havido um aumento no grau de consciência política do eleitorado. Vejamos este ponto.

Se após 30 anos de vida política ativa e extraordinárias mudanças sociais, o incremento de 8% na participação não é muito animador para algumas teorias, a explicação do fenômeno da participação eleitoral fica mais complicada ainda quando examinamos o Gráfico 2, a seguir:

Gráfico 2
Distribuição das abstenções nos plebiscitos de 1963 e 1993



Neste gráfico apresento a distribuição espacial dos estados segundo a proporção de abstenções que ocorreram nos plebiscitos de 1963 e 1993. Com a exceção dos 4 estados entre parênteses que tiveram mais abstenções em 1993, em todos os demais houve um pequeno incremento na participação.

Mas, o que realmente é extraordinário como fenômeno político eleitoral, é a altíssima correlação que o gráfico revela entre as taxas de participação em 1963 e 1993: os incrementos participacionistas ocorridos não alteraram em nada o padrão de participação eleitoral no Brasil, depois de 30 anos repletos de diferentes experiências políticas e muitas mudanças na estrutura social! E mais: estima-se que menos de 10% do atual eleitorado era também eleitor em 1963! Ou seja, apesar de tudo o que mudou no país, inclusive o eleitorado, vemos a repetição do mesmo fenômeno na participação eleitoral.

Diante deste fato resta-nos perguntar o que as nossas teorias de alienação eleitoral, cultura política, comportamento racional e as análises de conjunturas tem a dizer? Como ficam os argumentos sociológico-estruturalistas que apostam no desenvolvimento como pré-condição para a participação política? Afinal, o Pará, a Bahia, São Paulo e o Rio de Janeiro, por exemplo, não são os mesmos de 30 anos atrás. Apesar da crise desta década, os indicadores dos estados dão conta que eles se desenvolveram neste período, e isto, aparentemente não teve nenhum efeito sobre o padrão de participação dos seus respectivos eleitorados. O quê pode, afinal, explicar o fenômeno que o Gráfico 2 revela?

Finalmente, da comparação desses dois episódios eleitorais, sobre o mesmo tema, encontramos diferenças e semelhanças marcantes e intrigantes.

Em ambos, a opção pelo presidencialismo foi vitoriosa sendo no primeiro de forma mais clara do que no segundo. Num, o eleitorado revelou preferências políticas de forma bem clara, no outro, em 1993, 1/4 do eleitorado declarou-se indiferente. Em ambos, com 30 anos de intervalo entre eles, o padrão de participação foi, para todos os efeitos estatísticos, basicamente o mesmo.

Assim sendo, como explicar, simultaneamente, o fato desses “dois” eleitorados, com um intervalo de 30 anos, apresentarem padrões de participação eleitoral tão iguais e pautas de preferência política tão distintas sobre o mesmo problema?

Se a minha pergunta foi pertinente creio que temos um grande problema pela frente.

Tabela 2
Resultados dos plebiscitos presidencialismo x parlamentarismo
(%)

Estados	1963				1993			
	Presidencia- lismo	Parlamentaris- mo	Branco/ nulos	Absten- ções	Presidencia- lismo	Parlamentaris- mo	Branco / nulos	Absten- ções
RO	90,6	7,6	1,8	40,9	61,8	20,2	18,8	50,2
AC	77,9	16,5	5,1	37,4	64,2	17,5	18,3	43,1
AM	78,3	18,5	3,3	54,0	65,0	24,0	11,0	46,5
RR	90,5	7,6	1,8	40,9	69,1	18,5	12,4	41,7
PA	81,5	14,2	4,2	62,6	63,6	21,0	15,4	47,7
AP	91,9	6,6	1,5	30,7	68,0	21,3	10,7	43,6
MA	92,1	4,8	3,0	47,9	71,5	13,1	15,4	58,6
PI	87,0	10,0	3,0	55,2	66,7	11,3	22,0	39,5
CE	85,6	10,7	3,8	50,7	60,0	18,5	21,2	34,9
RN	89,6	6,7	3,7	37,6	59,3	14,2	26,5	31,7
PB	85,0	9,3	5,7	48,5	62,8	12,8	24,4	33,3
PE	86,3	7,4	6,3	47,8	56,9	17,4	25,7	31,9
AL	88,2	7,5	4,3	45,1	54,8	15,5	29,7	31,3
SE	90,9	5,5	3,6	52,0	58,0	15,3	26,7	32,7
BA	88,5	7,5	4,0	52,8	60,0	17,0	23,0	45,6
MG	71,7	21,8	6,5	37,7	54,5	22,7	22,8	22,3
ES	73,3	21,2	55,5	30,1	53,7	23,9	22,4	26,6
RJ	81,8	13,9	4,1	27,2	56,8	26,6	16,6	17,7
GB	73,3	21,7	5,0	12,6	*	*	*	*
SP	79,2	13,2	7,6	20,5	45,7	34,5	19,8	12,8
PR	71,2	22,0	6,8	34,1	57,6	21,8	20,6	21,7
SC	56,9	36,9	6,2	25,1	55,8	23,9	20,3	17,0
RS	64,2	26,9	8,9	21,7	65,2	21,2	13,6	15,5
MT	88,6	7,7	3,7	48,5	60,7	21,6	17,7	40,2
MS	*	*	*	*	58,2	23,9	17,9	25,6
GO	84,4	10,3	5,3	47,8	57,7	23,8	18,5	30,5
TO	*	*	*	*	68,0	15,3	16,7	56,1
DF	89,4	6,8	3,8	(1)	53,0	30,6	16,4	15,9
BR	76,9	16,9	6,2	33,8	55,4	24,6	20,0	25,8

(*) Estados que deixaram de existir (GB) ou foram criados (TO, MS).

(1) Não foi possível calcular as abstenções, pois, neste ano, os não inscritos mas residentes em Brasília puderam votar, tomando, por isso, o número de votos lidos maior do que o número de eleitores inscritos

Fontes; dados do Tribunal Superior Eleitoral.

Tabela 3
Resultados do plebiscito de 1993 sobre forma e sistema de governo
(%)

Estados	Presidencialismo	Parlamentarismo	Branco/ nulos	Monarquia	República	Branco/ nulos	Abstenções
RO	61,8	20,2	18,8	8,6	73,8	17,6	50,2
AC	64,2	17,5	18,3	8,4	67,1	24,5	43,1
AM	65,0	24,0	11,0	11,7	72,8	15,5	46,5
RR	69,1	18,5	12,4	11,4	64,6	24,0	41,7
PA	63,6	21,0	15,4	11,4	70,6	18,0	47,7
AP	68,0	21,3	10,7	9,5	76,1	14,7	43,6
MA	71,5	13,1	15,4	8,9	74,6	19,5	58,6
PI	66,7	11,3	22,0	5,1	68,9	26,0	39,5
CE	60,0	18,8	21,2	8,6	66,9	24,5	34,9
RN	59,3	14,2	26,5	6,0	63,6	30,4	31,7
PB	62,8	12,8	24,4	6,3	65,3	28,4	33,3
PE	56,9	17,4	25,7	7,7	61,9	30,4	31,9
AL	54,8	15,5	29,7	9,0	58,0	33,0	31,3
SE	58,0	15,3	26,7	8,0	62,0	30,0	32,7
BA	60,0	17,0	23,0	6,9	65,0	28,1	45,6
MG	54,5	22,7	22,8	9,3	63,6	27,1	22,3
ES	53,7	23,9	22,4	10,9	62,6	26,5	26,6
RJ	56,8	26,6	16,6	13,0	67,0	20,0	17,7
SP	45,7	34,5	19,8	12,8	64,3	22,9	12,8
PR	57,6	21,8	20,6	9,8	66,3	23,9	21,7
SC	55,8	23,9	20,3	11,0	65,3	23,7	17,0
RS	65,2	21,2	13,6	7,3	74,8	17,9	15,5
MT	60,7	21,6	17,7	10,6	66,7	22,7	40,2
MS	58,2	23,9	17,9	11,0	66,8	22,2	25,6
GO	57,7	23,8	18,5	10,0	67,0	23,0	30,5
TO	68,0	15,3	16,7	7,2	70,0	22,8	56,1
DF	53,0	30,6	16,4	9,1	72,0	18,9	15,9
BR	55,4	24,6	20,0	10,2	66,0	23,8	25,8

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Democratização em perspectiva global

Ronald Inglehart

Institute for Social Research
The University of Michigan

Resumo

Este artigo analisa o processo de democratização nas sociedades industriais e identifica aspectos da estabilidade democrática. Argumenta que a mobilização cognitiva, assim como fatores culturais são cruciais à democracia estável, e que a presença de valores pós-materialistas, bem-estar subjetivo e confiança são fortemente associados a ela. O vínculo entre desenvolvimento econômico e democracia estável existe porque o primeiro leva à cultura política pró-democrática.

Palavras-chave: democratização, valores materialistas e pós-materialistas, mobilização cognitiva, cultura política

Abstract

This article analyses the process of democratization in industrial societies and it identifies aspects of democratic stability. It argues that the cognitive mobilization and cultural factors are crucial to stable democracy, and that the presence of post-materialist values, subjective well-being and trust are strongly associated to it. The link between stable democracy and economic development exists because the first leads to a pro-democratic political culture.

Keywords: democratization, materialist and post-materialist values, cognitive mobilization, political culture

A evolução da sociedade industrial tem uma tendência a tornar mais prováveis as instituições políticas democráticas. Em parte porque o desenvolvimento econômico produz mudanças culturais que tornam os povos mais interessados na democracia, mais articulados e competentes nessa demanda, e ainda, mais capazes de defender as instituições democráticas quando estas existem.

Estas afirmações são polêmicas. O argumento de que o desenvolvimento econômico leva à democracia foi desenvolvido inicialmente por Lipset (1959), Rostow (1961), Dahl (1971) e outros, que apontaram como evidência uma forte relação estática entre desenvolvimento e democracia. Contudo, o argumento foi intensamente contestado e na maior parte dos últimos 15 anos amplamente rejeitado. De fato, os teóricos da dependência como O'Donnell (1978) argumentaram que os fatos apontam precisamente na direção oposta. Enfocando o fato de que nas décadas de 1960 e 1970, regimes democráticos foram substituídos por regimes *autoritários* em quatro dos países mais desenvolvidos da América Latina (Brasil, Argentina, Chile e Uruguai), O'Donnell concluiu que o desenvolvimento econômico levava na verdade a governos autoritários nas nações “periféricas” (ou seja, todos os países que não os capitalistas mais avançados). Desconsiderando a literatura anterior, os teóricos da dependência afirmavam ter destruído a “equação otimista” segundo a qual o desenvolvimento levava à democracia. O que ocorreu nas nações periféricas, argumentavam, era quase inteiramente determinado por forças externas, sobretudo pelo capitalismo internacional; e enquanto o capitalismo global persistisse, o desenvolvimento econômico apenas aprofundaria o autoritarismo na América Latina.

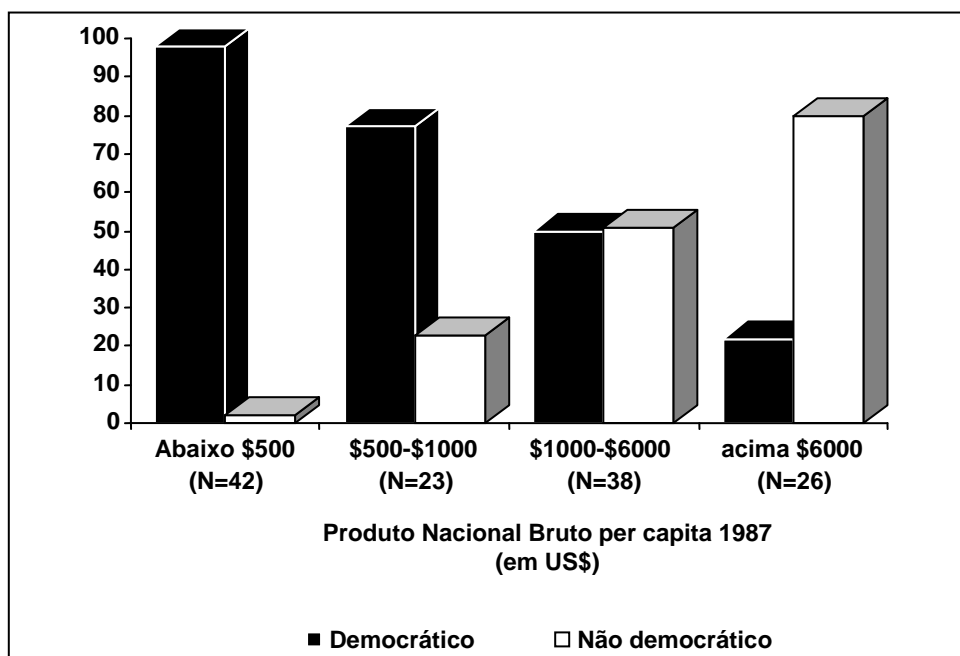
Felizmente para a humanidade (mas infelizmente para esta tese), os regimes democráticos retornaram em todos estes quatro países durante os anos 1980. Sem exceções, os teóricos da dependência voltaram-se então para a análise das “transições do autoritarismo” (O'DONNELL, SCHMITTER e WHITEHEAD, 1986). Julgando pela sua análise, os fatores que causaram a democratização não tinham qualquer relação com os fatores que a haviam destruído. A democratização, parece, é quase inteiramente determinado por manobras de elite dentro de uma dada sociedade. Este ponto de vista era consistente com a contínua desconsideração dos autores para com o conceito de tendências de longo prazo baseadas no desenvolvimento sócio-econômico subjacente.

Não há dúvida de que manobras de elite têm importante papel na transição para a democracia, e O'Donnell e associados têm dado contribuições valiosas ao examiná-las. Da mesma forma, Di Palma (1990) argumenta que se as elites pró-democráticas forem suficientemente habilidosas podem sempre conseguir que grupos conflitantes trabalhem sob regras democráticas; e uma vez obtido tal acordo, **a democracia pode autosustentar-se mesmo sem uma cultura política democrática ou na ausência de legitimidade de massa**. O otimismo de Di Palma é atraente e a persistência da democracia na Índia indica que, no limite, a demo-

cracia pode sobreviver sob circunstâncias muito difíceis. Mas a recusa tenaz em considerar a possibilidade de tendências sociais e culturais subjacentes torna difícil interpretar e antecipar desenvolvimentos de longo prazo.

O Quadro 0 ilustra uma peça significativa da evidência hoje disponível. Revela que em 1987, 40 dos 42 países com renda per capita abaixo de US\$500 *não* eram democráticos (segundo classificação da Freedom House e do Banco Mundial); enquanto 22 dos 26 países com renda acima de US\$6.000 *eram* democráticos; além disso, durante a avalanche de democratização que ocorreu durante os três anos seguintes, quase todos os países em transição para a democracia pertenciam ao grupo médio alto de renda, entre US\$1.000 e US\$6.000 (sendo uma das poucas exceções a Alemanha Oriental, um dos países de grupo de renda mais alta que ainda não tinham regime democrático). Devemos supor que nos países relativamente pobres as elites são quase sempre ineptas ou contrárias à democracia, enquanto que nos países mais ricos são quase sempre habilidosas no compromisso?

Quadro 0
Desenvolvimento econômico transição democrática (%)



Fonte: taxas de democracia de Gastil, 1987, atualizada pela recodificação das nações como as em transição para a democracia: Polônia, Chile, Hungria, Tchecoslováquia, Alemanha Oriental. PNB per capita de Banco Mundial, World Development Report, 1989.

Uma atenção muito restrita aos antecedentes imediatos da democratização pode ser enfraquecedora da análise da ascensão e queda dos regimes democráticos, tanto quanto uma atenção restrita apenas aos fatores de longo prazo. O grupo da dependência tem afirmado que qualquer referência a tendências sócio-culturais subjacentes implica em que a democratização é simples e automática. Não é – caso alguém pense de outra forma. Mas mesmo uma abertura modesta para a evidência dos padrões de desenvolvimento de longo prazo teria salvo os teóricos da dependência de seu diagnóstico mal sucedido das causas e natureza dos regimes autoritários da América Latina. Mesmo durante os anos 1970, o paradigma da dependência não se sustentava quando aplicado a desenvolvimentos na Europa do Sul e Ásia Oriental. Nem parecia convincente quando aplicado a um período mais longo de tempo na América Latina. Teorizar com sucesso requer atenção aos detalhes de casos específicos e aos padrões mais amplos. A monumental série sobre democracia em nações em desenvolvimento editada por Diamond, Linz e Lipset (1989) apresenta um equilíbrio muito melhor a este respeito, ao examinar o conteúdo específico de casos dados dentro de uma estrutura teórica mais ampla.

A abordagem da cultura política teve grande impacto imediatamente após a publicação de *“The civic culture”* (ALMOND e VERBA, 1963), mas tornou-se suspeita durante os anos 1970, em parte, provavelmente, como consequência da guerra do Vietnã. Durante este período, os intelectuais ocidentais passaram a enxergar cada vez mais os Estados Unidos como um modelo *negativo* para o mundo, e qualquer teoria que os classificasse entre as principais democracias do mundo era considerada suspeita. No decorrer dos anos 1970, a teoria da dependência foi muito influente, e talvez até a visão predominante.

O debate foi ainda permeado por um componente de conformidade ideológica. O enfoque da cultura política levantou uma questão empírica importante: se determinadas sociedades possuíam culturas políticas que pudessem levar à democracia. Algumas críticas a esta escola prejudicaram a questão em bases ideológicas, alegando que a abordagem da cultura política era “elitista” ao achar que algumas culturas eram mais favoráveis à democracia que outras. Implicitamente, uma teoria correta deveria observar que todas as sociedades poderiam ser igualmente democráticas. O problema é que ao instrumentalizar uma teoria para adequar-se a uma dada ideologia, pode-se obter uma teoria que não se adequa à realidade, caso em que as predições seriam eventualmente errôneas. Pior ainda, a teoria não teria utilidade para quem tentasse enfrentar os problemas da democratização no mundo real.

Mesmo assim, no decorrer dos anos 1970 e também dos anos 1980, a pesquisa baseada na cultura política desenvolveu-se sob o estigma de ser “elitista” ou “conservadora” e diminuiu gradualmente. Um aspecto surpreendente de *“The*

civic culture revisited" (1980) foi o fato de que, apesar de editado por Almond e Verba, a maioria das contribuições contidas no livro atacavam a teoria, às vezes de forma áspera. As contribuições dos próprios editores tinham um tom perceptivelmente defensivo.

Em muitos casos, os críticos da cultura política consideravam um estreito etnocentrismo qualquer afirmativa de que o estilo ocidental de democracia pudesse ter vantagens sobre outros tipos de regime, e insinuar que os povos dos regimes socialistas pudessem estar insatisfeitos com suas "Democracias Populares", só poderia refletir uma concepção reacionária.

Freqüentemente se diz que a democratização da Europa Oriental surpreendeu a todos. Isto não é inteiramente correto. Almond (1983) manteve sua posição. Ele considerava o comunismo um "teste crucial" para a teoria da cultura política. Se a cultura, como alegavam alguns de seus críticos, era uma variável meramente dependente que podia ser prontamente remodelada por fatores estruturais, então algumas décadas de controle destas sociedades pelas elites comunistas seriam suficientes para erradicar as tradições étnicas, religiosas e políticas locais, e substituí-las por culturas orientadas para os objetivos e valores prescritos pela ideologia dominante. Almond duvidava disso – e sustentava que as tradições culturais nativas haviam persistido e até mesmo se alastrado a despeito de esforços oficiais para erradicá-las. Argumentou, com base em evidência da cultura política, que sem a ameaça de intervenção do Exército Vermelho, os povos da Polônia, Tchecoslováquia e Hungria adotariam instituições liberal-democráticas. Sua predição atraiu pouca atenção na época, mas em 1989 Mikháil Gorbachev anunciou que o exército soviético não iria mais intervir para evitar a liberalização na Europa Oriental, e em alguns meses os regimes comunistas entraram em colapso na Polônia, Tchecoslováquia, Hungria e na maioria dos países vizinhos. Almond poderia não estar ideologicamente correto, mas *estava* empiricamente correto, e em última instância, isto importa.

Este texto argumenta que fatores inerentes à emergência de sociedades industriais avançadas levam à democratização, ou seja, sociedades nas quais os postos nacionais mais altos são decididos por eleições livres envolvendo ampla participação. Esses fatores dependem de elites específicas e de situações sócio-culturais específicas, e são influenciados por eventos específicos. Logo, não resultam numa simples tendência linear para a democracia. Mesmo assim, a tendência de longo prazo é poderosa.

Em 1790 havia três democracias no mundo. Em 1900, havia por volta de duas dúzias, e hoje há mais de 60. Após cada onda de democratização, quase a metade das novas democracias não conseguiu sobreviver. Assim, o número de democracias declinou agudamente durante o período entre as duas Grandes Guerras, e novamente nos anos 60 e 70, e algumas das democracias hoje provavelmente não

sobreviverão. Mesmo assim, a longo prazo, o número de democracias no mundo tem aumentado, e esperamos que esta tendência continue.

Uma das razões para isto é que essa seqüência reflete mudanças intergeracionais de longo prazo entre os povos da sociedade industrial avançada. Dado que a mudança intergeracional é previsível, o avanço da democracia era previsível. Muito antes da mais recente onda de democratização, Inglehart (1971, 1977) argumentou que tais processos estavam gradualmente transformando estes povos de modos favoráveis à democracia:

(1) Uma substituição gradual de valores materialistas por valores pós-materialistas estava movendo as prioridades das pessoas de um foco primário na busca das necessidades de sobrevivência, em direção a uma ênfase crescente na autonomia e auto-expressão. Esta substituição é inerentemente favorável à democracia; na verdade, alguns dos itens usados para medir valores pós-materialistas, relacionam-se explicitamente com a prioridade atribuída a tais objetivos (como liberdade de expressão), dão às pessoas mais voz em importantes decisões governamentais, e dão-lhes mais voz no ambiente de trabalho e em suas comunidades. Certamente, a dimensão materialista/pós-materialista define algo consideravelmente mais amplo do que se é contra ou a favor da democratização. E, inversamente, a democracia requer muito mais que um desejo público por crescente autonomia individual e participação no processo decisório. Resumindo, estes últimos são claramente elementos centrais de democracia, e a difusão de valores pós-materialistas aumenta a probabilidade de democratização;

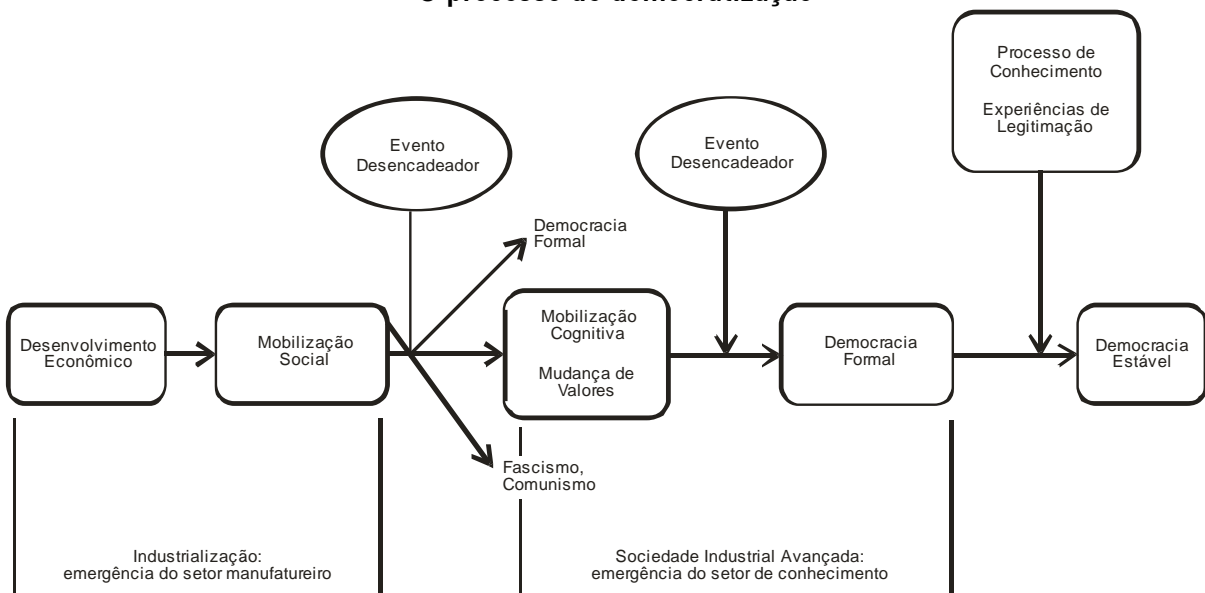
(2) A “mobilização cognitiva” é um segundo e igualmente importante fator; vinculado a níveis crescentes de educação e mudanças na natureza do trabalho (das simples operações de rotina, para tarefas que requerem conhecimento especializado e julgamento autônomo), este fator é também inerentemente favorável à democracia.

Inglehart (1990) demonstrou que ambos os processos têm transformado as bases de massa da política nas sociedades industriais ocidentais durante as últimas duas décadas. Na totalidade das sociedades industriais avançadas, os povos estão tornando-se mais propensos a *querer* instituições democráticas e mais articulados e preparados para pressionar para *obté-las*. Claramente, estas mudanças nas capacidades e valores de massa não são os únicos fatores que importam. Uma elite determinada pode reprimir demandas públicas por democratização por muito tempo. Mas na medida em que uma sociedade industrial amadurece, os custos da repressão aumentam, pois ela deprecia a iniciativa e resulta numa economia ineficiente e desmoralizada e, finalmente, numa tecnologia que fica aquém dos padrões mundiais.

O Quadro 1 descreve o processo de democratização numa perspectiva de longo prazo. Conforme nos movemos da esquerda para a direita neste gráfico, a importância relativa das massas em geral cresce comparada às elites. Este processo

está ligado às mudanças inerentes ao processo de emergência da sociedade industrial avançada; assim, há uma tendência de longo prazo à democratização que ocorre conforme a sociedade industrial se desenvolve. Mas se e quando a democracia emerge, também depende da cultura de uma dada sociedade, e das ações das elites políticas, e de outros eventos históricos. Nenhum modelo simples é adequado, esteja ele baseado no determinismo econômico, ou no determinismo político ou cultural; a democracia emerge através da interação dos três tipos de fatores.

Quadro 1
O processo de democratização



A chegada das massas à relevância política começa com a industrialização. Formas primitivas de democracia existiram muito antes da revolução industrial, mas diferiam das formas modernas em dois aspectos cruciais: (1) eram pequenas, geralmente limitadas à escala da cidade-estado ou ao conselho local; e (2) a participação política era limitada a uma minoria da população, em sociedades políticas que se situavam além da interação pessoal direta. A antiga Atenas, por exemplo, era uma democracia segundo os padrões de seu tempo, na qual se excluía uma grande população escrava, uma grande população estrangeira e todas as mulheres. Mesmo mais recentemente, no século 18, a democracia nos Estados Unidos era também limitada a uma minoria da população que excluía escravos, mulheres e, em alguns estados, aqueles situados abaixo de certos limites de propriedade. Em termos contemporâneos, tanto a clássica Atenas quanto os antigos

Estados Unidos não eram mais democráticos que a África do Sul, antes de 1992. A democracia de massa é um fenômeno moderno.

A literatura sobre mobilização social descreve como a industrialização e a urbanização levaram à alfabetização de massa, ao surgimento do trabalho organizado, aos partidos políticos de massa e à emergência do sufrágio universal (LERNER, 1958; DEUTSCH, 1961, 1966; INKELES, 1974). Estes desenvolvimentos foram profundamente importantes, os quais levaram massas antes isoladas à relevância política. Tais processos aumentaram a participação política de massa, mas não necessariamente levaram à democracia.

Dependendo do contexto de uma dada sociedade, e por causa de certos eventos históricos, poderiam dar lugar à democracia de massa – ou às variedades fascista ou comunista do totalitarismo. As três formas de governo enfatizaram a participação de massa; de fato, o fascismo e o comunismo regularmente obtiveram níveis mais altos de comparecimento de massa em comícios, e participação eleitoral mais alta do que as democracias liberais. Mas com o fascismo e comunismo, era uma participação quase inteiramente liderada pelas elites, com o objetivo de mobilizar o apoio de massa a políticas já escolhidas pelas elites, e não participação através da qual as massas escolhem entre elites em competição e políticas alternativas. E mesmo nas democracias liberais, a antiga era industrial se caracterizava por participação política de massa liderada pela elite, com o público desempenhando um papel relativamente menor na seleção de políticas específicas.

A mobilização cognitiva e a emergência da intervenção dos cidadãos na política

O advento da sociedade industrial avançada leva a uma síndrome de mudanças intergeracionais que trazem ainda maior aumento da intervenção dos cidadãos na política. O crescimento a longo prazo dos níveis educacionais e das mudanças políticas de massa tem caracterizado todas as sociedades industriais. Extensão da mobilização social para além das transformações trazidas pela urbanização e pela industrialização inicial, esse processo foi denominado “mobilização cognitiva” (INGLEHART, 1977). Enquanto a mobilização social se manifestou em mudanças visíveis de lugar e ocupação, a mobilização cognitiva está baseada em mudanças invisíveis que aumentam as capacidades individuais. Tais mudanças têm consequências políticas importantes.

A participação política de massa emerge sobretudo através de duas vias diferentes, uma baseada num modo mais antigo de participação liderada pela elite, a outra num modo mais novo vinculado à mobilização cognitiva. As instituições que mobilizaram a participação política de massa no final do século 19 e início do século 20 – sindicatos, igreja, partidos políticos de massa – eram organizações hierárquicas

nas quais um pequeno número de líderes ou chefes conduzia massas de tropas disciplinadas. Estas instituições eram eficientes em levar grande número de novos cidadãos às urnas numa época em que a educação universal compulsória apenas havia sido implementada e o cidadão médio tinha um baixo nível de competência política. Mas ao mesmo tempo em que estas organizações hierárquicas podiam mobilizar grande número de pessoas, produziam apenas um *nível* relativamente baixo de participação, raramente indo além do simples voto.

Por si mesmo, votar não é necessariamente uma forma eficientemente para os cidadãos exercerem controle sobre decisões nacionais. Pode ser, e muitas vezes é, manipulado pelas elites. O exemplo extremo são as democracias populares comunistas que regularmente obtêm níveis mais altos de participação eleitoral do que qualquer democracia liberal – mas o fazem numa estrutura institucional que mantém o processo decisório inteiramente nas mãos das elites. Votar *pode ser* um passo eficiente para conferir poder aos cidadãos. Em estados de partido único isso não é mais do que uma forma da elite governante obter o endosso das massas. E mesmo quando outros partidos estão presentes, pode significar apenas que os cidadãos escolhem um ou outro conjunto de elites, e então os deixam tomar as decisões por muitos anos.

Começa a surgir um modo novo de participação que põe a elite em xeque e expressa as preferências individuais com muito maior precisão que o anterior. É orientado por questões substantivas, e baseado mais em grupos *ad hoc* do que em organizações burocráticas estabelecidas. Busca mudanças específicas de política e se recusa a simplesmente dar um cheque em branco às elites de um dado partido. Esta forma de participação requer níveis relativamente altos de competência.

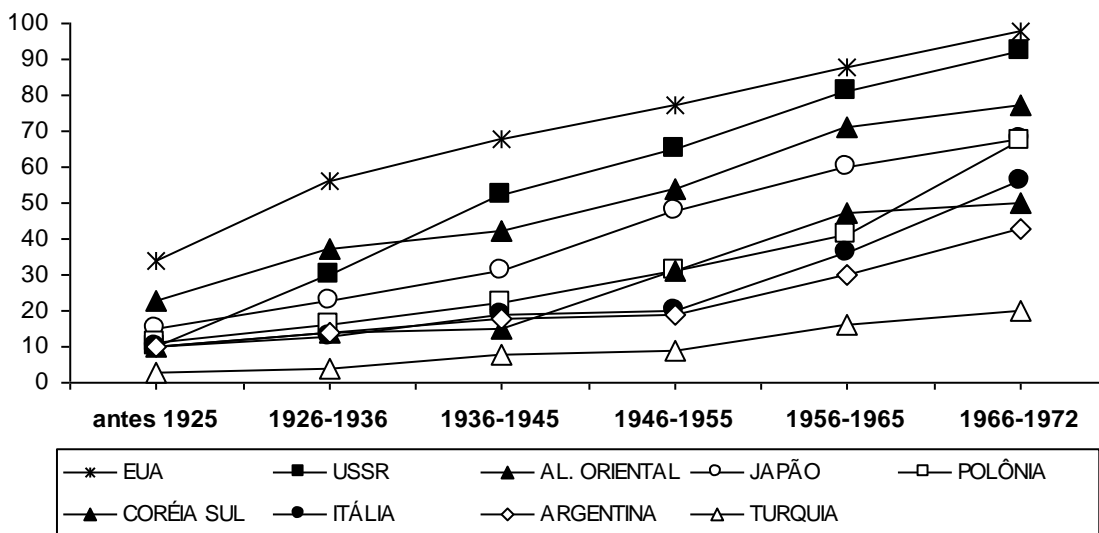
O indicador mais prontamente disponível de aptidão política é o nível de educação formal. Em parte, níveis de participação refletem níveis de aptidão, e a alfabetização básica parece suficiente para produzir o voto. Os cidadãos da maioria das democracias ocidentais chegaram a este ponto gerações atrás. Mas enquanto a mera alfabetização parece ser suficiente para produzir altas taxas de votação, a iniciativa de busca de mudanças específicas em políticas de nível nacional parece requerer ao menos a educação secundária, senão universitária. Isto é particularmente verdade para os tipos de comportamento político que envolvem confronto; como Barnes, Kaase et al. (1979) demonstram, níveis altos de educação estão estreitamente associados a formas de ação política de confronto. Mas este vai um passo além e desenvolve medidas de aptidão política. Mostra que um nível alto de conceitualização política é um preditor ainda mais forte de comportamento político não convencional do que é a educação – e muito mais forte do que classe social.

Estatísticas educacionais dão uma boa indicação do progresso da mobilização cognitiva ao longo do tempo, uma vez que os governos têm mantido dados de alunos inscritos nos vários níveis por muitas décadas. Estas estatísticas

contam uma história dramática. A antiga sociedade industrial trouxe a educação primária universal, que levou à ampliação da alfabetização generalizada. Conforme as sociedades industriais desenvolvem economias baseadas no conhecimento, a matrícula em educação superior tem aumentado enormemente.

Como resultado da expansão explosiva da educação superior nos últimos 50 anos, as coortes mais jovens apresentam níveis educacionais muito mais altos que as anteriores durante todo o período. O Quadro 2 ilustra este padrão. Nos Estados Unidos, por exemplo, apenas por volta de um terço da coorte nascida durante a década anterior a 1925 recebeu alguma educação de nível secundário ou superior. Na coorte nascida de 1966 a 1972, acima de 90% a receberam. Na União Soviética o crescimento é ainda mais agudo, de quase 10% na coorte mais velha para quase 90% na mais jovem. O processo apenas começou a transformar a população turca recentemente, mas a Turquia, como virtualmente toda sociedade que iniciou a industrialização, parece estar numa trajetória semelhante à das sociedades mais avançadas.

Quadro 2
Porcentagem de indivíduos com alguma educação secundária ou superior por coorte de nascimento



Fonte: UNESCO, Statistics of Educational Attainment and Illiteracy 1970-80 Paris: 1983; _____, UNESCO Statistical Digest, 1987.

Dado que o nível educacional é um atributo relativamente estável de uma dada coorte de idade, a substituição intergeracional de população tem conseqüências previsíveis. Pode-se projetar o nível educacional de uma dada população dez ou vinte anos no futuro com considerável precisão, e as conseqüências são significativas.

A emergência da sociedade pós-industrial ou sociedade da informação (BELL 1973, 1976) leva a um crescimento potencial da participação dos cidadãos na política. De forma crescente, não apenas a educação formal, mas também a experiência de trabalho ajuda a desenvolver capacidades politicamente relevantes. O trabalhador da linha de produção produzia objetos materiais, trabalhando num sistema hierárquico que requeria (e permitia) muito pouca autonomia de julgamento. Trabalhadores dos setores de serviços e informação interagem com pessoas e conceitos. Operando num meio onde a inovação é crucial, precisam de autonomia para o uso de julgamento individual. É inerentemente impossível prescrever a inovação de cima, de forma hierárquica. Acostumadas a trabalhar em estruturas decisórias menos hierárquicas no seu trabalho, pessoas nos setores de serviços e informação tendem a ter tanto a capacidade como a inclinação a participar do processo decisório no domínio da política.

A nova forma de participação política é muito mais específica em termos de questões substantivas do que é o ato de votar e tende a ocorrer em níveis altos de participação. É nova no sentido de que apenas recentemente uma larga porcentagem da população atinge a competência necessária para esta forma de participação. É nova pelo fato de que faz as massas menos dependentes de organizações permanentes, oligárquicas.

Assim, à medida em que a mobilização cognitiva se desenvolve, o tipo comum de organização torna-se progressivamente menos eficiente. Com um leque de canais alternativos de informação, as pessoas se apóiam cada vez menos em estruturas organizacionais permanentes tais como sindicatos, igrejas e máquinas políticas urbanas. Tanto as taxas de filiação sindical quanto a freqüência a igrejas têm diminuído na maior parte dos países ocidentais, e os laços político-partidários tradicionais também vêm se enfraquecendo. Isto pode ter como efeito a queda da participação eleitoral, que é fortemente dependente de mobilização a partir da elite, e pode requerer pouca ou nenhuma resposta cognitiva sobre questões correntes. Mas convém não esquecer que os regimes comunistas de partido único regularmente apresentam taxas de votação de 98% ou 99%. Participação eleitoral é desejável, mas não é um indicador confiável da demanda do cidadão. Por outro lado, a participação a partir da elite com objetivo de influenciar decisões sobre políticas específicas está se tornando mais freqüente.

Numa análise agregada das democracias contemporâneas Powell (1982) observa que o desenvolvimento econômico tem pequeno impacto na participação eleitoral, mas está fortemente associado com a participação direta do cidadão. Ele conclui que:

“Estudos sobre participação individual têm sugerido que características pessoais como educação, renda e ocupações de status superior que facilitam a maioria das formas de participação política não estão relacionadas à participação eleitoral. Assim, à medida que a modernização leva à distribuição ampliada destas características, o desenvolvimento socioeconômico deveria encorajar a formação de organizações políticas, envolvimento em campanhas, convencimentos de outros e assim por diante, mas não necessariamente uma maior participação eleitoral” (POWELL, 1982, p. 120-121).

Nossa análise aponta precisamente para a mesma conclusão.

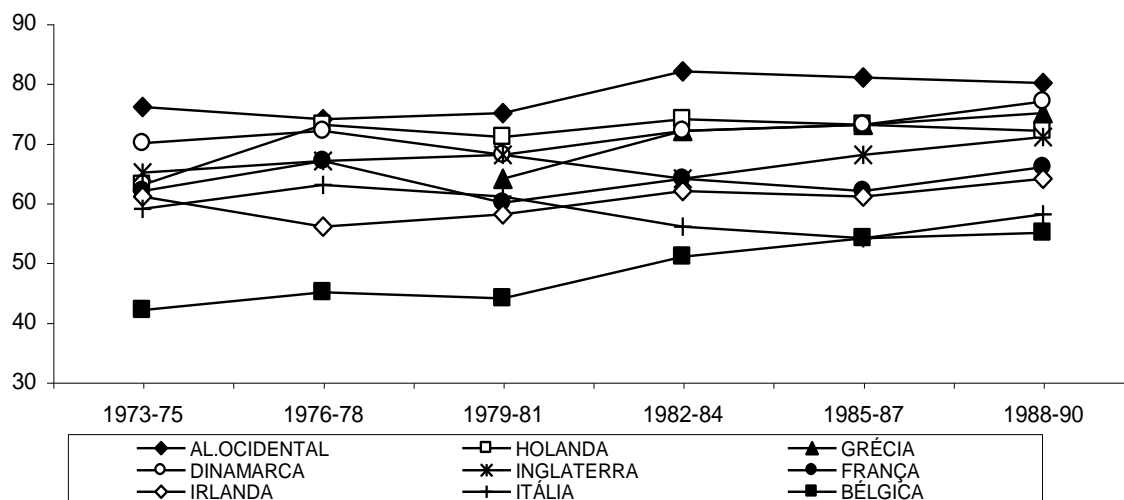
A Lei de Ferro da Oligarquia está sendo enfraquecida. Há uma tendência inerente à sociedade industrial avançada baseada na emergência de um povo cada vez mais educado e especializado; conforme a força de trabalho muda de suas tarefas de rotina para as tarefas mais especializadas que requerem julgamento individual e autonomia, torna-se menos permeável ao controle hierárquico centralizado.

Esta tendência não se limita ao mundo do trabalho; há evidência de uma tendência secular em direção a níveis crescentes de interesse político entre os povos de sociedades industriais avançadas. Conradt (1983) documenta a firme ascensão de taxas de interesse político no povo alemão ocidental nas últimas quatro décadas. Dalton (1988) observa tendências similares em dados de grande número de países. Séries temporais adequadas não estão disponíveis para muitos dos países do Leste Europeu, mas estes parecem apresentar a mesma trajetória, mostrando ascensão nos níveis educacionais, transferências na força de trabalho para o setor terciário, e como veremos adiante, uma mudança intergeracional de valores que está começando a produzir algumas das mobilizações de cidadãos semelhantes as que ocorreram no ocidente durante os anos 60. Inglehart (1990) apresenta evidência em pesquisa longitudinal de que na sociedade industrial avançada, os povos ocidentais estão tornando-se mais politizados e mais articulados. Apesar de a participação eleitoral ter estagnado, em muitos dos países da Comunidade Européia a freqüência em que as pessoas discutem política cresceu gradual mais firmemente de 1973 a 1990, como demonstra o Quadro 3. Nos 9 países mostrados no Quadro 3, houve um aumento médio de 7 pontos percentuais na proporção de pessoas que discutem política neste período de 17 anos. Isto equivale a um aumento de apenas meio ponto percentual por ano – muito pouco para observar ano a ano. Oscilações de curto prazo podem facilmente encobrir isto

(o que nos levou a agregar estes dados em grupos de 3 anos). Mas a longo prazo, mudanças como estas têm conseqüências extremamente importantes. Evidência similar foi observada no Canadá (NEVITTE, 1990).

Como explicar o conhecido fenômeno das taxas decrescentes de participação eleitoral à luz dessas observações? Claramente estamos lidando com duas tendências distintas e aparentemente contraditórias. Apesar do fato das coortes mais jovens e com maiores níveis de educação apresentarem taxas mais altas de discussão do que as mais velhas, apresentam níveis *mais baixos* de lealdade político-partidária. *Surveys* desenvolvidos em países da Europa Ocidental revelam que durante as décadas de 1970 e 1980, as coortes mais velhas apresentam taxas mais altas de lealdade partidária que as coortes do pós-guerra (INGLEHART, 1990, p. 357-358). Esta observação acompanha o padrão de declínio intergeracional na identificação partidária observado entre o eleitorado americano durante as últimas duas décadas (NIE, VERBA and PETROCIK, 1979; POMPER, 1975; ABRAMSON, 1979). Dessa forma, as décadas de 1970 e 1980 vêem um declínio das lealdades partidárias da maioria dos países ocidentais – e lealdade e organizações partidárias são os fatores mais poderosos envolvidos na produção de alta participação eleitoral.

Quadro 3
Taxas de discussão política no tempo, 1973-1990
 (porcentagem dos que discutem política “frequentemente” ou “ocasionalmente”)



Fonte: *Surveys* da Comunidade Européia realizados nos anos respectivos baseados num total de 278.846 entrevistas.

Assim, encontramos duas tendências divergentes: de um lado, as formas de participação a partir da elite, como o voto, têm estagnado, enquanto que as formas de participação individualmente motivadas ou que buscam por a elite em xeque têm crescido firmemente.

Hoje, organizações *ad hoc* podem emergir da noite para o dia, porque o público constitui-se agora de uma proporção sem precedente de não-elites, com altos níveis de habilidade política. O equilíbrio entre elites e massa que foi alterado séculos atrás está em processo de reinstalação. Uma elite política coesa e determinada pode reprimir demandas por mais autonomia e mais participação no processo decisório, mas isto se dá sob o risco da estagnação política e econômica. Durante os longos anos do reinado de Brezhnev, precisamente isto estava ocorrendo na União Soviética, com o conseqüente declínio na produtividade e crescimento econômico e uma deterioração geral do moral. Sociedades ocidentais, de outro lado, eram repetidamente forçadas a responder a ondas sucessivas de demandas por maior participação das massas na política; estas demandas levaram à franquia eleitoral da classe trabalhadora por volta da virada do século, seguida pelo movimento pelo sufrágio feminino, o nascimento do estado de bem-estar e a onda de ativismo da década de 1960 que resultou na extensão dos direitos civis aos negros nos estados sulistas dos Estados Unidos, e na extensão do voto para 18 anos de idade entre os países ocidentais. O processo de mobilização cognitiva continua hoje com fenômenos contemporâneos como o movimento ambientalista, o movimento feminista, o movimento de liberação homossexual e outros novos movimentos sociais.

A abertura das democracias ocidentais significou que estas perceberam tais demandas relativamente cedo, e responderam a elas gradualmente. As sociedades mais fortemente controladas da Europa Oriental estavam sujeitas às mesmas forças que levaram ao surgimento destes movimentos, mas tenderam a reprimi-los. Apesar da estratégia da repressão poder ser eficaz a curto prazo, a longo prazo faz surgir problemas cada vez mais sérios. A longo prazo, as sociedades industrializadas tanto do leste como do oeste devem enfrentar mudanças de longo termo que vêm tornando seus povos menos propensos a ouvirem o que devem fazer – e mais interessados em dizerem a seus governos o quê fazer.

Mudança de valores nas democracias ocidentais

Há abundante evidência de tais transformações como níveis educacionais crescentes e a mudança da força de trabalho dos setores primários e secundários para o setor terciário da economia na sociedade industrial avançada como um todo. As possíveis implicações dessas mudanças têm sido amplamente discutidas (BELL, 1973; LIPSET, 1976). Menos óbvio, mas igualmente importante é uma mudança

nas prioridades de valores que leva à democracia, porque conduz a uma maior ênfase na liberdade de expressão e autonomia de escolha individual na política e outros aspectos da vida. Esta transformação dos valores básicos começou recentemente a ser medida nas duas últimas décadas, mas há forte evidência de que está ocorrendo na Europa Ocidental, América do Norte e Japão (INGLEHART, 1971, 1977, 1990; INGLEHART and ABRAMSON, 1992).

Estará este processo ocorrendo também além do ocidente, da Polônia a Beijing? A maior parte desses países é muito menos próspera que as sociedades industriais avançadas da Europa Ocidental e América do Norte: dado que a segurança física e econômica são elementos-chave no crescimento de valores pós-materialistas, pode uma mudança de valor de este tipo ocorrer na Europa Ocidental ou América Latina ou Ásia Oriental, tal como no ocidente? Como demonstraremos, a resposta é sim. Examinemos a evidência da mudança de valores nos cenários ocidental e não-ocidental.

Os valores básicos dos povos nas sociedades industriais avançadas têm experimentado uma mudança intergeracional gradual durante algumas décadas. Apesar dos países terem mudado a taxas variadas, mudanças econômicas e tecnológicas tiveram impacto muito semelhante nessas sociedades.

A mudança intergeracional de valores foi explorada por Inglehart (1971), que elaborou a hipótese de que valores prioritários básicos dos povos ocidentais vinham evoluindo de uma ênfase materialista para pós-materialista – de uma prioridade máxima atribuída ao sustento físico e a segurança, para uma ênfase mais forte na sociabilidade, na auto-expressão e na qualidade de vida. Essa investigação foi guiada por duas hipóteses centrais:

1. Hipótese da escassez. As prioridades de um indivíduo refletem o meio sócio-econômico: coloca-se o maior valor subjetivo nas coisas que são relativamente difíceis de encontrar.

2. Hipótese da socialização. A relação entre o meio sócio-econômico e as prioridades valorativas não é de ajuste imediato: existe substancial defasagem temporal até que, de forma ampla, os valores básicos do indivíduo possam refletir as condições que prevaleceram durante seus anos de formação pré-adulta.

A hipótese da escassez é semelhante ao princípio da utilidade marginal decrescente, e sugere que a história econômica recente das sociedades industriais avançadas tem implicações significativas, pois essas sociedades são historicamente excepcionais: a maioria de suas populações *não* vive em condições de fome e insegurança econômica. Isto tem contribuído para uma mudança gradual em que as necessidades de sociedade, auto-expressão e um papel autônomo na sociedade tornassem-se mais proeminentes. Períodos prolongados de prosperidade levam à expansão dos valores pós-materialistas; a decadência econômica parece ter efeito oposto.

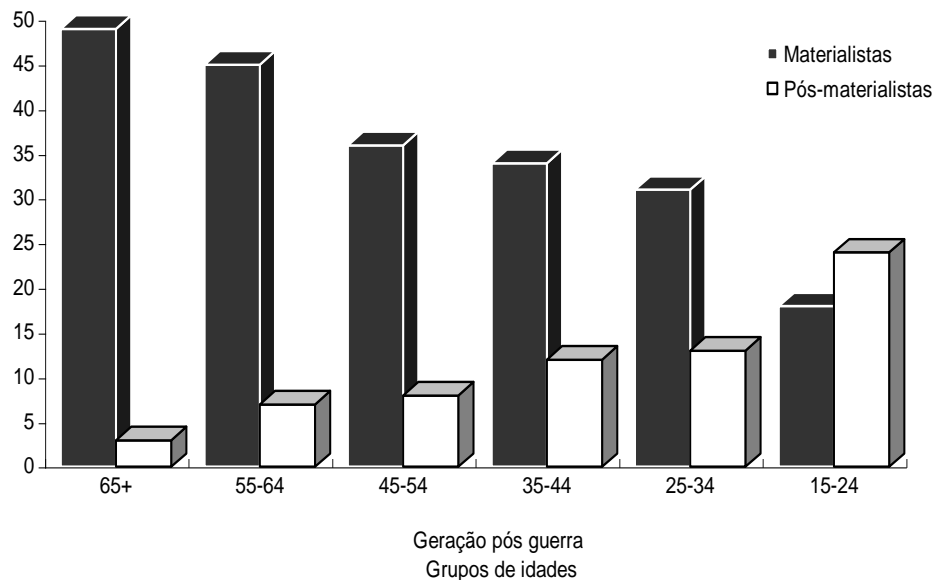
Mas não é uma relação simples entre nível econômico e a predominância de valores pós-materialistas. Esses valores refletem o sentido materialista. Estes valores refletem o sentido *subjetivo* da segurança de um indivíduo, não o seu nível econômico enquanto tal. Ainda que os ricos tendam a se sentir mais seguros que os pobres, o sentido de segurança é também influenciado pelo ambiente cultural e as instituições de bem-estar que existem enquanto o indivíduo cresce. Assim, a hipótese da escassez deve ser complementada com a hipótese da socialização. Ela incorpora uma das mais influentes idéias na ciência social – o conceito de que a estrutura básica da personalidade humana tende a estar formada quando o indivíduo chega à idade adulta, e sofre relativamente pouca mudança depois disso.

Em conjunto, essas duas hipóteses geram várias predições sobre a mudança de valores. Primeiro, enquanto a hipótese da escassez implica em que a prosperidade leva à expansão de valores pós-materialistas, a hipótese da socialização implica em que nem os valores de um indivíduo, nem os da sociedade como um todo mudarão de uma hora para outra. A mudança fundamental de valores ocorre assim que coortes mais jovens de população substituem as mais velhas. Conseqüentemente, após um período de grande aumento de segurança econômica e física, pode-se encontrar diferenças substanciais de prioridades de valores entre os grupos mais velhos e os grupos mais jovens: foram moldados por diferentes experiências nos seus anos de formação.

Essa hipótese foi inicialmente testada em *surveys* desenvolvidos em 1970 em amostras nacionais representativas dos povos da Holanda, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Holanda e Bélgica. As pessoas entrevistadas escolheram as questões que consideravam importantes entre um conjunto de questões destinadas a cobrir segurança física e econômica, de um lado; ou, de outro lado, auto-expressão e qualidade não-material de vida. Aqueles cujas duas principais prioridades eram questões básicas, foram classificados como puros materialistas; aqueles cujas duas principais prioridades eram questões não-básicas, foram classificados como puros pós-materialistas. Os que escolheram alguma combinação entre questões foram classificados como tipos mistos. Os *surveys* de 1970 apresentaram a tendência esperada por grupo de idade. O Quadro 4 mostra esse padrão na amostra agrupada dos seis povos da Europa Ocidental. O padrão básico é similar em todos os seis países: entre os grupos mais velhos, os materialistas superam economicamente pós-materialistas. À medida que nos movemos para os grupos mais jovens, a proporção de materialistas declina e a dos pós-materialistas cresce. Assim, na coorte mais velha, os materialistas superam os pós-materialistas por mais de 12 para um; mas na coorte mais jovem, os pós-materialistas são tão numerosos quanto os materialistas.

As diferenças de idade no Quadro 4 são interessantes. Mas este padrão reflete efeitos do ciclo de vida, efeitos de coortes de nascimento ou alguma combinação dos dois? A teoria prediz que encontraremos diferenças em coortes de nascimento; mas estas diferenças entre as prioridades dos jovens e dos velhos *poderiam* refletir alguma tendência inerente que tornaria as pessoas mais materialistas à medida que envelhecem. O envelhecimento levaria a dar cada vez mais ênfase à segurança física e econômica?

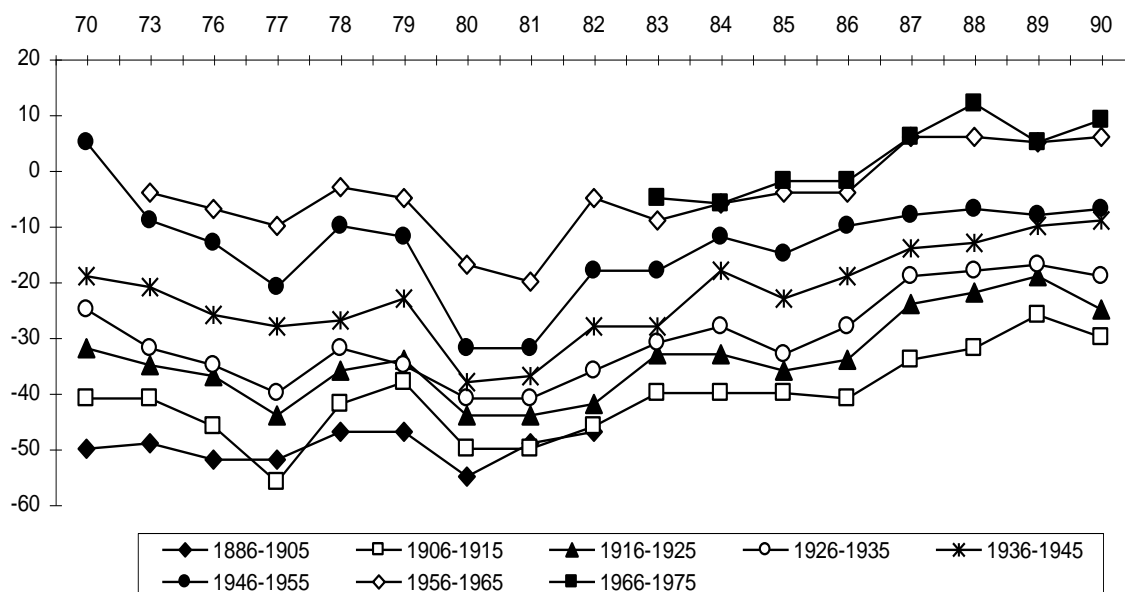
Quadro 4
Tipos de valores por grupos de idade entre os povos da Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica e Holanda em 1970 (%)



O Quadro 5 acompanha o equilíbrio entre materialistas e pós-materialistas nas coortes de nascimento de 1970 a 1990, usando dados obtidos de uma série de *surveys* realizados em seis nações da Europa Ocidental (mais de 200.000 entrevistas). A posição de cada coorte num determinado momento é calculada pela subtração da porcentagem de materialistas da porcentagem de pós-materialistas naquela coorte. Assim, no ponto zero do eixo vertical, os dois grupos são igualmente numerosos (a coorte nascida entre 1946 e 1955 estava localizada nesse ponto em 1970). Neste gráfico, a proporção de pós-materialistas cresce à medida que nos movemos para cima no eixo vertical; a proporção de materialistas cresce à medida que nos movemos para baixo. Se as diferenças de idade refletissem o efeito do ciclo de vida, então cada linha de coorte deveria mover-se para baixo, em direção ao pólo materialista conforme nos movemos da esquerda para a direita neste período de 20 anos.

Não encontramos este movimento decrescente. Ao contrário, as coortes mais jovens se mantêm mais pós-materialistas ao longo do período de 1970 a 1990; certas coortes não ficam mais materialistas ao envelhecerem duas décadas – ao contrário, a maioria delas é na verdade *menos* materialista ao final do período do que era no seu início. Impressionantes efeitos temporais são evidentes: havia uma clara tendência de cada coorte cair em direção ao pólo materialista durante a recessão de meados de 1970 e ainda durante a recessão do início dos anos 1980 (estes efeitos estão implícitos na teoria, que vincula valores pós-materialistas com segurança econômica). Mas estes efeitos temporais são passageiros; desaparecem quando as condições econômicas retornam ao normal. A longo prazo, os valores de uma dada coorte parecem notavelmente estáveis.

Quadro 5
Prioridades de valores em seis povos da Europa Ocidental 1970-1990
 (% de pós-materialistas menos % de materialistas)



Fonte: Baseado em dados de *surveys* nacionais representativos de povos da França, Inglaterra, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica e Holanda, entrevistados nos *surveys* da Comunidade Européia de 1970, 1973 e ó de 33 *surveys* do Euro-Barômetro (total N= 214, 168)

Shively (1991) argumenta que esses dados não provam necessariamente que a mudança intergeracional está envolvida. Tecnicamente, ele está perfeitamente correto; como Glenn (1976) apontou há algum tempo, não se pode nunca distinguir entre efeitos de coorte, efeitos temporais e efeitos de envelhecimento com base apenas na estatística, dado que qualquer um deles é uma função linear perfeita dos outros dois. Teoricamente, o padrão no Quadro 4 “*poderia*” refletir uma combinação de efeitos de ciclo de vida (envelhecimento) e algum conjunto misterioso de efeitos temporais que causam os distúrbios no meio dos anos 1970 e início dos anos 1980, e de alguma forma impedem cada coorte de se tornar mais materialista conforme envelhecem de 1970 a 1990. Uma pessoa imaginativa poderia provavelmente elaborar uma combinação de efeitos temporais que fizesse tudo isso – mas até agora ninguém o fez. Além disso, essa seria uma explicação *ad hoc*, desenvolvida para adequar-se a um conjunto existente de observações. A hipótese de mudança geracional, por outro lado, foi publicada muito antes destes dados serem coletados – e ela prediz tanto as diferenças de coorte quanto os efeitos temporais de forma direta e parcimoniosa. Ela também dá conta da distância relativamente pequena entre a coorte de 1966 – 1975 e a seguinte mais velha; o grupo mais jovem estava ainda nos seus anos de formação durante as recessões de meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, e mostra o efeito recorrente daquele período. O que sugere que estas diferenças de valores refletem mais uma mudança histórica do que uma tendência inerente do jovem ser menos materialista que o mais velho. A leitura mais plausível desses dados parece ser aquela baseada na mudança geracional. Houve uma grande mudança populacional desde 1970. Ela se reflete na distribuição dos materialistas e pós-materialistas? Sim e muito. Em 1970, os materialistas superaram por grande margem os pós-materialistas em todos estes países, mas em 1990, o equilíbrio mudou em direção aos valores pós-materialistas. Em 1970, nas seis nações da Europa Ocidental como um todo, os materialistas superaram os pós-materialistas numa razão de quase 4 para 1. Por volta de 1990, esta razão havia caído para apenas 4 para 3; os pós-materialistas tornaram-se quase tão numerosos quanto os materialistas. Séries temporais detalhadas são disponíveis para oito países da Europa Ocidental de 1970 ou 1973 a 1990. Sete destes oito países mostram amplas e estatisticamente significativas tendências de longo prazo de valores materialistas para pós-materialistas durante estes anos. No oitavo caso (Bélgica) a tendência não é estatisticamente significativa, mas mesmo assim encontramos uma mudança de 32% de materialistas e 14% de pós-materialistas (com 54% de tipos mistos) em 1970, para 28% de materialistas e 18% de pós-materialistas em 1990 (INGLEHART & ABRAMSON, 1992). Mudanças similares em torno de valores pós-materialistas ocorreram nos Estados Unidos, Canadá, Japão e outros países.

Mudança de valores além das democracias ocidentais

Apesar das democracias mais altamente industrializadas da Europa Ocidental e América do Norte terem historicamente liderado a mudança em direção a valores pós-materialistas, nossa teoria sugere que esse processo deveria também ocorrer em outras nações conforme desenvolvem níveis relativamente altos de prosperidade e estruturas avançadas de bem estar social. Conseqüentemente, isto devia ocorrer na Ásia Oriental (partes da qual vêm obtendo níveis ocidentais de prosperidade) e mesmo na Europa Oriental.

A primeira vista, pode parecer improvável que prioridades pós-materialistas tenham muita importância nos países da Europa Oriental, dado que são muito menos prósperos que a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Mas a riqueza por si só não é uma variável crucial: o que conta mais é ter experimentado um sentido de segurança econômica e física durante os anos de formação. Desta perspectiva, poder-se-ia esperar que valores pós-materialistas se tornassem cada vez mais difundidos em países tais como Polônia, Tchecoslováquia e a União Soviética. Embora seu PNB per capita fique atrás dos países ocidentais, ele está muito acima do nível de subsistência (e está mais que dez vezes mais alto quanto o dos países verdadeiramente pobres como China ou Índia). Mais ainda, as coortes mais jovens têm experimentado maior segurança que as mais velhas.

De 1945 a 1980, os países da Europa Oriental tiveram taxas impressionantes de crescimento econômico; nas décadas iniciais, parecia que alcançariam o ocidente. Na década passada suas economias estagnaram, mas não há dúvidas de que o polonês ou o russo médio experimentou muito maior segurança econômica de 1950 a 1980 que durante o período de 1914 a 1945. A decadência recente das economias européias orientais tenderia certamente a reduzir a taxa de mudança intergeracional de valores – mas permanece o fato crucial de que os anos de formação das coortes mais jovens do Leste Europeu foram moldados por circunstâncias de longe muito mais seguras que aquelas dos grupos mais velhos.

Isto é ainda mais verdade porque os sistemas de previdência dos estados socialistas têm compensado parcialmente os níveis relativamente baixos de prosperidade. O fator crucial é a segurança durante os anos de formação, e é claro que os regimes comunistas do Leste Europeu proveram uma existência relativamente segura durante a maior parte do pós-guerra: a garantia de trabalho era muito alta, aluguéis baixos, alimentação básica provida a preços subsidiados, e atendimento médico e educação gratuitos. A qualidade do que se obtinha era pobre, mas era certo obtê-lo.

O Leste Asiático apresenta um contraste interessante com o Leste Europeu. Há 50 anos esta região era muito menos desenvolvida; na década de 1950 a renda anual per capita do Japão era apenas uma fração da dos países do Leste Europeu, como Tchecoslováquia, Polônia e Hungria – e as rendas per capita chinesa e sul-coreana eram uma fração da japonesa. Mas em décadas recentes, o Leste Asiático (incluindo a China desde que os pragmáticos tomaram o poder em 1976) tem mostrado as mais rápidas taxas de crescimento econômico no mundo. Por volta de 1990, a renda per capita na Coreia do Sul e Tailândia atingiu os níveis do Leste Europeu e o Japão ultrapassou-a de longe. Mesmo a China estava apresentando taxas de crescimento anuais em torno de 7%, o suficiente para dobrar o PNB a cada dez anos.

Assim, as coortes mais velhas do Leste Asiático cresceram sob condições de extrema escassez, enquanto que os mais jovens experimentaram circunstâncias relativamente seguras durante seus anos de formação. Conseqüentemente, poderíamos esperar que estes países apresentassem baixas proporções de pós-materialistas no global, mas taxas relativamente agudas de mudança intergeracional. Em comparação, os países do Leste Europeu, iniciaram com níveis muito mais altos, mas cresceram muito menos rapidamente; aqui esperaríamos encontrar proporções mais altas de pós-materialistas do que no Leste Asiático, mas menos mudança intergeracional. O Quadro 6 mostra as diferenças de valores nas respectivas coortes, usando os dados do *Survey Mundial de Valores de 1990* para a Polônia, Tchecoslováquia, vários membros da antiga União Soviética, Coreia do Sul e a República Popular da China, junto com dados da Comunidade Européia e dos Estados Unidos. O indicador de valores de quatro itens é usado aqui: a análise dimensional indica que esta série é válida internacionalmente (alguns itens da série de 12 itens não o são).

Em todas as sociedades, as coortes mais jovens têm proporções substancialmente mais altas de pós-materialistas que as coortes mais velhas. Virtualmente em cada caso, da América do Norte à Europa Ocidental, do Leste Europeu ao Leste Asiático, conforme nos movemos das coortes mais velhas à esquerda do gráfico para os mais jovens à direita, cresce a razão de pós-materialistas com relação aos materialistas.

Isto é exatamente o que esperaríamos encontrar se a mudança intergeracional de valores estivesse ocorrendo. Para *provar* que isso ocorre necessitaríamos de uma longa série temporal, e ainda mais, tais dados são apenas disponíveis para os Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão. Mas nos países em que tais séries temporais existem, a evidência indica que essas diferenças de idade refletem mudança intergeracional mais do que efeitos do ciclo de vida. Como nos dados europeus analisados, não há tendência de certas coortes de idade se tornou-se mais materialista à medida que envelhecem. Ao contrário, boa parte das coortes na

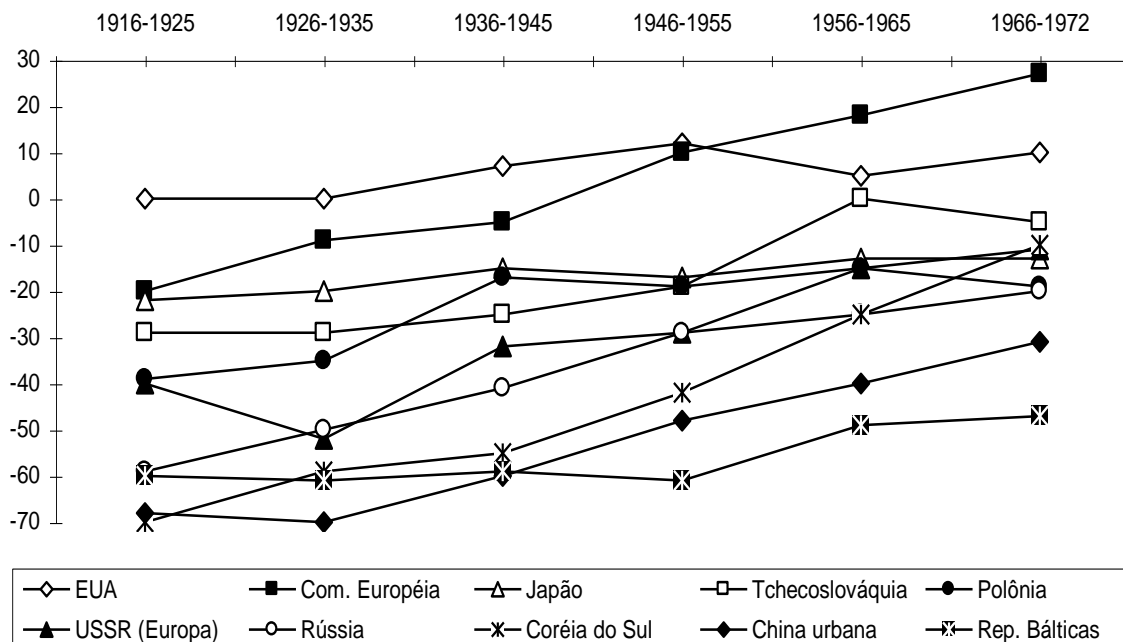
verdade tornam-se menos materialistas ao longo dos últimos 20 anos. E, como esta observação sugere, a razão de pós-materialistas para materialistas tem aumentado gradualmente ao longo do tempo. Acreditamos que os outros países no Quadro 6 apresentam uma trajetória similar àquela que as nações ocidentais e o Japão vêm seguindo nas décadas recentes.

Os Estados Unidos apresentam um padrão distinto no Quadro 6. Inicialmente, possuem a maior população pós-materialista no global: em 1990, todas as coortes norte-americanas estavam no nível zero ou acima dele neste gráfico; em outras palavras, os pós-materialistas são tão numerosos ou mais que os materialistas dentro de cada grupo de idade.

As coortes americanas mais velhas são mais pós-materialistas que seus pares de qualquer outro país. Isto reflete dois fatos: (1) desde pelo menos a virada do século, os Estados Unidos tinham o mais alto padrão de vida mundial, e (2) este país não foi devastado pela Segunda Guerra Mundial. Mas os Estados Unidos também mostram uma curva relativamente uniforme: as coortes mais jovens são apenas levemente mais pós-materialistas que as mais velhas. Os países da Comunidade Européia mostram uma taxa muito mais aguda de mudança do que os Estados Unidos, refletindo suas mais altas taxas de crescimento desde 1945. Enquanto nas coortes mais velhas da Europa Ocidental os materialistas superam substancialmente os pós-materialistas (caindo bastante abaixo do nível zero neste gráfico), todas as três coortes pós-guerra (nascidas após 1945) estão posicionadas acima deste limite – de fato, as duas coortes mais jovens da Comunidade Européia colocam-se bem acima de seus pares americanos.

As diferenças de valores entre os grupos de idade são maiores na Europa Ocidental que nos Estados Unidos – sugerindo que a Europa Ocidental deveria mostrar uma taxa mais rápida de mudança de valores ao longo do tempo, o que de fato tem ocorrido. Em 1972, quando o povo americano foi pesquisado pela primeira vez, apresentou-se uma proporção consideravelmente mais alta de pós-materialistas do que para o conjunto dos seis países da Comunidade Européia, para os quais se dispunha de dados; mas, em seguida, a Europa Ocidental vem se aproximando.

Quadro 6
Valores materialista/pós-materialistas por coorte de idade, oriente e ocidente
(% pós-materialistas menos % materialistas)



Entretanto, os Estados Unidos têm mostrado um movimento significativo na direção predita. Em *surveys* nacionais realizados em 1972, o público consistia em 31% de materialistas e 12% de pós-materialistas (sendo o restante tipos mistos); isto produz um índice de diferença percentual de -19 (INGLEHART, 1977, p. 38). No *Survey Mundial de Valores de 1990*, os dados haviam mudado para 16% de materialistas e 23% de pós-materialistas, produzindo um índice de diferença percentual de +7. A razão mais importante para esta mudança foi o fato de que em 1972 a amostra norte-americana continha duas coortes de idade adicionais, nascidas nas décadas de 1896 a 1915. Essas duas coortes eram muito mais materialistas que os mais jovens (as diferenças percentuais eram por volta de -30). Em 1990, eles saíram da amostra e foram substituídos por duas coortes mais jovens, nascidas de 1956 a 1972. Isso produziu uma significativa mudança em direção dos valores pós-materialistas, mas também enfraqueceu fortemente a relação entre valores e idade nos Estados Unidos, numa vez que essas duas coortes mais jovens são apenas levemente menos materialistas que os grupos mais velhos (e um pouco mais que a coorte 1946-1955). Isto sugere que a mudança em direção a valores pós-materialistas está diminuindo nos Estados Unidos, talvez como uma

consequência da recessão dos anos recentes. Sendo assim, é interessante notar que os países da Comunidade Européia mostram poucos sinais de abandonar a tendência – talvez porque as instituições previdenciárias mais desenvolvidas naqueles países tenham protegido mais efetivamente as coortes mais jovens dos efeitos das incertezas econômicas recentes.

De forma geral, os resultados do Japão se adequam às expectativas teóricas. Na proporção global de pós-materialistas, classifica-se apenas depois dos Estados Unidos e Europa Ocidental, e bem acima de muitos dos outros países, como poderia se esperar de um país que agora atingiu uma alta renda per capita (apesar da legislação previdenciária ser de muito menor alcance que na maior parte dos países da Europa Ocidental). Além disso, aqui tanto quanto em qualquer outro lugar, encontramos uma tendência crescente de adesão aos valores pós-materialistas mais entre as coortes mais jovens que entre as mais velhas. Mais ainda, a razão de pós-materialistas para materialistas vem aumentando gradualmente ao longo do tempo no Japão tanto quanto nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Em 1972, o primeiro *survey* japonês para medir esses valores apresentou 43% de materialistas e apenas 5% de pós-materialistas – uma preponderância de mais de 8 para 1 (WATANUKI, 1975). No *Survey Mundial de Valores* de 1981 os dados haviam mudado para 37% e 6% respectivamente. O *Survey Mundial de Valores* 1990 mostrou 29% de materialistas e 10% de pós-materialistas; a razão estava já em menos de 3 para 1. No global, as implicações da teoria estão confirmadas. Um detalhe é surpreendente, entretanto em vista da história japonesa como uma das economias mundiais de mais rápido crescimento, poderíamos esperar que apresentasse uma curva de crescimento mais abrupta que os outros países, mas não é o que ocorre. A margem de erro amostral torna-se grande (15 para 20 pontos) quando quebramos qualquer amostra nacional em 6 coortes, como feito aqui; logo, não poderíamos exagerar a importância de qualquer anomalia; mas os dados do Quadro 6 indicam que a taxa intergeracional de mudança de valores no Japão é menor do que as diferenças massivas entre as experiências de formação de suas coortes de idade mais jovens e mais velhos levariam a supor.

Alguns outros países dos quais teoricamente poderia se esperar que apresentassem uma relação ainda mais forte entre valores e idade que no Japão, *de fato a apresentam*. Por exemplo, a Coreia do sul tem tido uma taxa de crescimento econômico ainda maior que o Japão em décadas recentes (no mundo inteiro, apenas Cingapura tem crescido mais rapidamente desde 1965) – e a Coreia do Sul de fato mostra a mais aguda taxa de mudança entre as coortes no conjunto de todos os países para os quais temos dados. A coorte mais velha sul-coreana registra um índice de -70 no Quadro 6. Isto é provavelmente o menor índice que se poderia encontrar: reflete o fato de que este grupo contém 70% de puros materialistas, 30%

de tipos mistos e literalmente *nenhum* pós-materialista. Mas a proporção de pós-materialistas sobe drasticamente à medida que nos movemos através dos coortes de idade da Coréia do Sul; de forma que no grupo mais jovem, materialistas superam pós-materialistas por uma margem de apenas 10 pontos percentuais.

A República Popular da China tem sofrido uma série de mudanças drásticas desde 1949, incluindo períodos de crescimento econômico extremamente rápido e períodos de severa decadência durante o Grande Salto à Frente em 1958-59 e a Grande Revolução Cultural em fins dos anos 60. Milhares de pessoas de fato morreram de fome em 1959-60. Mas esse foi um período relativamente curto de insegurança quando comparado às décadas de infundáveis massacres e fome que dominaram o período dos senhores da guerra, a Guerra Civil e a Segunda Guerra Mundial. Por estes padrões, a vitória comunista trouxe um progresso destacado, e nas últimas duas décadas a China experimentou um crescimento econômico excepcional, com uma taxa média significativamente maior que a do Japão. Nossos dados de *survey* refletem estes fatos: a China inicia com uma proporção extremamente baixa de pós-materialistas entre as coortes mais velhas, mas mostra então uma curva ascendente pronunciada (apesar de não tão acentuada como a encontrada na Coréia do Sul) quando nos movemos para suas coortes mais jovens. Apesar do nível absoluto de pós-materialistas permanecer bem abaixo da maior parte dos países Ocidentais, a China parece estar numa trajetória similar, e um maior desenvolvimento econômico poderia trazer um apoio de massa cada vez maior para a democratização.

De 1965 a 1988 o PIB per capita da China crescia a 5,4% anualmente, enquanto o do Índia crescia a uma taxa de apenas 1,8% (WORLD BANK, 1990, p. 178). Uma combinação de industrialização muito mais lenta e rápido crescimento populacional impediu a Índia de desenvolver-se economicamente a taxas próximas às do Leste Asiático. A mudança de valores da Índia reflete este fenômeno: os dados indianos não estão no Quadro 6 para evitar complicar um gráfico já complexo, mas mostram pequena ou nenhuma evidência de mudança intergeracional de valores. Nas coortes dos indianos mais velhos, o índice de diferença percentual é -48 e na mais jovem, é -45, uma minúscula mudança ascendente que está dentro da margem de erro amostral. Elementos favoráveis à democracia na cultura tradicional da Índia, juntamente com a cultura política democrática que os ingleses transmitiram às elites indianas têm ajudado a manter as instituições democráticas durante a maior parte dos anos desde a independência. A Índia é uma exceção heróica à regra geral de que os países mais ricos têm muito maior probabilidade de serem democráticos do que os mais pobres. Mas mostra pouca evidência de mudança intergeracional em direção a valores democráticos. A Nigéria também tem tido uma taxa relativamente lenta de mudança econômica, com uma taxa de crescimento anual de menos de 1% per capita desde 1965 – e também mostra uma

pequena relação entre valores e coortes de idade, com coortes mais velhas e mais jovens permanecendo igualmente abaixo do nível de -30. Estes dados demonstram que a mudança intergeracional de valores não é inerente à condição humana; encontramos isto naqueles países onde as experiências de formação de geração mais velhas e mais jovens têm sido profundamente diferentes, mas não em outros.

Tanto Polônia como Tchecoslováquia mostram curvas positivas, com coortes mais jovens mais pós-materialistas que as mais velhas; talvez por causa da estagnação econômica que caracterizou a década antes de 1990 (o ano destes *surveys*), a coorte *mais jovem* em ambos os países mostra um leve declínio na proporção de pós-materialistas, mas a tendência global é ascendente. Nossa teoria afirma que estes valores são moldados pelas condições que prevaleceram durante os anos de *formação*, e a comparação entre as coortes claramente sustenta essa posição: apesar das condições econômicas correntes serem muito menos favoráveis do que eram uma década atrás, são entretanto muito melhores que as condições que prevaleceram durante a Grande Depressão, a Segunda Guerra Mundial e o período imediatamente pós-guerra, quando as coortes mais velhas estavam em seus anos de formação. As três repúblicas bálticas, Lituânia, Letônia e Estônia apresentam resultados similares e ligeiramente anômalos. Seus dados (agrupados no Quadro 6) mostram uma modesta curva ascendente. Ainda que suas coortes mais velhas sejam significativamente menos materialistas que as da China e Coréia do Sul, há apenas uma fraca mudança intergeracional, de forma que mesmo as coortes mais jovens das repúblicas bálticas permanecem profundamente materialistas. Pode-se sugerir que, apesar destas repúblicas terem constituído uma das regiões mais desenvolvidas da antiga União Soviética, seus habitantes achavam a vida relativamente precária em décadas recentes.

Dois *surveys* são disponíveis para a Rússia/União Soviética: um, desenvolvido na União Soviética Européia por Gibsen e Duch na primavera de 1990, cobre todas as repúblicas do oeste dos Montes Urais exceto o Azerbaijão (ver GIBSON & DUCH, 1991); a maioria dos entrevistados é russa. O segundo *survey* se superpõe em boa medida com o primeiro: abrange a República Russa inteira, incluindo a Rússia asiática, mas a grande maioria dos entrevistados é de russos europeus. O trabalho de campo deste *survey* foi desenvolvido em janeiro de 1991, como parte do *Survey Mundial de Valores de 1990-91*. Os dois *surveys* apresentam resultados similares; as inconsistências entre ambos são pequenas o suficiente para serem atribuídas a erro amostral. Apesar de mostrarem uma menor proporção de pós-materialistas do que se encontra na Polônia e Tchecoslováquia, tanto um como outro mostram claras e fortes curvas ascendentes. Como outras sociedades industriais avançadas, a União Soviética/Rússia parece estar experimentando uma mudança intergeracional de valores profundamente materialistas para valores crescentemente pós-materialistas – e esta mudança traz consigo crescentes pressões de massa para a democratização.

Gibson & Duch (1991) desenvolveram uma escala de apoio a valores democráticos. Esta escala integra sete sub-escalas medindo as seguintes sub-dimensões:

1. Valorização da liberdade;
2. Apoio a normas democráticas;
3. Consciência de direitos;
4. Apoio ao dissenso e oposição;
5. Apoio a meios de comunicação de massa independentes;
6. Apoio a eleições competitivas; e
7. Tolerância política.

Para detalhes completos desta escala, ver GIBSON & DUCH, 1991, DUCH & TEDIN, 1990. Gibson & Duch usaram esta escala no survey de 1990 na União Soviética Européia. Examinando a relação entre valores materialistas/pós-materialistas e sua escala de apoio a valores democráticos, concluíram que:

“Aqueles que apresentam valores pós-materialistas são notavelmente mais propensos a apoiar estes valores democráticos. Nos dados da URSS européia a porcentagem que apóia os valores democráticos varia de 14% entre os materialistas e 80% entre os pós-materialistas, uma diferença verdadeiramente notável. Isto vem dar suporte à teoria de Inglehart: pós-materialistas são muito mais propensos a apoiar valores democráticos centrais como tolerância, eleições competitivas etc.

*Entretanto, em que medida estas observações não são espúrias – ou seja, uma função de outros fatores que contribuem para o desenvolvimento tanto dos valores democráticos quanto dos pós-materialistas? Podemos considerar os efeitos do pós-materialismo sobre os valores democráticos controlando um número de atributos dos entrevistados que poderiam dar conta de ambos os conjuntos de valores. Encontramos que o pós-materialismo tem um impacto substancial sobre os valores democráticos, além do efeito destes atributos demográficos. Consideremos por exemplo os dados da URSS Européia. Aqueles que têm maior nível de educação formal, e que são mais jovens, são mais propensos a apoiar processos e instituições democráticos, e estas variáveis sozinhas podem dar conta de boa parte da variância na variável dependente. Quando o indicador de Pós-materialismo é adicionado à equação, **um adicional de 10% de variância pode ser explicado**. Mesmo controlando por idade, educação, classe social etc, os pós-materialistas apóiam consideravelmente mais os valores democráticos que os materialistas”. (GIBSON & DUCH, 1991, p. 13)*

Uma vez que pós-materialistas enfatizam a liberdade individual e a auto-expressão, não é surpreendente que valores pós-materialistas estejam correlacionados com valores democráticos, mas a observação de Gibson & Duch está longe de ser tautológica, pois valores materialistas/pós-materialistas cobrem uma dimensão que envolve ênfase na segurança física e econômica, de um lado, e na auto-expressão individual e qualidade de vida, de outro. Esta dimensão é um forte preditor de atitudes em relação à proteção ambiental, direitos da mulher, comportamento sexual e valores religiosos tradicionais – assim como atitudes políticas. Além disso, valores materialistas /pós-materialistas têm fortes vínculos com a estrutura social; os de maior impacto são as diferenças intergeracionais que acabamos de examinar; mas pós-materialismo está também relacionado à educação e mostra significativos vínculos com o nível de desenvolvimento econômico e instituições previdenciárias de uma dada sociedade. Demonstrando os laços entre valores democráticos e valores pós-materialistas, Gibson & Duch integram a teoria democrática com conceitos desenvolvimentistas. Suas observações sugerem que há uma tendência intergeracional em direção a crescente apoio a valores democráticos básicos na URSS.

A mudança de valores tem importantes implicações no que concerne ao crescimento de apoio de massa a valores democráticos. Mas pode ser ainda mais significativo que tenha importantes implicações *comportamentais*.

A Tabela 1 apresenta respostas a um conjunto de questões relativas à disposição a participar em quatro formas de ação política não-convencional: boicotes, manifestações, greves não-oficiais e ocupações de prédios. Nossos entrevistados foram questionados da seguinte forma: “Vou ler algumas formas de ação política que pessoas podem praticar e gostaria que você me dissesse, para cada um, se você na verdade praticou algumas destas coisas, se faria isto, ou se nunca faria, sob quaisquer circunstâncias”. A lista inclui: 1) participar de boicotes, 2) assistir a manifestações legais, 3) participar de greves ilegais, 4) ocupar prédios ou fábricas.

Usando questões semelhantes, Barnes, Kaase et al. (1979) demonstraram que valores materialistas e pós-materialistas são fortemente relacionados à disposição em participar de atividades políticas não-convencionais, como greves não-oficiais, boicotes, manifestações ocupações de prédios, no sentido de pressionar por algum objetivo político. *Surveys* realizados nos Estados Unidos e quatro países da Europa Ocidental mostraram que os pós-materialistas eram quase três vezes mais propensos a apresentar alto potencial de protesto, baseada em escala composta pelos seguintes itens: (1) disposição a participar destas atividades, e (2) *ter participado na verdade* em uma ou mais destas atividades. O impacto dos valores permanece forte mesmo quando há controle de variáveis relacionadas como idade, educação, sexo, ocupação e filiação política. Além disso, análise de dados de

pesquisa tipo painel de Jennings, Van Deth et al. (1990) demonstrou que os valores, tais como medidos na onda de 1974 do painel, eram um preditor poderoso do comportamento real de protesto, como relatado nos *surveys* subsequentes com os mesmos indivíduos nos Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Holanda em 1980-81. Em democracias ocidentais estabelecidas como essas, a extensão da participação política não-convencional tende a transformar a natureza da política democrática, incluindo formas de pressão política mais ativas, mais intensas e mais baseadas em questões específicas por parte dos cidadãos. Esta é uma via mais convincente e direta de levar as elites políticas a responderem às demandas de massa, do que meios convencionais como o voto ou cartas escritas para os representantes.

Tabela 1
Potencial de ação não-convencional por tipo de valor
Leste Europeu e Leste Asiático
(porcentagem dos que praticaram ou praticariam todas as quatro ações)

Tipo de valor	Hungria	Polônia	Rússia	Moscou	Bulgária	Bielo-rússia	Lituânia	Letônia	Estônia	Coréia do Sul	Japão
Materialista	5	11	11	9	8	8	28	12	8	30	23
Misto	6	26	20	17	13	19	34	14	16	49	34
Pós-materialista	11	31	28	32	37	38	47	22	34	76	47

Fonte: *Survey Mundial de Valores de 1990*

PERGUNTA: “Vou ler algumas formas de ação política que as pessoas podem praticar e gostaria que você me dissesse, para cada uma, se você (1) tem praticado na verdade algumas destas coisas, se (2) você faria isto, ou (3) se nunca faria, sob quaisquer circunstância”.

A LISTA INCLUI: A) partição em boicotes, B) freqüência a manifestações legais, C) participação em greves ilegais, D) ocupação de prédios ou fábricas. Acima estão demonstradas as porcentagens com um número médio de 2 ou mais baixo, através das quatro ações.

Nota: Dados de potencial de protesto não estão disponíveis para China e Tchecoslováquia. A questão sobre “greves ilegais” não foi aplicada na Coréia do Sul, logo os dados para aquele país são as porcentagens de quem praticaria todas as três ações.

Em regimes não-democráticos, essas formas de ação política não convencional podem ter um papel ainda *mais* importante do que têm no ocidente: podem servir como a causa próxima através da qual o povo obtém democratização. Este parece ter sido o caso nas transições para a democracia que se deram na Europa Oriental em 1989, e essas formas de ação tiveram importante papel nos

recentes movimentos pela democratização no Leste Asiático e na América Latina. A expansão da pressão ativista direta dos cidadãos parece ser encorajada pelo crescimento gradual dos valores pós-materialistas. Este não é um fenômeno meramente ocidental – ao contrário, valores pós-materialistas apresentam exatamente o mesmo tipo de vínculo com o potencial de protesto político não-convencional no Leste Europeu e no Leste Asiático que tem nos países ocidentais, como mostra a Tabela 1. De forma consistente, de país a país, os pós-materialistas são duas a quatro vezes mais propensos ao envolvimento em ação política não-convencional do que os materialistas.

A Polônia tem uma tradição secular de resistência contra a opressão estrangeira, o que contribuiu para que se tornasse o primeiro país do Leste Europeu a livrar-se do regime comunista soviético. A resistência àquele regime explodiu as mobilizações violentas de 1956, com a morte do então ditador comunista. Apesar de a autoridade comunista ter sido restaurada, grandes distúrbios ocorreram novamente em meados da década de 1960. Em 1970, a drástica subida de preços provocou quebra-quebras por parte dos trabalhadores, levando à substituição de Gomulka por Gierk como cabeça do regime comunista. Desordens periódicas repetiram-se durante os anos 70, mas o ponto crucial foi atingido em 1980, com o nascimento do *Solidariedade*. Originado de uma série de greves que reivindicavam aumentos salariais, os objetivos do movimento se politizaram rapidamente, com demandas por liberdade de organização de sindicatos independentes em substituição aos sindicatos sob controle governamental. Cada vez mais bem organizado e de massas, em 1981 o *Solidariedade* anunciou que iria realizar um *referendum* popular sobre o regime de Jaruzelski. O *Solidariedade* punha então um tal desafio à autoridade governamental que foi banido e a lei marcial foi imposta. Em outubro de 1987 o governo propôs aumento de preços e austeridade e isso levou à onda de greves e manifestações na primavera de 1988. No esforço de acalmar os manifestantes, que agora representavam a vasta maioria da população polonesa, o governo iniciou uma série de conversações que levaram à legalização do *Solidariedade* e ao agendamento de eleições competitivas para o parlamento polonês em junho de 1989. Apesar de ter sido acordado que o *Solidariedade* não poderia obter mais de 35% das cadeiras do novo parlamento, virtualmente todos os seus candidatos foram eleitos, obtendo em geral mais de 90% dos votos de seus eleitorados. Apenas um candidato comunista foi diretamente eleito. O resultado retirou totalmente a credibilidade do regime e deu base para formação do primeiro governo, desde a segunda Guerra Mundial, a ser encabeçado por um não-comunista.

A queda do comunismo na Polônia levou a uma onda de manifestações em todo o Leste Europeu pela liberalização dos regimes comunistas existentes, e finalmente levando à sua queda na Hungria, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Romênia e Bulgária. Em todos os casos, greves, manifestações e ocupação de prédios – precisamente o tipo de atividades medidas pela escala de ação política não-convencional apresentada na Tabela 1 – tiveram um papel-chave. Centenas de milhares de pessoas manifestaram-se em Praga e Leipzig, reivindicando eleições livres. Alemães orientais ocuparam embaixadas da Alemanha Ocidental em Budapeste, Praga e Berlim Oriental, reivindicando liberdade de emigração. Apresentações de teatrólogos, cantores e escritores transformaram-se em encontros de protesto. Em novembro de 1989 mais de um milhão de pessoas manifestaram-se pela liberdade de expressão e eleições livres em Berlim Oriental (uma cidade de 1 milhão e 400 mil pessoas), na maior manifestação da história da Alemanha Oriental. Para surpresa de muitos observadores, o regime da Alemanha Oriental, geralmente considerado o mais duro regime comunista na Europa, e que era mais estalinista que a União Soviética – começou a ruir. No período de um ano, tinha deixado de existir. Quem estuda a política apenas ao nível das elites, tinha todas as razões para ficar surpreso com o que ocorreu na Alemanha Oriental, dado que a elite comunista alemã oriental era, de fato, composta por duros estalinistas em comparação com seus pares nos países vizinhos. Mas a infra-estrutura de massa da política alemã oriental era bem diferente. Com a mais especializada e mais educada força de trabalho do Leste Europeu, os alemães orientais experimentaram níveis relativamente altos de segurança econômica por muitas décadas. Uma ênfase crescente na autonomia e auto-expressão havia emergido.

O poder popular tornou-se pela primeira vez um fator importante na política. Provou sua eficácia novamente em agosto de 1991, quando a “linha-dura” na União Soviética tentou tomar o poder político, prendendo Gorbachev e movendo tanques sobre Moscou. Mas para surpresa de todos, neste momento o povo russo não se rendeu ao governo autoritário. Ao contrário, os cidadãos foram às ruas, combatendo os líderes do golpe reacionário e construindo barricadas em torno do prédio do parlamento russo onde Yeltsin havia organizado a resistência. Multidões de cidadãos detiveram colunas de blindados; mineiros entraram em greve; e unidades inteiras de tanques e tropas passaram para a resistência.

Motivos econômicos e não-econômicos tiveram uma parte na motivação da resistência de massa contra o comunismo. Seu fracasso econômico contribuiu para sua queda. Mas também é verdade que o desejo de liberdade de expressão e de auto-determinação política tornaram-se objetivos importantes para um número de pessoas como nunca na história. Nossos dados mostram que os pós-materialistas estão muito mais dispostos que os materialistas à participação em greves, manifestações e outras ações de protesto não-convencionais que foram as que

puseram abaixo os regimes comunistas (ou ajudaram na reforma do regime, no caso soviético). Como mostra a Tabela 1, a margem é grande: em certos países, os pós-materialistas são duas a quatro vezes mais propensos ao protesto que os materialistas.

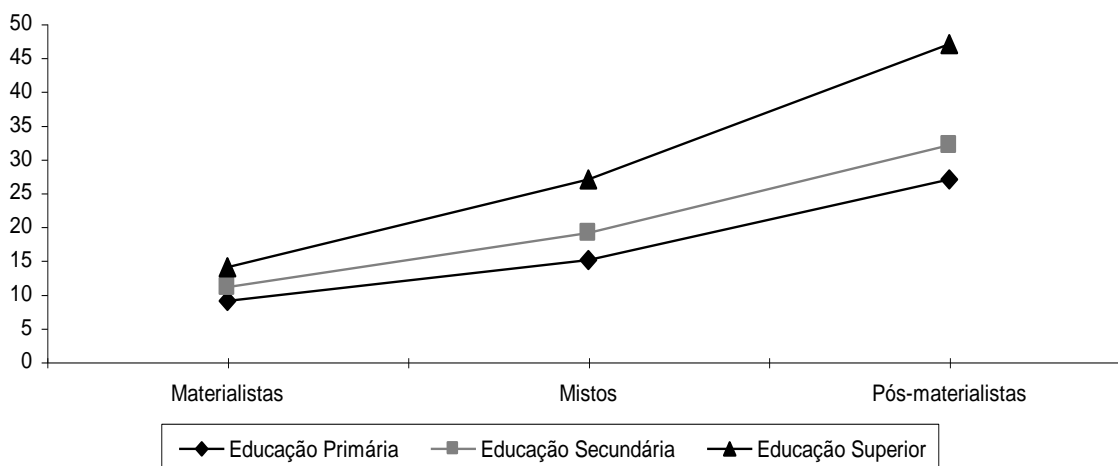
Esta nova forma de participação política de confronto esta fortemente vinculada tanto com a questão do materialismo/pós-materialismo, quanto com educação (um indicador relativamente bom de mobilização cognitiva). Juntos os dois têm efeitos aditivos como mostra o Quadro 7. Entre os dados das 36 nações pesquisadas do *Survey Mundial de Valores de 1990-91*, o potencial de participação política não-convencional aumenta fortemente conforme nos movemos dos menos educados aos mais educados, e dos materialistas para os pós-materialistas. Entre materialistas com apenas nível de educação primária apenas 8% do grupo estão classificados como “altos” no índice de potencial de ação não-convencional. Entre pós-materialistas com educação universitária, quase 50% do grupo mostram uma alta disposição para engajar-se em ação política não-convencional. Os pós-materialistas parecem ter níveis mais altos de educação que os materialistas, mas como mostra o Quadro 7, o impacto de valores no comportamento político não se deve simplesmente a este fato: em todos os níveis de educação, pós-materialistas mostram níveis notavelmente mais altos de participação de confronto que os materialistas. Estas observações têm implicações importantes no que concerne a mudanças temporais, dado que tanto valores quanto níveis educacionais apresentam fortes diferenças geracionais. À medida que as coortes mais jovens e mais educadas substituem as mais velhas e menos educadas na população adulta, deveríamos esperar o crescimento da ação política não-convencional. Isto ocorre? Em praticamente todas as sociedades para as quais temos dados em séries temporais, a resposta é sim. O Quadro 8 mostra os resultados dos *Surveys Mundiais de Valores* conduzidos em 1981 e em 1990 na América do Norte, Comunidade Européia, Escandinávia e Japão. Em todos os países ou grupos de países encontramos a mudança predita. Contrariamente aos relatos jornalísticos de que as massas têm se tornado politicamente apáticas, elas mostram um potencial crescente de ação de confronto. O Quadro 8 mostra as mudanças observadas na porcentagem dos que *efetivamente praticariam* ações políticas de confronto durante os últimos cinco anos, mais a porcentagem dos que dizem que *estariam propensos* a praticar tais ações. Quando eliminamos este último grupo ficamos com um pequeno número de firmes ativistas, mas a observação básica é a mesma: a proporção de pessoas que efetivamente *praticaram* estas ações cresceu significativamente de 1981 a 1990.

A impressão de apatia política que as estatísticas de participação eleitoral mostram é errônea. As massas *estão* tornando-se menos confiáveis no apoio a grupos de elites em eleições. Mas no desenvolvimento da sociedade industrial estão

tornando-se *mais* propensas a se engajar em comportamento de confronto como mostra o Quadro 8. Apesar de não termos dados temporais para o Leste Europeu ou China, os eventos dos anos recentes sugerem que o mesmo processo vem ocorrendo naquelas sociedades.

Devemos sublinhar que não consideramos a democratização como uma conseqüência automática que ocorre quando a população de uma dada sociedade atinge certos níveis de especialização e um certo limiar de mudança de valores. O processo pode ser bloqueado ou desencadeado por eventos específicos. No caso do Leste Europeu, o acesso de Mikhail Gorbatchev ao poder foi importante: tornou claro que o Exército Vermelho não seria mais usado para vetar a liberalização nesses países. Isto, juntamente com a falência econômica, foi um evento desencadeador que explica porque a liberalização subitamente ocorreu na região em 1989-90, e não antes ou depois. Mas este catalisador não teria funcionado se certas pré-condições sociais subjacentes não estivessem já desenvolvidas. Essas pré-condições não parecem ter estado presentes antes da Segunda Guerra Mundial: exceto a Tchecoslováquia (que economicamente era a sociedade mais desenvolvida), nenhum desses países era uma democracia estável no período entre guerras. Nos outros países, a infra-estrutura de massa para a democracia desenvolveu-se mais recentemente.

Quadro 7
Valores, educação e ação política não-convencional
 (% valores “altos” *no índice de ação política não-convencional)



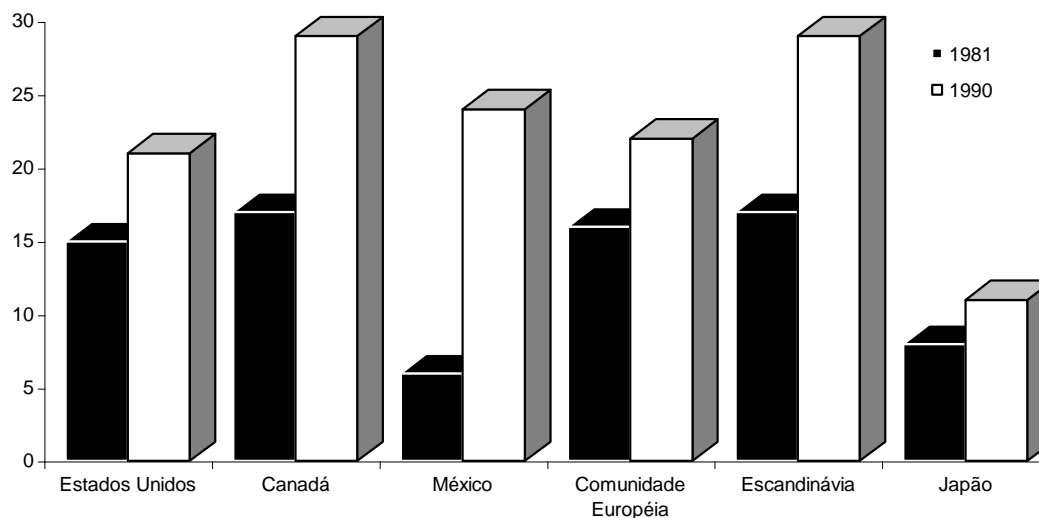
Fonte: Dados combinados do *Survey Mundial de Valores* de 1990.

Aos entrevistados foi perguntado se haviam praticado ou praticariam qualquer das seguintes ações: (A) participação em boicotes; (B) assistência em demonstrações legais; (C) participação em greves ilegais, ou (D) ocupação de prédios ou fábricas. Estão apresentadas acima as porcentagens com média de pontos de “2” ou menor quando J=“Praticou realmente”, 2=“Praticaria”, e 3=“Nunca praticaria, sob quaisquer circunstâncias”.

Ironicamente, uma conseqüência não intencional da relativa segurança e dos níveis educacionais crescentes promovida por quatro décadas de governo comunista foi tornar o povo do Leste Europeu menos disposto a aceitar o governo autoritário – e cada vez mais adepto à resistência. Claramente, tais mudanças culturais são apenas parte da história. Elas podem ser reprimidas por elites domésticas determinadas ou por forças militares externas. Mas em termos dos desenvolvimentos sociais subjacentes, por volta do final dos anos 1980, países como Polônia, Tchecoslováquia, Hungria e Alemanha Oriental estavam maduros para a democratização. Uma vez que ficou claro que a ameaça de intervenção militar soviética não mais estava presente, as pressões de massa pela democratização emergiram quase da noite para o dia. A herança histórica das nações também tem um papel significativo: não por acaso foi a Polônia que, com sua longa tradição de resistência à dominação russa inaugurou a via da eliminação do regime comunista. Mas também é verdade que, apesar de terem uma tradição histórica muito mais fraca de resistência de massa à autoridade, tchecos e alemães orientais partiram para esses mesmos tipos de atividades de protesto de massa logo após os poloneses terem mostrado o caminho. Processos similares têm gradualmente transformado as massas nas sociedades industriais avançadas, e têm produzido a democratização. Estas forças interagem com as elites no controle das sociedades. A transição geracional que levou Gorbachev ao poder podia ter levado algum outro líder menos flexível ao topo; isto poderia ter atrasado o processo de reforma por alguns anos. Mas não teria parado o relógio para sempre.

O impacto da mudança de valores no potencial de massa para ação política não-convencional não está limitado às sociedades européias. As sociedades do Leste Asiático mostram precisamente o mesmo fenômeno observado nos Estados Unidos, Europa Ocidental e Leste Europeu. De fato, esse fenômeno começou a manifestar-se na Coreia do Sul imediatamente antes da recente emergência da democratização do Leste Europeu.

Quadro 8
Potencial de ação política não-convencional, 1981 vs 1990
(porcentagem dos que praticariam todas as quatro ações)



Fonte: *Survey Mundial de Valores* de 1981 e 1990.

PERGUNTA: "Vou ler algumas diferentes formas de ação política que as pessoas podem praticar e gostaria que você me dissesse para cada um, se você (1) tem efetivamente praticado algumas destas coisas, se (2) você faria isto, ou (3) se nunca faria, sob quaisquer circunstâncias"

A LISTA INCLUI: A) participação em boicotes, B) Assistência de demonstrações legais, C) participação de greves ilegais, D) ocupação de prédios ou fábricas. Estão apresentadas acima as porcentagens com pontuação média de 2 ou mais baixa, através das quatro ações.

**Comunidade Européia inclui *surveys* da Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Espanha, Bélgica, Holanda e Irlanda. Dados não são disponíveis para os dois anos para Portugal, Grécia e Luxemburgo. Escandinávia inclui *surveys* da Noruega, Suécia e Dinamarca.

A Coreia do Sul foi empurrada ao estatismo em 1948 sob a liderança do presidente Syngman Rhee, que buscou a permanência vitalícia no poder através de alterações da constituição, fraudes nas eleições e repressão à oposição. Foi deposto em 1960, e um período de nove meses seguiu-se até o golpe militar em 1961, que levou a um período autoritário até 1981, inicialmente sob o presidente Park Chung Hee e, após seu assassinato em 1979, sob o presidente Chun Doo Hwan. 1987 foi o ano da transformação. O governo de sete anos de Chun terminava e ele tentava eleger seu escolhido, Roh Tae Woo, através da impopular constituição existente, que previa eleições indiretas para presidente. Milhares de estudantes foram às ruas em protesto juntamente com cidadãos da classe média que participaram de barulhentas e geralmente violentas manifestações contra o governo, continuadas por semanas. O governo viu-se frente à escolha entre a mobilização de tropas para anular as manifestações e a aceitação da democratização e, possivelmente, a perda

de poder. O candidato do partido do governo, Roh, surpreendeu tanto o governo quanto as forças de oposição, optando pela democratização, aceitando eleições presidenciais diretas e a anistia para seus opositores. As eleições em dezembro de 1987 foram provavelmente as mais honestas da história da Coreia do Sul, e foram as primeiras nas quais os candidatos de oposição venceram por maioria de votos. Mas as forças de oposição não foram capazes de definir um líder único, e apresentaram dois candidatos principais que dividiram o voto oposicionista quase igualmente. Roh foi eleito com 37% dos votos. O partido no poder ganhou as eleições parlamentares em 1992, e estas, mais uma vez, pareceram ter sido conduzidas com um razoável grau de honestidade com a oposição. No início dos anos 1990, Taiwan seguia um curso similar para eleições livres e competitivas.

A China passou por crise similar, mas com um resultado inteiramente diferente. O fato de que um movimento pró-democracia emergiu na China constitui forte evidência de que a queda do comunismo *não foi* simplesmente o resultado de seu fracasso econômico. Esse argumento é freqüentemente usado para explicar o colapso do comunismo no Leste Europeu, e lá ele parece plausível, dado que estas sociedades estavam num estado de falência econômica. Mas a interpretação não se adequa à China, Coreia do Sul, ou Taiwan, países que tinham economias em crescimento, com suas populações vivendo em mais altos padrões de vida que nunca, quando as demandas por liberalização estouraram. As dificuldades econômicas contribuíram sem dúvida para a insatisfação das populações do Leste Europeu, mas isto interagiu com o fato de que seus sucessos econômicos anteriores e o incremento da segurança provida por estes regimes puseram em movimento uma mudança gradual que levou a que a auto-expressão política se tornasse uma prioridade mais importante para um segmento substancial das populações tanto do Leste Europeu quanto da China.

Em abril de 1989, como conseqüência da morte do líder reformista purgado Hu Yaobang, os estudantes chineses deram início a manifestações em sua honra que se tornaram encontros pró-democráticos de massa, mas pacíficos, com marchas e manifestações em Shangai, Beijing e outros centros urbanos. Por volta de maio, centenas de milhares de manifestantes pediam um governo democrático mais aberto e, estimulados por uma visita de Golbatchev, grande número de pessoas ocupou a praça de Tiananmen em Beijing. Em 20 de maio, os líderes da “linha-dura” do Partido Comunista declararam a lei marcial e tentaram ocupar militarmente a cidade. Foram barrados por um milhão de cidadãos de Beijing que bloquearam seu caminho. Finalmente em junho, novas unidades do Exército de Libertação Popular, lideradas por colunas de tanques massacraram centenas, provavelmente milhares de manifestantes. Os líderes do movimento pró-democracia foram presos e muitos executados. Numa atmosfera de medo e repressão, o movimento reformista se dispersou.

O fato de que os “linha-dura” tenham sido capazes de reprimir o movimento pró-democracia ilustra um ponto importante: a democratização nunca é automática. Reflete a interação entre mudanças sociais subjacentes e eventos históricos e líderes específicos. Uma elite autoritária resoluta *pode* responder a pressões crescentes por reformas simplesmente trucidando os cidadãos envolvidos. Mas escolhendo este curso, paga-se o preço: a perda de legitimidade e da cooperação dos cidadãos. Em parte, a escolha da liderança chinesa por esta opção refletiu o fato de que a China, em 1989, estava ainda num nível menos avançado de mobilização social que as outras nações discutidas. O movimento de protesto em 1989 estava fundamentalmente embasado nos estratos mais jovens e educado dos centros urbanos. Sua repressão teve pequena repercussão entre as grandes massas rurais chinesas, que compreendem ainda 80% da população.

Além disso, a elite chinesa ainda não tinha sofrido o tipo de sucessão intergeracional que teve importante papel da União Soviética e Leste Europeu. A gerontocracia ainda detinha o poder. Mas a China parece estar na mesma trajetória que outros estados socialistas, e suas elites enfrentam um agudo dilema: (1) a liberalização econômica tem um enorme sucesso. O produto das indústrias não-estatais decolou de menos de 15% do produto industrial no início dos anos 1980 para quase metade em 1992; enquanto isso, as indústrias estatais estagnaram. Além disso, as regiões de crescimento mais rápido do país têm sido as zonas econômicas especiais do sul, onde a liberalização vem ocorrendo há mais tempo, e onde o capital estrangeiro desempenha um papel importante. No campo econômico, a liberalização é quase irresistível. Mas, (2) a liberalização econômica leva também a pressões por liberalização política, como aprenderam os líderes do Partido Comunista em 1989.

Uma solução para este dilema seria a destruição impiedosa da liberalização econômica, apesar do prejuízo da economia. Esta era uma solução que Mao poderia perfeitamente adotar. Mas a elite partidária atual não é maoísta fanática. Apesar de discordarem no montante de reformas que estão dispostas a aceitar, são basicamente pragmáticas, pessoas que sobreviveram ao terror da Revolução Cultural, e que não estão dispostas a voltar o relógio à era maoísta – e que dão alta prioridade ao crescimento econômico.

As elites chinesas podem estar numa trajetória que não poderão reverter.

A mudança geracional ocorrerá na China, como em todo lugar. O processo que conduziu Gorbachev ao poder na União Soviética também abriu espaço para elites de nível médio menos sanguinárias. Quando os líderes reacionários ordenaram o ataque ao Parlamento russo, os comandantes das unidades-chave recusaram-se a obedecê-los. Da mesma forma, na Alemanha Oriental, quando Honnecker deu ordens para atirar nos manifestantes, a ordem não foi cumprida. Na Romênia, as forças de segurança do estado *atiraram* de fato nos manifestantes, mas

tiveram oposição e foram anulados pelo exército. A longo prazo, mudanças geracionais tendem a transformar as elites tanto quanto as massas: de fato, a mudança em direção a valores pós-materialistas está vinculada à segurança durante a formação, que costuma caracterizar mais as elites do que o público em geral. Por essa razão, esses valores tendem a ser sobre-representados entre as elites das sociedades industriais avançadas, e o grau varia consideravelmente, com o pós-materialismo mais forte entre elites intelectuais e dos meios de comunicação e relativamente mais fraca entre os militares (INGLEHART, 1990, p. 318-330). As elites comunistas baseiam sua legitimidade na bandeira de que constituem a vanguarda do proletariado. São competentes em eliminar qualquer evidência do contrário. Mas quando centenas de milhares de manifestantes estão marchando e pedindo sua renúncia, torna-se cada vez mais difícil apagar a realidade. No Leste Europeu, está claro que os líderes máximos foram surpreendidos e desmoralizados pela evidência inesperada da intensa oposição das massas. Em parte, entregaram o poder por esta razão, e não simplesmente porque não eram mais capazes de controlar os militares.

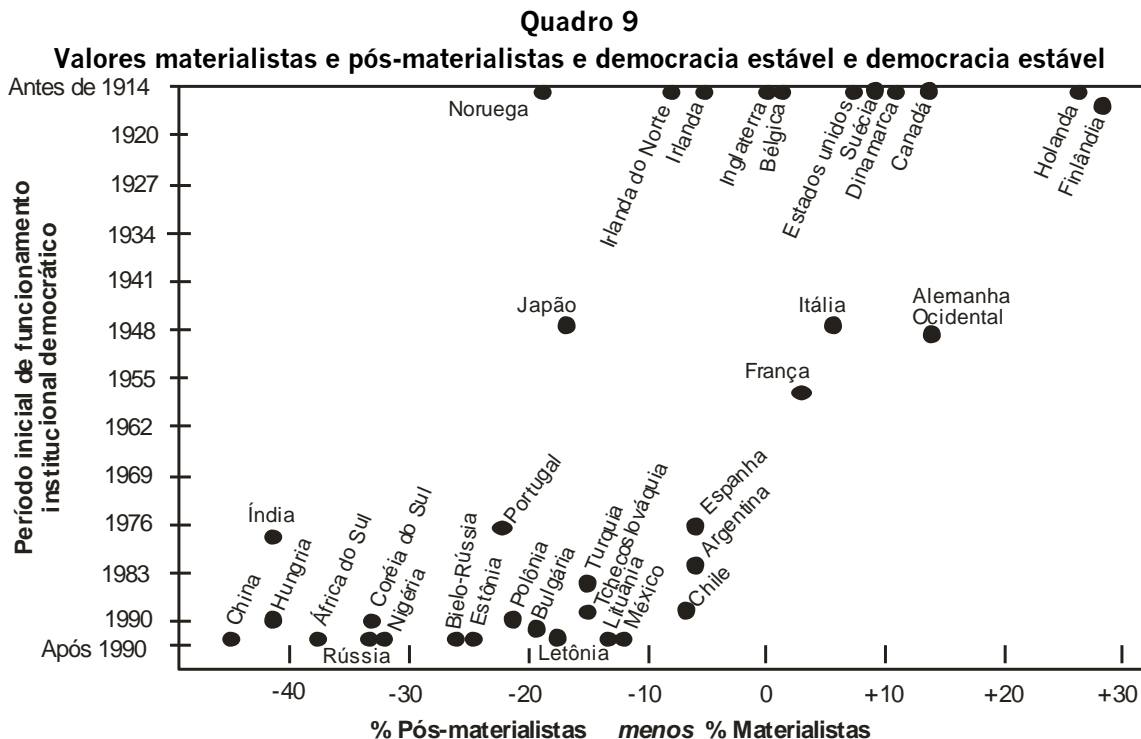
Têm os valores a nível individual impacto nas sociedades em que as pessoas vivem? A evidência que acabamos de examinar sugere que a democracia deveria ser mais provável e mais capaz de sobreviver em sociedades com números relativamente grandes de pós-materialistas do que nas outras. É este o caso? O Quadro 9 apresenta a evidência.

Ainda que as preferências de massa *sozinhas* não determinem quando a democratização ocorre, há uma correlação muito forte entre a razão de pós-materialistas para materialistas num dado país, e a existência de democracia estável. Nossa teoria afirma que, embora as elites possam aperfeiçoar as instituições democráticas, sua sobrevivência a longo prazo depende de apoio de massa. Da mesma forma, nossa análise enfoca a democracia estável – ou seja, democracias que são capazes de emergir e persistir ao longo do tempo. O eixo vertical no Quadro 9 reflete o número de anos durante os quais as instituições democráticas funcionaram continuamente num dado país. O eixo horizontal reflete a porcentagem de pós-materialistas num dado país, menos a porcentagem de materialistas (como em 1990). No alto do quadrante à direita encontramos um grupo de países como Holanda, países nórdicos, Inglaterra, e Estados Unidos e Canadá, que apresentam altas proporções de pós-materialistas, e são democracias estáveis há muitas décadas. No canto de baixo a esquerda encontramos países como China, América do Sul, Rússia, Coreia do Sul e Nigéria – com poucos pós-materialistas e nos quais ainda não há democracias, ou que começaram apenas recentemente a desenvolverem instituições democráticas.

O padrão global é claro. Como demonstra o Quadro 9, nações com proporções relativamente altas pós-materialistas são aquelas que tiveram o funcionamento de instituições democráticas continuamente por muito mais tempo que aqueles com grandes populações materialistas; as últimas tendem ainda a não serem democráticas, ou a serem democracias recentes (e possivelmente instáveis). Esta relação é interessante: reflete uma correlação global de 0,73, que pode ser interpretada como significando que metade da variação no número de anos que instituições democráticas têm funcionado pode ser atribuída ao sistema de valores de suas respectivas populações.

Mas não é tão simples. A democracia reflete um sistema complexo de causas. Para medir o impacto dos valores na democracia em qualquer modo conclusivo, necessitaríamos de longas séries temporais de medição de valores, datando ao menos de 1900, a fim de que pudéssemos analisar a relação entre valores predominantes num dado momento e a emergência (e desaparecimento) de instituições democráticas durante os últimos 90 anos. Não temos tais dados: para os países de democracia mais recente, o *survey* de 1990 é nossa única medida de valores. O padrão internacional certamente sugere que há uma ligação significativa entre valores de massa e instituições democráticas, mas não pode prová-la.

Correlação não é causa: mas a evidência de um vínculo causal entre valores pós-materialistas e democracia estável vai bem além da evidência estática do Quadro 9. Isto é reforçado pela poderosa evidência de nível individual que fornece uma explicação de por que países com populações relativamente pós-materialistas tendem a ser democracias estáveis: suas populações dão prioridade relativamente alta à liberdade individual e aos valores democráticos; e tendem a engajar-se na ação política direta que pode, por sua vez, sob as circunstâncias adequadas, ajudar na liberalização de regimes autoritários.

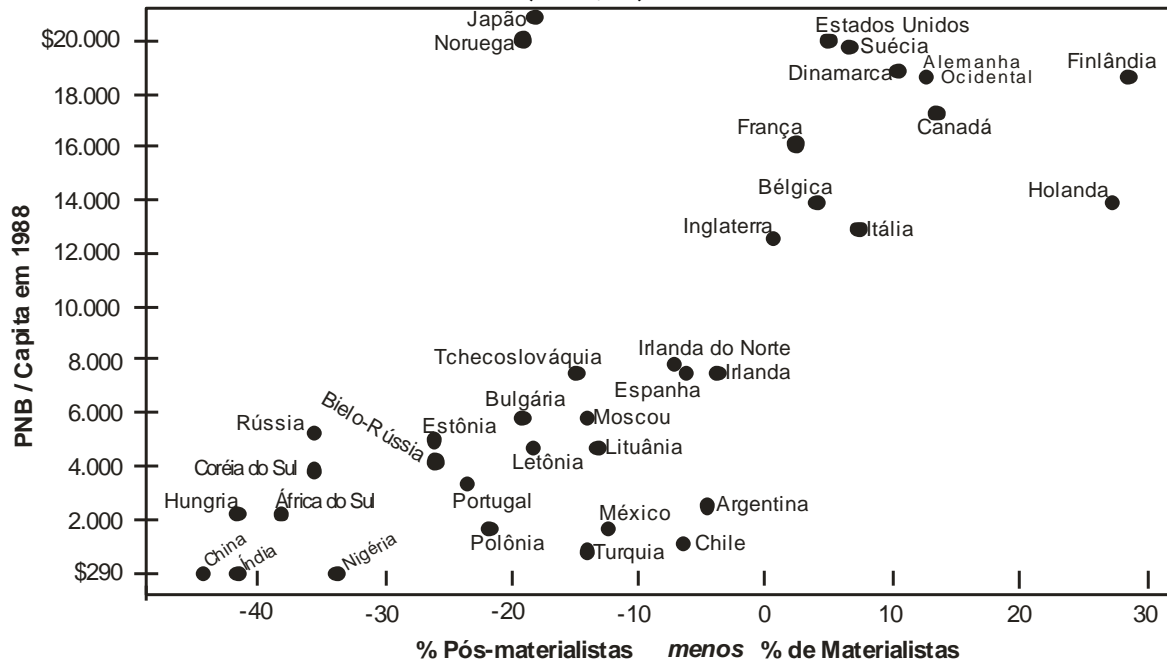


Nossa teoria vincula a emergência de valores pós-materialistas com o processo de desenvolvimento econômico. Há abundante evidência ao nível individual de que aqueles que cresceram sob relativamente altos níveis de segurança física e econômica são muito mais propensos a ter valores pós-materialistas do que aqueles que cresceram sob circunstâncias menos seguras (INGLEHART, 1977, 1979, 1990). Além disso, como dissemos acima, em dados países a proporção de valores pós-materialistas tende a subir com a prosperidade, e a cair com a recessão – e encontramos um incremento – intergeracional de longo prazo no pós-materialismo. Esta evidência indica que o desenvolvimento econômico produz uma mudança para valores pós-materialistas. A evidência interseccional global do *Survey Mundial de Valores de 1990* proporciona mais base a esta interpretação: como demonstra o Quadro 10, valores pós-materialistas são muito mais ampliados entre nações mais desenvolvidas do que são entre as mais pobres. Japão e Noruega são casos desviantes, países ricos que não são tão pós-materialistas quanto poderiam sugerir seus níveis econômicos. Mas a correlação global é forte ($r = 0,73$). Com poucas exceções, os países ricos têm proporções muito mais altas de pós-materialistas do que os mais pobres. Assim, num extremo temos a Finlândia, com uma renda per capita em 1988 de mais de US\$18.000, e

uma população composta muito mais de pós-materialistas que materialistas; e China e Índia no extremo oposto com rendas anuais per capita em torno de US\$300, e com quase dez vezes mais materialistas quanto pós-materialistas. Isto aponta para a conclusão de que o desenvolvimento econômico tende a trazer uma mudança para valores pós-materialistas, o qual por sua vez é condutor para a democracia.

Seria absurdo argumentar que *apenas* a mudança de valores de massa traz democracia, pois outros fatores também estão envolvidos. Como indicava o Quadro 1 acima, o processo de mobilização social leva as massas a um envolvimento crescentemente ativo na vida política das antigas sociedades industriais – mas estas massas poderiam ser mobilizadas para modos fascistas, comunistas ou democráticos de participação. Em sociedades industriais avançadas, a mobilização cognitiva e a mudança para valores pós-materialistas parecem tornar a ação democrática vencedora, mas democratização também reflete o impacto de eventos macro-políticos e de líderes.

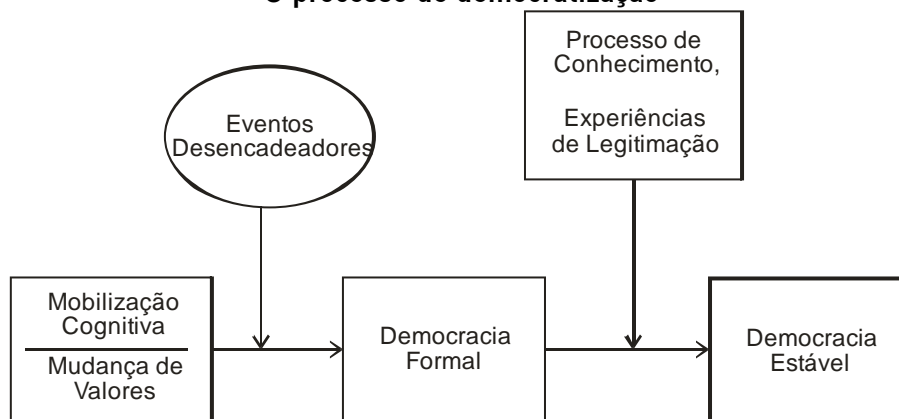
Quadro 10
Desenvolvimento econômico e valores materialistas/pós-materialistas
(r = 0,73)



O processo de democratização

O Quadro 1 no início deste artigo apresentava o processo de democratização global a partir da mobilização social na sociedade industrial antiga através do estabelecimento da democracia estável na sociedade industrial avançada. O Quadro 10 focaliza mais especificamente os estágios finais deste processo. Como vimos, a mobilização cognitiva e a mudança de valores de materialistas para pós-materialistas favorecem a democratização, mas não a produzem automaticamente por si só. Uma mudança no regime geralmente requer algum poderoso evento desencadeador a fim de superar a inércia da ordem estabelecida. Se as derrotas na I Guerra mundial e na II Guerra mundial foram os eventos-chave que provocaram a primeira e segunda ondas de democratização, o colapso das economias comunistas, combinado à sucessão intergeracional que trouxe Gorbachev ao poder, causaram a onda recente de democratização na Europa Oriental (com repercussões que afetaram mas não levaram à mudança de regime na China). Na antiga União Soviética, a tentativa de golpe pela linha-dura em agosto de 1991 foi o evento desencadeador imediato que levou à queda do comunismo – mas obviamente, a tentativa de golpe foi posta em movimento por causas anteriores mais profundas. Na Europa Central e Oriental e na antiga União Soviética os regimes pós-comunistas adotaram ou estão adotando instituições democráticas e começaram a realizar eleições livres.

Quadro 11
O processo de democratização



Mas uma coisa é adotar a democracia formal e outra coisa tornar-se uma democracia estável. Imediatamente após a I Guerra Mundial um certo número de novas democracias foi estabelecido. Muitas delas não sobreviveram às crises do período entre-guerras. O caso mais trágico, com as conseqüências mais graves foi o

da Alemanha. No papel, a constituição da República de Weimar em 1918 era uma democracia modelo, que na prática, não sobreviveu. As instituições democráticas eram vistas por muitos alemães como um elemento estranho imposto de fora pela derrota na I Guerra Mundial. As elites autoritárias ainda possuíam algumas posições influentes, e a cultura política de massa subjacente não era congruente com a democracia (ECKSTEIN, 1965). A democracia não conseguiu desenvolver uma lealdade profunda das massas, o que poderia tê-la ajudado a passar tempos difíceis, como a hiperinflação dos anos 1920 e o desemprego massivo dos anos 1930. A democracia formal pode ser estabelecida pelas elites – mas uma vez que a política passa a definir-se por eleições livres, as orientações das massas tornam-se cruciais, e na Alemanha de Weimar o regime nazista chegou ao poder através de eleições livres. No início dos anos 1930, o partido nazista tornou-se o maior partido no Reichstag e Hitler tornou-se chanceler em 1933 através de procedimentos democráticos. Procedeu então à abolição da democracia e colocou a Alemanha num curso que se provou desastroso para seus vizinhos e em última análise para ela mesma.

A República de Weimar fracassou porque faltou legitimidade e por causa da persistência da cultura política autoritária. Contudo, cultura é uma variável, não uma constante. Pode mudar, apesar de tender a fazê-lo gradualmente, e a história da Alemanha após a II Guerra Mundial demonstra este ponto. Durante as décadas subseqüentes a 1945, a democracia lentamente estabeleceu raízes entre o povo alemão (BOYNTON & LOWENBERG, 1973; BAKER, DALTON & HILDEBRANDT, 1981). Nos anos 1980, a Alemanha Ocidental tornou-se uma democracia estável. O que fez a diferença entre Weimar e Bonn? Segundo Easton (1963), resultados positivos de um sistema político podem gerar apoio de massa para os governantes. A curto prazo este apoio está baseado em cálculos relativos a “o quê você tem feito por mim ultimamente?” Mas se os resultados de um dado regime são considerados positivos ao longo do tempo, o regime pode desenvolver um “apoio difuso” – a percepção generalizada de que o sistema político é fundamentalmente bom. O “apoio difuso” de Easton é similar ao conceito de legitimidade. Reflete a percepção geral de que o regime existente é basicamente bom, e dá ascensão ao apoio de massa que pode subsistir mesmo em tempos difíceis

A Alemanha de Weimar nunca teve a oportunidade de desenvolver este tipo de legitimidade. Associada à derrota desde seu início, logo enfrentou a hiperinflação dos anos 20; foi incapaz de manter a ordem interna, e finalmente entrou em colapso sob o impacto da Grande Depressão dos anos 1930. O regime de Bonn, por outro lado, gradualmente desenvolveu um sentido de legitimidade na população alemã ocidental. Durante as primeiras décadas de sua existência, uma grande proporção de sua população continuou a acreditar na afirmação de que “o regime nazista era uma boa idéia, mal desenvolvida”. Mas gradualmente as instituições

democráticas ganharam aceitação. Inicialmente, esta aceitação foi baseada no milagre econômico da era pós-guerra. No final dos anos 1950. A República de Bonn tinha se provado um sucesso do ponto de vista econômico. O trabalho de campo para o estudo *The Civic Culture* em 1959 mostrou que enquanto entre as populações americana e inglesa grandes números expressavam orgulho de suas instituições políticas, poucos alemães o faziam. Mas os alemães se orgulhavam *sim* de seu sucesso econômico (ALMOND & VERBA, 1963). O apoio de massa para o regime democrático continuou a crescer como uma consequência do sucesso econômico continuado, provavelmente ampliado pela transição pacífica do poder político da coalizão democrata-cristã para os social-democratas em 1969; e ainda devido à relativa estabilidade econômica e política vivida pela Alemanha Ocidental em meados dos anos 1970, quando muitos dos seus vizinhos experimentavam a instabilidade econômica e política. No final dos anos 1970, os *surveys* do *Eurobarômetro* revelavam que a população alemã estava mais disposta a expressar satisfação com o modo pelo qual o sistema político funcionava do que os demais povos da Europa Ocidental, incluindo os ingleses. A democracia havia finalmente fincado raízes na sociedade alemã.

Um grande conjunto de pesquisas no campo da economia política examinou o desenvolvimento do apoio de massa, em geral com enfoque de curto prazo. Se o ciclo econômico tem se desenvolvido bem, encontra-se um crescente apoio popular aos eleitos; se a economia funciona mal, tende-se a encontrar uma declinação no apoio de massa para os responsáveis. A curto prazo, a resposta é algo como “fora com os vagabundos” (KRAMER, 1971; LEWIS-BECK, 1986; MARKUS, 1988). O apoio a um regime democrático tem dinâmica similar, mas está baseado em processos de longo prazo mais profundos.

Assim, a satisfação popular com o modo pelo qual o sistema político está funcionando é um bom preditor da democracia estável. Análises estatísticas de dados de 24 nações incluídas no *Estudo Mundial de Valores* de 1981 mostram uma correlação de 0,41 entre a satisfação com a forma pela qual o sistema político está funcionando e a existência de democracia a longo prazo. Mas a satisfação com a vida como um todo é um preditor consideravelmente mais forte da democracia estável: a correlação aqui é 0,86 (INGLEHART, 1990). Inicialmente, pode parecer surpreendente que esta satisfação seja um preditor mais forte da democracia estável que a satisfação com o sistema político, dado que este último tem um conteúdo político muito mais específico. Pensando bem, faz sentido, pois a política constitui um aspecto relativamente periférico da vida da maior parte das pessoas. Empiricamente, a satisfação com a esfera política tem apenas um impacto menor na percepção geral do bem-estar; satisfação com a família, com o trabalho, tempo de lazer, amigos, ou o lar, tudo tem um impacto muito mais forte na percepção geral do bem-estar do que a política (ANDREWS & WITHEY, 1976). Se se sente que a política está indo bem no

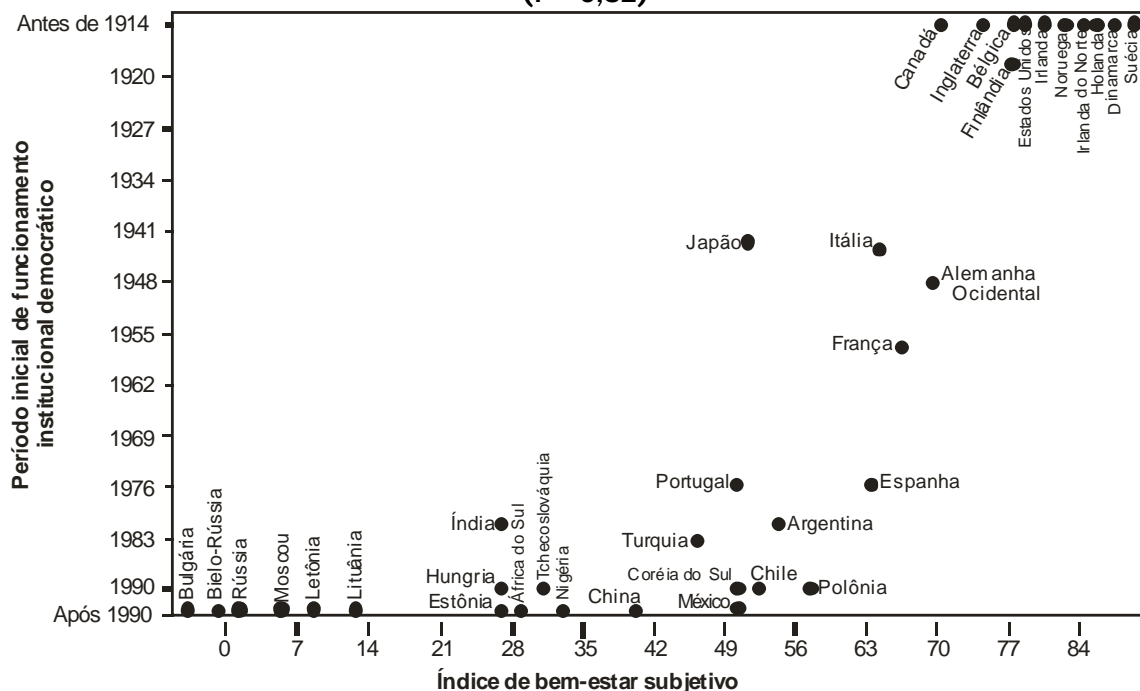
país, isto é um ganho definitivo. Mas se se sente ao longo de muito tempo que a vida como um todo tem ido bem sob instituições democráticas, isto leva ao surgimento de bases de apoio às instituições democráticas que são mais profundas, mais difusas e mais duradouras.

Dados de um conjunto muito mais amplo de países estão disponíveis no *Survey Mundial de Valores de 1990* do que nos *surveys* de 1981 (neste momento incluindo um número de sociedades que ainda não eram democráticas, ou apenas eram democráticas havia muito pouco tempo). Esta base de dados mais ampla proporciona uma evidência ainda maior da ligação entre satisfação geral com a vida e a persistência da democracia estável.

Como mostra o Quadro 12, as sociedades caracterizadas por um sentido relativamente forte de satisfação com a vida como um todo, e sentimentos relativamente fortes de felicidade, tendem muito mais a ser democracias estáveis do que as sociedades caracterizadas por um baixo sentido de bem-estar. A correlação ($r=0,82$) é muito forte e confirma as observações anteriores. Precisamente porque a satisfação geral é profundamente enraizada e difusa, ela oferece uma base muito mais estável de apoio para um dado regime do que uma satisfação especificamente política. A satisfação política é uma orientação muito mais estreita que, em boa parte, gera apoio para governantes específicos, mais do que para um regime ou comunidade política. Dessa forma, a satisfação política pode flutuar rapidamente ao longo do tempo, com esquerdistas expressando níveis muito mais altos de satisfação política quando a esquerda está no poder do que quando não está, e direitistas mostrando níveis muito mais altos quando seu partido está no poder.

Quando o povo está insatisfeito com a política (mas não com suas vidas), é hora de mudar as autoridades: o resultado provável é uma circulação de partidos no poder. Quando a maior parte da população de uma dada sociedade torna-se profundamente insatisfeita com suas vidas, elas podem mudar o regime – ou mesmo a comunidade política. É extremamente raro a infelicidade chegar a este nível. Pesquisa anterior sobre bem-estar subjetivo desenvolvida em vários países verificou quase sempre que as pessoas se descrevem mais como “muito felizes” ou “felizes”, do que “quase infelizes” ou “muito infelizes”. Da mesma forma, muito mais pessoas normalmente se descrevem como satisfeitas com suas vidas como um todo, do que insatisfeitas (ver, por exemplo, ANDREWS, 1986). Os dados do *Survey Mundial de Valores de 1990* revelam os mais baixos níveis de bem-estar individual já registrados conhecidos por este autor. Nos *surveys* realizados na Rússia, Bielo-Rússia, Bulgária, Letônia e Lituânia, as pessoas descrevem-se tanto como “infelizes” quanto como “felizes”, e tanto dizem que estão “insatisfeitas” quanto “satisfeitas”.

Quadro 12
O impacto da cultura política: bem-estar subjetivo e democracia estável
 (r = 0,82)

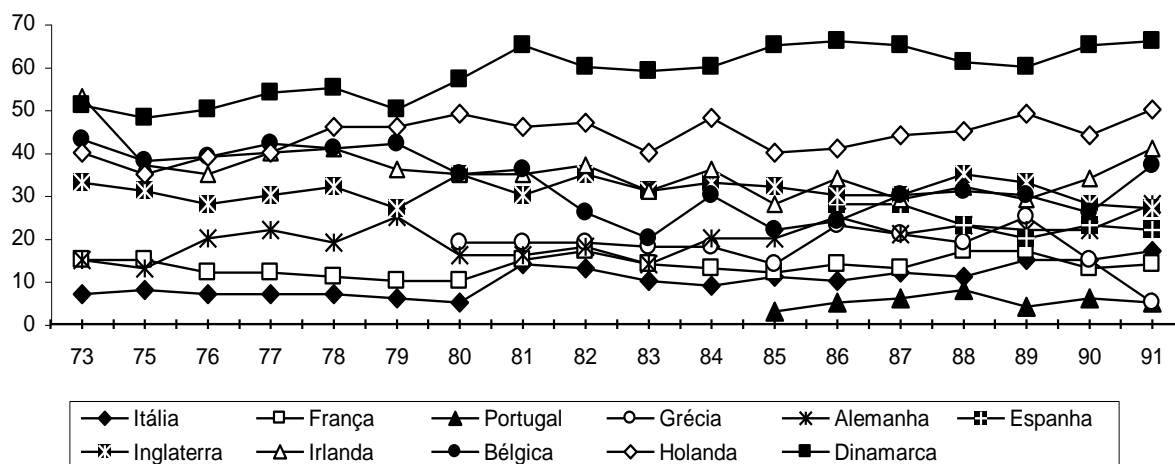


Fonte: *Survey Mundial de Valores de 1990-1991*
 (média de % felizes menos % infelizes, e % satisfeitos menos % insatisfeitos)

Esta é uma verificação extraordinária e alarmante. Em 1990, estas sociedades estavam classificadas bem abaixo de países muito mais pobres como Índia, Nigéria ou China (e estavam classificadas bem abaixo do nível encontrado para outra sociedade socialista, a Hungria, em 1981). Vemos isto como indicação de uma profunda indisposição entre a população geral. Parece significativo que todas as seis sociedades tenham passado por mudanças de regime no ano seguinte a estes *surveys* e cinco delas também tenham assistido à desintegração de suas comunidades políticas – com sistemas comunistas abrindo caminho para novos regimes que lutam para instituir democracias de mercado; e com a antiga União Soviética dividindo-se em Rússia, Bielo-Rússia, Letônia, Lituânia, Estônia e outros estados.

Suspeitamos que sob a República de Weimar, e novamente em 1945, a população alemã provavelmente apresentava semelhantes níveis baixos de bem-estar subjetivo. É muito cedo para dizer se a antiga União Soviética seguirá o caminho de Weimar ou de Bonn mas as evidências indicam que o apoio difuso de massa, em 1990-91, estava em níveis alarmantemente baixos. De um lado, isto ajuda a explicar o colapso do antigo sistema, mas a menos que um sentido positivo de bem-estar seja estabelecido, isto põe em risco a estabilidade dos novos regimes. Uma percepção generalizada de bem-estar condiciona uma base estável de legitimidade para um dado regime porque permanece ao longo do tempo. Como o Quadro 13 demonstra, níveis relativamente altos, ou relativamente baixos de satisfação com a vida são normalmente atributos estáveis daquelas sociedades. Estes níveis distintos de satisfação com a vida permanecem ao longo do tempo mesmo diante de oscilações econômicas conjunturais como as recessões de meados de 1970 e no início dos anos 1980. Apesar da ocorrência de duas recessões maiores, níveis de satisfação com a vida daquelas sociedades ficaram relativamente estáveis ao longo do período de 1973 a 1991, com a Bélgica apenas apresentando mudanças significativas durante o período. O fato de a Bélgica constituir um caso excepcional pode bem vincular-se ao fato de que a Bélgica passou por uma mudança de regime neste período, de um estado unitário para a reorganização numa região flamenga, uma região valã e uma região bilíngüe em torno de Bruxelas. Em 1990, o bem-estar subjetivo na Bélgica recuperou parte de suas perdas – e nunca baixou a níveis próximos dos registrados na União Soviética em 1990.

Quadro 13
Diferenças culturais são relativamente permanentes, mas não imutáveis:
diferenças intencionais sobre satisfação com a vida como um todo 1973-1991
(porcentagem dos indivíduos “muito satisfeitos” com a vida como um todo)



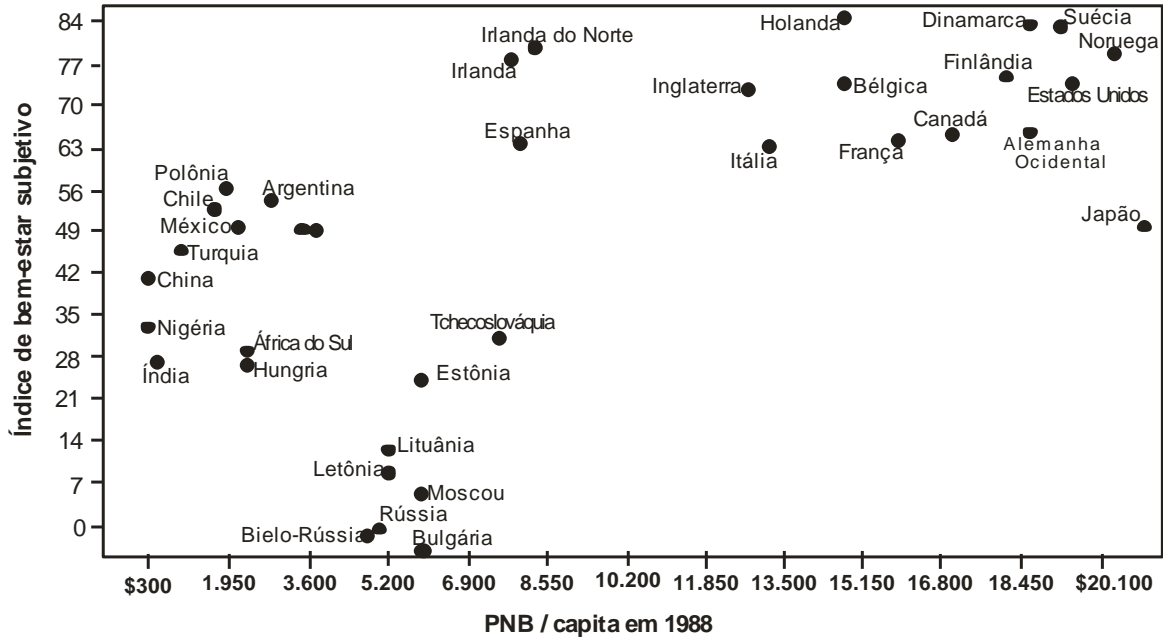
Fonte: *Surveys* do Eurobarômetro realizados em cada ano respectivo

A presença de níveis relativamente altos de satisfação com a vida nos povos de dadas sociedades constitui um fator importante nos fundamentos da democracia estável. Se altos níveis de bem-estar subjetivo estão presentes, isso significa que um regime constituiu um capital de apoio de massa, baseado na percepção de que a vida tem sido boa sob tal sistema, num sentido difuso. Certamente, alto apoio difuso é uma garantia para qualquer sistema político, democrático ou não, mas é especialmente importante para a estabilidade do sistema político democrático. Sistemas autoritários podem e de fato perduram com apoio de massa muito limitado, através da coerção: mas uma democracia é diretamente dependente do apoio dessas massas.

Como indica o Quadro 14, o desenvolvimento econômico tende a trazer níveis mais altos de bem-estar subjetivo. Isto sugere que o sucesso econômico leva ao apoio de massa. Entretanto, o vínculo com o desenvolvimento econômico é curvilíneo; a curva alcança o ponto máximo no ponto mais alto do continuum de desenvolvimento econômico, mostrando praticamente nenhum ganho acima do nível de renda de US\$7.000 per capita.

Mas entre as nações mais pobres, a satisfação com a vida e a felicidade sobem agudamente com o desenvolvimento econômico, e a correlação global é de 0,65. Como se poderia esperar, altos níveis de bem-estar subjetivo acompanham altas proporções de pós-materialistas naquelas sociedades, uma vez que o desenvolvimento econômico tende a produzir tanto o bem-estar subjetivo quanto altas proporções de pós-materialistas. Mas ao nível individual, pós-materialistas *não* apresentam níveis mais altos de satisfação com a vida ou de felicidade que os materialistas. Isto não é um paradoxo, é precisamente o que a teoria sugere (INGLEHART, 1977, p. 116-148). pós-materialistas são indivíduos que experimentaram altos níveis de segurança econômica nos seus anos de formação – e conseqüentemente adquiriram confiança e deslocaram sua ênfase para outros objetivos. Pós-materialistas têm aspirações mais altas em áreas não-econômicas da vida. Por exemplo, têm padrões mais altos referentes à qualidade do meio ambiente. Conseqüentemente, são relativamente insatisfeitos com as condições nessas outras áreas, e tendem a tornar-se ativistas ambientais ou ativistas na busca de outras formas de mudança social. Precisamente porque *não são* especialmente compensados por ganhos econômicos, eles são pós-materialistas. Ao nível societal, entretanto, os dois claramente tendem a caminhar juntos; são parte da síndrome ampla que emerge com altos níveis de desenvolvimento econômico.

Quadro 14
Desenvolvimento econômico e bem-estar subjetivo
($r = 0,65$)

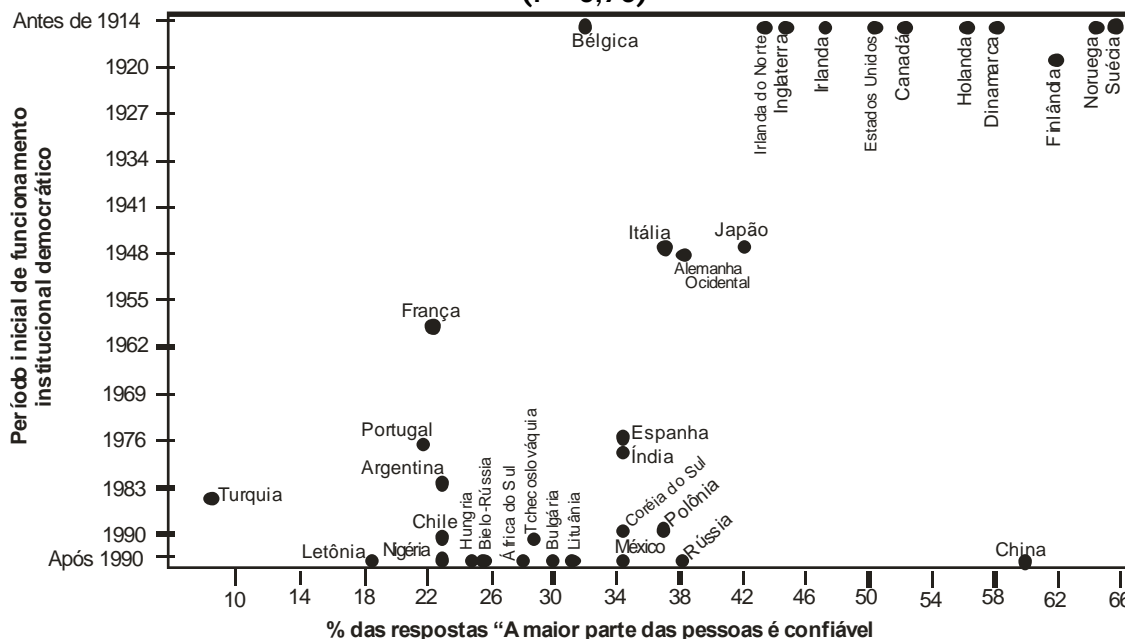


Prosperidade e segurança tendem a fazer surgir altos níveis de confiança interpessoal, tanto quanto números crescentes de pós-materialistas, e altos níveis de bem-estar subjetivo. A confiança interpessoal é um elemento central na literatura sobre cultura política (BANFIELD, 1958; WILEY, 1957; ALMOND and VERBA, 1963). A confiança interpessoal leva tanto à cooperação econômica quanto à cooperação política. As instituições democráticas dependem da confiança de que a oposição aceitará as regras do processo democrático. Confia-se no oponente para continuar a manter eleições livres, de forma que se perde o poder, ninguém vai para a prisão, mas pode continuar a viver e ainda disputar o poder político em alguma eleição futura. Segundo sugere a literatura clássica sobre cultura política (apesar de não poder demonstrar diretamente), a confiança está vinculada ao desenvolvimento econômico: os dados do *Survey Mundial de Valores de 1990* revelam uma correlação positiva forte entre confiança interpessoal e nível de desenvolvimento sócio-econômico em aproximadamente 40 sociedades. E, mais expressamente relevante para nosso ponto presente, a confiança está vinculada à democracia estável, como mostra o Quadro 15.

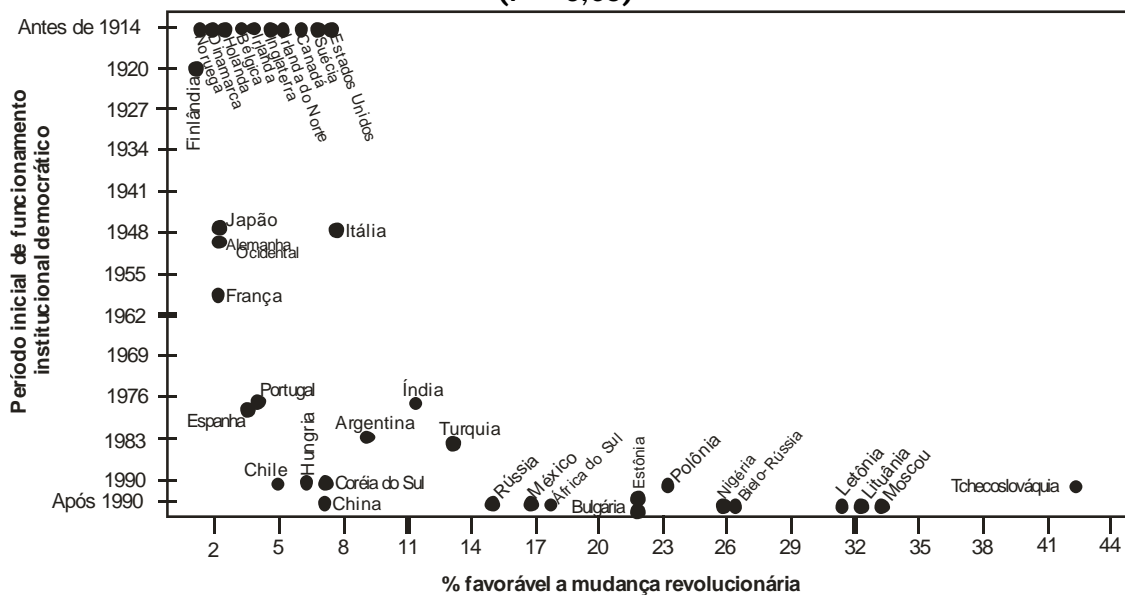
Novamente, este é um ponto sugerido pela literatura sobre cultura política, que nunca foi capaz de demonstrá-lo expressamente (devido a uma base de dados internacional inadequada). A relação apresentada no Quadro 15 é muito forte e significativa num nível muito alto. A China é um caso desviante – um país com nível relativamente alto em confiança interpessoal, mas nem assim democrático; e a Bélgica desvia na direção oposta – uma sociedade com nível relativamente baixo de confiança interpessoal, e ainda assim uma democracia. Praticamente todos os outros países seguem a regra de que a alta confiança interpessoal é vinculada à democracia estável.

Altos níveis de confiança interpessoal de bem-estar subjetivo e pós-materialismo caminham juntos e se juntam a um elemento a mais que está demonstrado pelos dados de 1981; não surpreendentemente, sociedades com porcentagens relativamente baixas de pessoas favoráveis à mudança revolucionária tendem a ser democracias estáveis, como demonstra o Quadro 16. Aqui, a relação é curvilínea: entre as sociedades onde apenas uma pequena proporção (menos de 10%) é favorável à mudança revolucionária, encontramos tanto democracias estáveis como sociedades não democráticas.

Quadro 15
Confiança interpessoal
($r = 0,70$)



Quadro 16
Apoio à mudança revolucionária e democracia
(r = -0,65)



Mas nenhum daqueles países com uma alta proporção de revolucionários é uma democracia estável. A Tchecoslováquia e os estados sucessores à União Soviética mostram a maior proporção de revolucionários ironicamente, as mudanças evocadas hoje são qualquer coisa, menos marxistas.

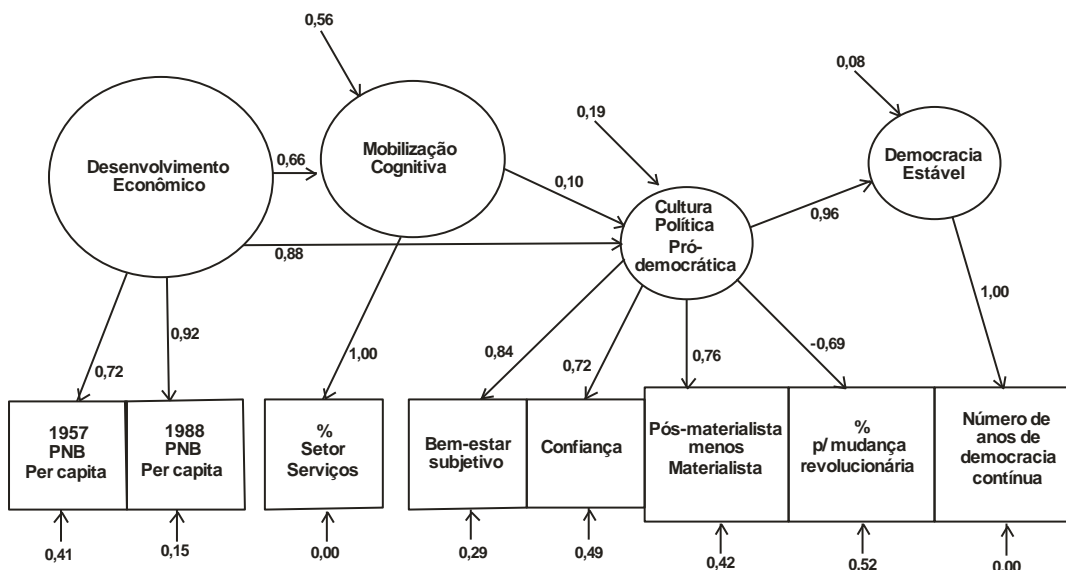
Valores pós-materialistas, confiança, bem estar subjetivo e baixos níveis de apoio à mudança revolucionária constituem uma síndrome inter-relacionada de atributos culturais vinculados ao desenvolvimento econômico, de um lado, e à persistência da democracia estável, de outro. Mas estas características culturais contribuem verdadeiramente para a persistência da democracia estável, ou são simplesmente epifenômenos, uma consequência do desenvolvimento econômico que em si mesmo, não contribui para a democracia estável? Seriam necessários dados de séries temporais para produzir uma resposta conclusiva sobre o papel dos fatores culturais na democracia estável. Mas a análise da equação estrutural descrita no Quadro 17 põe-nos mais próximos a uma resposta.

O primeiro ponto que esta análise demonstra é o fato de que bem-estar subjetivo, confiança interpessoal, valores pós-materialistas e (baixo) apoio à mudança revolucionária ocorrem juntos numa cultura política coerente que dá sustentação à democracia estável. O bem-estar subjetivo é o componente mais forte nesta cultura (com uma associação de 0,84), mas os valores pós-materialistas e a confiança interpessoal estão próximos (com associações de 0,76 e 0,72, respectivamente) e o

apoio 3 mudan7a revolucion3ria tem uma associa73o de -0,69. Essa s3ndrome de orienta73es culturais tem uma associa73o forte com a nossa vari3vel dependente, o n3mero de anos durante os quais as institui73es democr3ticas t3m funcionado continuamente naquelas sociedades: o efeito direto da cultura na democracia est3vel e 0,96. Isto sugere que virtualmente toda a vari3ncia na democracia est3vel pode ser explicada pela varia73o nas culturas pol3ticas das sociedades. Nenhuma outra vari3vel tem um efeito significativo quando controlamos a cultura pol3tica.

Os resultados indicam que os fatores culturais t3m papel crucial na democracia est3vel. O desenvolvimento econ3mico sozinho quase n3o tem efeito direto na democracia est3vel quando a cultura pol3tica 3 introduzida como um conceito interveniente. Em outras palavras, n3o 3 a riqueza *per se* que faz surgir a democracia est3vel: Kuwait e L3bia, por exemplo, s3o ricos, mas n3o desenvolveram as mudan7as culturais e sociais que produzem a democratiza73o. Apesar de haver uma correla73o entre desenvolvimento econ3mico e democracia est3vel, o v3nculo 3 quase inteiramente devido ao fato de que desenvolvimento econ3mico leva ao surgimento de uma cultura pol3tica pr3-democr3tica.

Quadro 17
Bases econ3micas e culturais da democracia est3vel



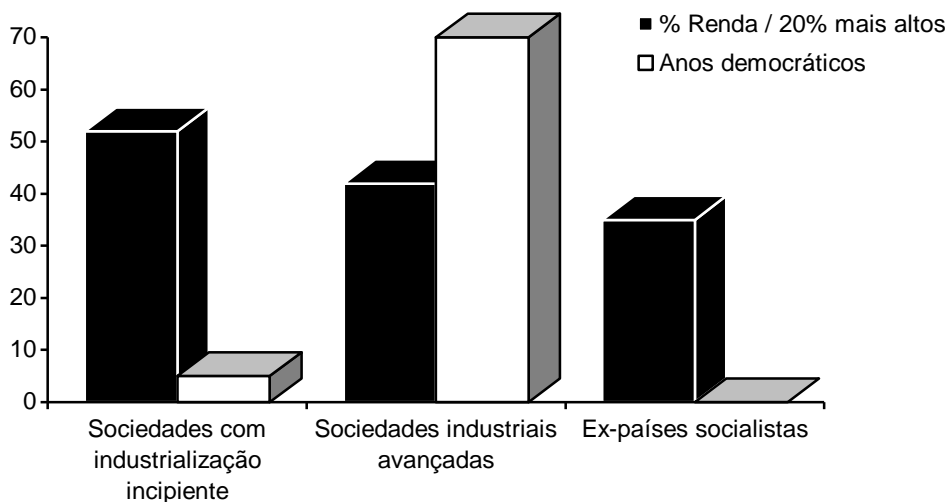
Nota: est3o presentes no modelo, mas n3o est3o apresentadas aqui as correla73es 0,44 e 0,35 entre dados residuais de apoio 3 mudan7a revolucion3ria e a) bem-estar subjetivo e b) 1957 PNB per capita N=35,31 Chi-quadrado=20,7, Graus de Liberdade=15, p=0,15, AASR=0,036, CFI=0,970

Neste modelo, o vínculo entre mobilização cognitiva e democracia estável é inteiramente devido ao vínculo entre mobilização cognitiva e uma cultura política pró-democrática. Há uma substancial correlação entre a porcentagem da força de trabalho no setor de serviços e a democracia estável ($r = 0,57$); mas ela desaparece quando a controlamos pelos vínculos com cultura política. Suspeitamos que este modelo pode subestimar o impacto da mobilização cognitiva na democracia estável, porque deixa de incluir uma medida adequada de educação formal. Isto não se deve a um descuido: tentamos obter dados estatísticos internacionais comparativos em educação, mas eles simplesmente não estão disponíveis numa base global: a definição de “educação secundária” usada em um país (como a Nigéria) não parece ser equivalente à definição usada em outro país (como o Japão). Numa tentativa de incluir ao menos algum indicador de níveis educacionais, incluímos a porcentagem de analfabetos em modelos anteriores (pensando que isto, ao menos, poderia ser internacionalmente comparável). Observou-se uma correlação de $-0,36$ com a democracia estável e seu efeito era muito fraco para justificar sua inclusão em nosso modelo final. Apesar de o modelo descrito no Quadro 17 ser uma simplificação de uma realidade complexa, está baseado numa base de dados mais ampla do que qualquer outra antes disponível. Ela utiliza dados culturais de 39 nações, que incluem dois terços da população mundial. E o modelo tem uma excelente adequação aos dados, com um índice de 0,97 (para maiores detalhes sobre o Comparative Fit Index, ver BENTLER, 1990). Teoricamente, um modelo perfeito mostraria um CFI de 1,00; este modelo se aproxima muito. O resíduo padrão médio absoluto é de apenas 0,036: o modelo prediz relações que estão muito próximas àquelas na verdade observadas. Mais ainda, o modelo é muito parcimonioso, dando conta da relação entre desenvolvimento econômico e democracia estável de modo simples e direto. E a mensagem é que a cultura política tem um papel crucial.

Mueller & Seligson (1991) argumentam que a cultura não é significativa: reanalisando os dados do *Survey Mundial de Valores de 1981* observaram que quando se faz controle pela igualdade econômica e se reespecifica o modelo, os vínculos culturais desaparecem. Sua análise está baseada no suposto de que a igualdade econômica leva à democracia, e não o contrário – um suposto questionável. Há uma correlação entre igualdade econômica e democracia nos dados de 1981, mas deve-se perguntar pelas suas causas: o estado de bem-estar social provocou a democratização? ou foi a democracia que fez surgir o estado de bem-estar e portanto as políticas de distribuição de renda que levam as sociedades para uma distribuição de renda mais equânime? O registro histórico é muito claro sobre esta questão: historicamente, a emergência das instituições democráticas, o surgimento do sufrágio universal, e o surgimento dos partidos políticos da classe trabalhadora *precederam* o surgimento do estado de bem-estar.

Os dados de 1990 demonstram que a igualdade econômica tende a ser concomitante com a democratização, mas *não* parece ser uma causa necessária ou suficiente para sua existência. A igualdade de renda tende a aumentar com o desenvolvimento econômico ($r = 0,29$) e ajuda a explicar porque estava correlacionada com a democracia estável nos dados de 1981. Esta correlação não se sustenta nos dados mais amplos de *Survey Mundial de Valores de 1990*, dado que este *survey* incluía um grande número de antigas sociedades socialistas (diferentemente dos dados de 1981 nos quais a Hungria era o único país ex-socialista). E quando são incluídos nesta análise, a correlação entre igualdade de renda e democracia estável desaparece ($r = -0,06$).

Quadro 18
Igualdade de renda e democracia



Nota: "Sociedades de Industrialização Incipiente" para as quais temos dados incluem Índia, Nigéria, México, África do Sul, Turquia e Argentina; "Sociedades Industriais Avançadas" incluem Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha Ocidental, Itália, Japão, Canadá, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia; "Ex-países Socialistas" incluem Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Rússia, Bielo-Rússia, Estônia, Letônia e Lituânia. Dados de igualdade de renda não eram disponíveis para as nações sucessoras da antiga União Soviética; o mesmo ocorreu para a média dos outros ex-países socialistas.

O Quadro 18 mostra porque isto ocorre. Nas sociedades de industrialização incipiente (Índia, Nigéria, México, África do Sul, Turquia e Argentina), na média, 52% da renda nacional localizam-se nos 20% mais ricos da população; e (como em 1990) este grupo de países tem tido uma democracia contínua por uma média de 4,3 anos desde 1900. Entre as sociedades industriais avançadas (Estados Unidos,

França, Alemanha Ocidental, Itália, Japão, Canadá, Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia), apenas 42% da renda nacional iam para os 20% do topo da população; enquanto este grupo tinha uma média de 70 anos de democracia contínua desde 1900. Assim, entre estes primeiros dois grupos apenas, havia uma forte correlação negativa entre desigualdade econômica e democracia. Se a igualdade econômica levou à democracia, então as ex-nações socialistas deveriam ser o grupo mais democrático de todos. A realidade é muito diferente. Nos ex-países socialistas (Tchecoslováquia, Alemanha Oriental, Hungria, Polônia, Iugoslávia, Rússia, Bielorrússia e as Repúblicas Bálticas), uma porcentagem ainda menor de renda (34%) ia para os 20% mais ricos da população do que nas sociedades industriais avançadas; mas o ex-grupo socialista tem sido democrático por uma média de apenas 0,1 anos desde 1900: conseqüentemente, quando juntamos o ex-grupo socialista ao conjunto de dados, a correlação entre igualdade e democracia estável cai para quase zero.

Democracias tendem a ter um nível razoavelmente alto de igualdade de renda, e é provavelmente verdade que esta tende a levar à democracia, tanto quanto a ser uma conseqüência desta (dado que a democracia transfere poder político para o público em geral, habilitando-o a pressionar por políticas sociais relativamente igualitárias). Mas a igualdade de renda não parece ser uma causa dominante da democracia, e as democracias não necessariamente conseguem os *mais altos* níveis de igualdade de renda: os ex-países socialistas se classificavam muito acima deles neste respeito.

A evidência apresentada neste texto demonstra que o desenvolvimento econômico tem um vínculo forte com a democracia estável, e que mudanças culturais tem um papel crucial neste processo. A emergência e a maturidade da sociedade industrial têm uma tendência inerente a produzir mudanças cognitivas e mudanças valorativas que conduzem à democracia. A longo prazo, a única via para evitar o crescimento das demandas de massa por democratização é rejeitar a industrialização. Esta é uma opção que muito poucas sociedades de hoje aceitam. Para aquelas que a fazem há uma gradual mas cada vez mais poderosa pressão pela democratização. A tese dos anos 50 e 60 era super otimista com relação à agenda e negligenciava as complexidades de interação com políticas de elite. Mas, ao final de tudo, numa perspectiva ampla, a controversa tese da convergência estava correta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANSON, P. *Political attitudes in America: formation and change*. San Francisco: W. H. Freeman, 1983.

ALWIN, D. F. Religion and parental child rearing orientations: evidence of a catholic-protestant convergence. *Public Opinion Quarterly*, v. 49, p. 535-52, 1986.

ALWIN, D. F.; KROSNICK, J. Aging cohorts, and the stability of sociopolitical orientations over the life span. *American Journal of Sociology*, v. 97, p. 169-195, 1991.

ANDREWS, F. (ed.). *Research on the quality of life*. Ann Arbor: ISR, 1986.

ANDREWS, F.; WITHEY, S. *Social indicators of well-being in America*. New York: Plenum, 1976.

BARNES, S.; KAASE, M. et al. *Political action*. Beverly Hills: Sage, 1979.

BELL, D. *The coming of postindustrial society*. New York: Basic Books, 1973.

_____. *The cultural contradictions of capitalism*. New York: Basic Books, 1976.

BENTLER, P. M. Comparative fit indices in structural models. *Psychological Bulletin*, v. 107, p. 238-246, 1990.

BLOCK, J. Some enduring and consequential structures of personality. In: RABIN, A. et al. (ed.). *Further explorations in personality*. New York: Wiley, 1981, p. 368-388.

BRIM, O. G., Jr. Socialization through the life cycle. In: BRIM, O. G., Jr.; WHEELER, S. (ed.). *Socialization after childhood*. New York: Wiley, 1966, p. 368-388.

BRIM, O. G.; KAGAN, J. (ed.). *Constancy and change in human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980.

CONRADT, D. P. *The German polity*. New York: Longman, 1989.

COSTA, P. T., Jr.; McCRAE, R. R. Still stable after all these years: personality as a key to some issues in adulthood and old age. In: BALES, P. B.; BRIM, O. G., Jr. (ed.). *Life-span and development and behavior*. V. 3. New York: Academic Press, 1980.

DAHL, R. A. *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, R. J. *Citizen politics in western democracies*. Chatham, NJ: Chatham House, 1988.

DALTON, R. J.; FLANAGAN, S.; BECK, P. A. (ed.). Political forces and partisan change. In: DALTON, R. J.; FLANAGAN, S.; BECK, P. A. (ed.). *Electoral change in advanced industrial democracies*. Princeton University Press, 1984.

DEUTSCH, K. W. Social mobilization and political development. *American Political Science Review*, v. 55, p. 493-514, 1961.

_____. *Nationalism and social communication*. Cambridge: MIT Press, 1966.

DIAMOND, L., LINZ, J. J.; LIPSET, S. M. (ed.). *Democracy in developing countries* (4 vol.). V. 2 Africa, v. 3, Asia, v. 4, Latin America. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1989.

DI PALMA, G. *To craft democracies: an essay on democratic transitions*. Berkeley: University of California Press, 1990.

GIBSON, J. L.; DUCH, R. M. *Postmaterialism and the emerging soviet democracy*. Paper presented at the 1991 annual meeting of the American Political Science Association. Washington, DC, 1991.

GIBSON, J. L.; DUCH, R. M.; TEDIN, K. L. *Democratic values and the transformation of the Soviet Union*. Unpublished paper. University of Houston, 1990.

GLENN, N. D. Aging and conservatism. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 415, p. 176-186, 1974.

_____. Cohort analysis futile quest: statistical attempts to separate age, period and cohort effects. *American Sociological Review*, v. 41, p. 900-904, 1976.

INGLEHART, R. The silent revolution in Europe. *American Political Science Review*, v. 4, p. 991-1017, 1971.

_____. Cultural change in advanced industrial societies: postmaterialist values and their consequences. *International Review of Sociology*, n. 3, p. 77-100, 1988.

_____. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

INGLEHART, R.; SIEMIENSKA, R. Political values and dissatisfaction in Poland and the west: a comparative analysis. *Government and Opposition*, v. 23, n. 2, p. 440-457, fall 1988.

_____. *A long term trend toward democratization? Global and East European perspectives*. Paper presented at Annual Meeting of the American Political Science Association, San Francisco, August 30 – September 2, 1990.

INGLEHART, R.; NEVITTE, N.; BASANEZ, M. *A north american dilemma: changing economic, political and cultural ties between the United States, Canada and Mexico*. 1992. Forthcoming.

INKELES, A.; SMITH, D. H. *Becoming modern: individual change in six developing countries*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

JENNINGS, M. K.; NIEMI, R. *Generations and politics*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

JENNINGS, M. K.; VAN DETH, J. W. et al. *Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies*. Berlin: De Gruyter, 1990.

LERNER, D. *THE PASSING OF TRADITIONAL SOCIETY: MODERNIZING THE MIDDLE EAST*. New York: The Free Press, 1958.

LEVINE, D. H. Paradigm lost: dependence to democracy. *World Politics*, v. 40, p. 377-394, 1988.

LIPSET, S. M. Social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. *American Political Science Review*, v. 53, p. 69-105, 1959.

MALLOY, J. N.; SELIGSON, M. (ed.). *Authoritarians and democrats regime transition in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1987.

MILLER, A. Political issues and trust in government: 1964-1970. *American Political Science Review*, v. 68, p. 951-72, 1974.

O'DONNELL, G. Reflections on the pattern of change in the bureaucratic authoritarian state. *Latin American Research Review*, v. 13, n. 1, p. 3-38, 1978.

O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P. C.; WHITEHARD, L. (ed.). *Transitions from authoritarian rule: prospects for democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1986.

POWELL, G. B. *Contemporary democracies: participation, stability and violence*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1982.

ROSTOW, W. W. *The stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

SEARS, D. O. On the persistence of early political predispositions: the roles of attitude object and life stage. In: WHEELER, L. (ed.). *Review of personality and social psychology* (vol. 4). Beverly Hills: Sage, 1983.

SHIVELY, W. P. Review: culture shift in advanced industrial society. *Journal of Politics*, v. 53, p. 235-238, 1991.

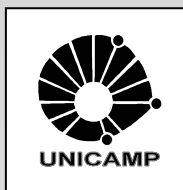
WATANUKI, J. Japan. In: CROZIER, M. et al. (ed.). *The crisis of democracy*. New York: University Press, 1975, p. 119-155.

Tradução e publicação autorizadas pelo autor.

TENDÊNCIAS

Ano 1, nº 1

ENCARTE
DA
REVISTA
DO
CESOP



A Revisão Constitucional de outubro de 1993 recoloca na cena pública nacional a discussão sobre os mecanismos necessários à consolidação democrática no país. Se há cinco anos podia se argumentar que a Carta Constitucional de 1998 balizava e garantia os requisitos legais para a transição política, social e econômica desejada, o fato é que o fracasso dos processos políticos e econômicos observados nos últimos anos revela as distorções sob as quais a atual Constituição foi elaborada, multiplicando as deficiências do Estado, sobretudo na esfera social, e tornando ainda mais frágil o nosso sistema representativo.

As regras para a criação e funcionamento dos partidos, a fidelidade partidária, o sistema eleitoral e a proporcionalidade na composição da Câmara de Deputados são alguns dos elementos eleitos para discussão e mudanças, dado que apontam para a real institucionalização do sistema representativo, aperfeiçoando os mecanismos da dinâmica eleitoral, o funcionamento parlamentar e as bases institucionais para superação das práticas populistas personalistas.

No campo social, apesar do atual texto constitucional ter procurado traduzir o ideal de justiça social em mecanismos de diminuição das desigualdades, a definição das responsabilidades públicas não se combinou à capacidade estrutural do Estado, conformando um quadro deficitário quanto à equipamentos, funcionamento e acesso aos serviços básicos.

Assim, as políticas sociais da transição traduziram-se, na sua maior parte, em ações puramente assistenciais, não contribuindo para a ampliação real da cidadania.

A opção pela manutenção da República Presidencialista no Plebiscito de abril de 1993 reforça a necessidade das transformações do sistema representativo e as mudanças em direção à reestruturação do Estado, dada a autonomia decisória que este sistema confere ao Presidente da República para promover o desenvolvimento e a reforma social.

Estes são dilemas que unificam grande parte da América Latina a partir da década de 1980. A rigor, sob ótica comparada, nesta década pode-se reunir boa parte dos países do Cone Sul em torno de dois cenários de transformação, quais sejam, no campo econômico, a depressão generalizada e a depressão dos indicadores de crescimento e de superação do quadro social deficitário; e, no campo político, o desenvolvimento de processos democratizantes, que estabelecem parâmetros mínimos de institucionalização de procedimentos e que deram garantias à recomposição da dinâmica política, econômica e social de vários países. Contudo, se no início da década de 1990 a questão democrática aparece reequacionada para os vários países, apenas Chile e Argentina apresentam suas economias recuperadas.

A comparação recente indica ainda que as formas buscadas nos vários países para superação da crise generalizada apontam para soluções convergentes, sobretudo quanto ao papel econômico do Estado e sua reestruturação. As intervenções mal sucedidas do Estado em economias nacionais na década de 1980 estimularam ações e iniciativas para redução de seu papel, através de fórmulas para sua racionalização, combinadas à expansão e fortalecimento do setor privado.

Assim, na arena econômica, os processos de desestatização e privatização conformam dois dos primeiros vetores da reestruturação estatal, sobretudo no que diz respeito à redefinição das ações sociais e reestruturação dos serviços públicos.

Na arena política, a fragilidade dos processos recentes de transição tem desembocado no reforço a práticas populistas, pondo em xeque o papel das instituições e organizações representativas.

Os dados de opinião comparativos de países do Cone Sul apresentados neste encarte *Tendências* sugerem que as democracias constituídas na última década garantem procedimentos, antes que a consolidação de bases institucionais organizadas de representação. É dada preferência à dinâmica eleitoral e à satisfação das necessidades econômicas como elementos básicos para a democracia, sugerindo certo comprometimento entre os processos de democratização e as soluções para a crise econômica e social que se agrava no continente desde a última década¹.

A preferência generalizada pela ampliação do papel do Estado, sobretudo na organização e desempenho dos serviços básicos parece ser o eixo que orienta as opiniões quanto ao processo de reestruturação produtiva estatal e ao desenvolvimento do conjunto de políticas e iniciativas no campo social.

O caso brasileiro se destaca neste quadro comparativo. As debilidades de nosso sistema representativo se traduzem na menor importância dada aos partidos políticos e à participação em organizações reivindicativas.

A ilegitimidade da estrutura de representação política existente e da própria democracia traduz-se na pouca confiança conferida aos políticos e na menor preferência dada ao regime democrático em termos comparativos.

Estes dados refletem em boa parte o processo de fragilização das bases institucionais democráticas no país, sobretudo nas últimas décadas, e revela a gravidade das conseqüências, para o sistema representativo, causada pelas mudanças ocorridas no período.

As bases de representação da democracia brasileira

A conjuntura atual, logo anterior à Revisão Constitucional, onde as crises econômica e política combinadas têm conduzido a um impasse generalizado no funcionamento da nação, coloca indubitavelmente a urgência de reformas que introduzem mecanismos de construção e fortalecimento da representatividade política na Carta vigente.

As tendências de opinião apresentadas neste encarte refletem o baixo grau de institucionalidade da democracia e apontam para uma generalizada crise de representatividade, fatores estreitamente ligados à condição dos partidos políticos no país: o culto à liderança pessoal, o baixo grau de participação política e a ausência de credibilidade nas instituições são tendências predominantes nas opiniões das populações dos grandes centros urbanos, ao longo de todo o período estudado.

Parece correto afirmar que as reformas partidária e eleitoral são indispensáveis para o andamento do processo democrático. O que a Nova República considerou ser base da democracia – a liberdade partidária conferida pela Emenda Constitucional n.25 de 1985 – resultou num quadro multiplicado de micropartidos e legendas de aluguel, constituídos através de procedimentos excessivamente permissivos.

A retórica da transição priorizou as eleições diretas como mecanismo de fortalecimento da democracia, levando ao segundo plano a constituição de estruturas verdadeiramente representativas, e ampliando o espaço para a montagem de máquinas clientelistas e personalistas.

¹ Consultar Judith Muscynski e Antonio Manuel T. Mendes, *Democratização e Opinião Pública*, in Bolívar Lamounier (org.), De Geisel a Collor: o balanço da transição, CNPQ-IDESP, Ed. Sumaré, SP, 1990.

Nesse sentido, é notável o crescimento da preferência por candidatos e líderes em detrimento dos partidos, desde o início do período estudado. Acreditamos ser esta característica um dos traços predominantes de nossa cultura política, a qual, balizada por imposições jurídico-institucionais, tem definido o comportamento político de boa parte da população do país.

É bastante grande o elenco de transformações institucionais na arena político-partidária nos últimos 30 anos, o que pode ter levado a certa desorientação do eleitorado frente a alternativas numerosas e distintas.

Entre 1962 e 1991 (o período que ilustramos neste encarte), experimentamos quatro sistemas partidários: o caso do pluripartidarismo da República populista; sua extinção em 1965 com a criação de cinco partidos e, finalmente, em 1985, a reforma permissiva da Nova República.

Também foram várias as alterações legais no campo da organização e funcionamento interno dos partidos, tendo como pano de fundo o Código Eleitoral de 1965 e a Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971, muitas vezes traduzindo casuísmos inquestionáveis, como a sublegenda, ou viabilizando desvios importantes na esfera representativa, como a infidelidade partidária dos parlamentares.

Nesse sentido, os dados de opinião apresentados sugerem que o quadro partidário vigente não reproduz as vontades e interesses existentes na sociedade, e distancia os cidadãos da arena eleitoral. É claro, portanto, que a Revisão de outubro deva introduzir mecanismos constitucionais que orientem a estruturação e a dinâmica da vida político-democrática do país.

A avaliação do papel do Estado nas políticas sociais

Parece inevitável que a crise econômica recente observada nos altos índices de pobreza, desemprego e tensões sociais aponte para a Revisão Constitucional como instrumento de aperfeiçoamento do Estado, no sentido de atender minimamente às demandas da população carente de serviços básicos. A Carta de 1988 definiu parâmetros importantes no padrão de intervenção pública na área social, ampliando direitos básicos e procurando ajustar de forma estrutural a série de políticas compulsórias e emergenciais implementadas já desde o início da Nova República.

A análise da série de dados apresentados aponta que, ao longo de quase 20 anos, a avaliação da população dos grandes centros urbanos quanto ao desempenho dos serviços básicos de saúde, educação, transporte e a política de habitação tem um saldo claramente negativo, o que reflete tanto o padrão inadequado de proteção social no que se refere à expansão de benefícios e de seu acesso, quanto o fracasso do padrão de estratégias de investimentos do poder público nestes setores.

De forma global, pode-se sugerir que tais dados indicam a urgência da remontagem de uma estrutura de atendimento eficaz dos setores básicos, de acesso público ampliado, e além disso, a necessidade de reajuste do quadro estrutural e das formas de busca de recursos do sistema de proteção social.

Vejamos de forma breve alguns elementos que balizaram as ações políticas em setores sociais específicos neste período, de forma a contribuir para a avaliação pós-64, durante o regime autoritário, as políticas sociais figuram na agenda governamental com uma clara função política de integração social. Contudo, desenvolvidas em torno de um

processo amplo de centralização decisória, expansão do aparelho estatal, tendência à privatização e uma lógica de modelo de proteção social atingiu seu esgotamento em meados da década de 1980 e delegou à Nova República não só a busca de soluções para a incapacidade da ação governamental, como também a necessidade de gerar medidas emergenciais imediatas em todos os setores básicos.

A partir de 1985, as próprias imposições do processo democrático definiram ações e iniciativas para reestruturação do modelo de proteção, que desaguaram no texto constitucional de 1988 sob os parâmetros da universalização e ampliação dos direitos sociais, e nos processos de desburocratização e descentralização das responsabilidades públicas. Cabe destacar que dado o desempenho claramente negativo das políticas sociais do regime anterior, era inevitável que a agenda inicial da Nova República fosse constituída sob diretrizes emergenciais.

Neste sentido, é notável a avaliação negativa feita pela população dos grandes centros urbanos desde o início da Nova República e em seguida, após o processo constituinte, quanto ao desempenho dos serviços básicos nas áreas de saúde, previdência, educação, habitação e transporte.

Análises especializadas apontam como fator comum às várias políticas do Welfare State brasileiro a dimensão clientelista de sua dinâmica, gerando grandes distorções no padrão de alocação de recursos e distribuição de benefícios². Essa dimensão foi reforçada a partir da década de 1970 e tornada explícita com a Nova República a partir de 1985. A Nova Constituição pareceu ser ao menos depositária dos requisitos para sua transformação.

Assim, o setor da assistência médico-previdenciária, caracteriza-se pela piora do desempenho da Previdência Social desde o final da década de 1970, o qual, mesmo com as estratégias de implantação do Sistema Único de Saúde iniciado em 1985, culminou com a recente extinção do INAMPS em junho de 1993, fato definitivo para traduzir um quadro distorcido e de incapacidade do Estado para o financiamento, gestão e atendimento dos serviços.

De fato, na quase totalidade do período abordado pelos dados de opinião apresentados, a avaliação do atendimento médico e da atuação do INAMPS/INPS é predominantemente negativa em todas as pesquisas, sugerindo que mesmo diferentes administrações locais não obtiveram sucesso na implementação de programas.

Na área da educação, o que orientou as ações básicas governamentais sobretudo do período de 1970-1980 foram diretrizes assistenciais, com destaque aos programas para erradicação do analfabetismo. Já na década de 1980, boa parte dos programas e projetos públicos tiveram sua esfera administrativa descolada do nível federal para os níveis estadual e municipal. É sob esta ótica que devem ser observados os dados de avaliação dos serviços de educação na série produzida pelo IDESP entre 1978 e 1988, na medida em que refletem a avaliação de um desempenho governamental específico – São Paulo – e que revelam em termos comparados, um desempenho mais positivo. Deve-se ainda levar em conta que a avaliação do setor educacional não discrimina os setores público e privado, que compartilham nesse período a oferta desse serviço, definindo uma dinâmica mantida na atual Constituição.

² Consultar NEPP/UNICAMP, Brasil 85, Relatório sobre a situação social do país, Campinas, ed. UNICAMP, 1987;

_____, Brasil 86, Relatório sobre a situação social do país, Campinas, ed. UNIAMP, 1988;

_____, Brasil 87, Relatório sobre a situação social do país, Campinas, ed. UNIAMP, 1989;

As políticas de habitação e transportes urbanos merecem um breve destaque. Desde o início de sua implementação através da criação do BNH – Banco Nacional de Habitação – em 1964, a política de habitação apresentou um caráter social distorcido imposto pela lógica financeira sobre a qual se estruturou. O impacto da política econômica sobre o Sistema Financeiro de Habitação desenvolvida na década de 1980 gerou graves desequilíbrios internos à sua dinâmica, culminando com a extinção do BHN em fins de 1986: o declínio substancial da produção de moradias e o crescimento do índice de inadimplências. Apesar deste cenário, a política de habitação figura como uma das grandes lacunas da Constituição de 1988, que não estabelece qualquer diretriz para formulação de programas habitacionais.

Neste sentido, é clara a avaliação negativa feita pela população pesquisada em todo o período analisado, sugerindo que, de fato, o papel dos agentes financeiros neste processo não apenas distorceu os mecanismos sob os quais se ergueu a base de acesos popular à casa própria – caderneta de poupança – como também preponderou sobre interesses legítimos no processo constituinte de 1987 – 1988.

Mais grave ainda, o setor de transportes coletivos urbanos passa a figurar na estrutura de financiamento. Da política nacional de transportes em 1974, acoplada à alocação de recursos para o BNH. Na Constituição de 1988, foi alvo de articulações vitoriosas dos setores empresariais para a privatização do serviço, inviabilizando a definição de qualquer diretriz constitucional para o setor. Os dados apresentados indicam, contudo, uma avaliação favorável aos serviços de transporte coletivo, sugerindo que, de fato, nas capitais estaduais e grandes centros urbanos, o fornecimento deste serviço é satisfatório, e praticamente divide as preferências entre os setores públicos e privados para a sua prestação.

Esta tendência não ocorre para os outros setores onde é clara a preferência pela presença do Estado na prestação de serviços básicos.

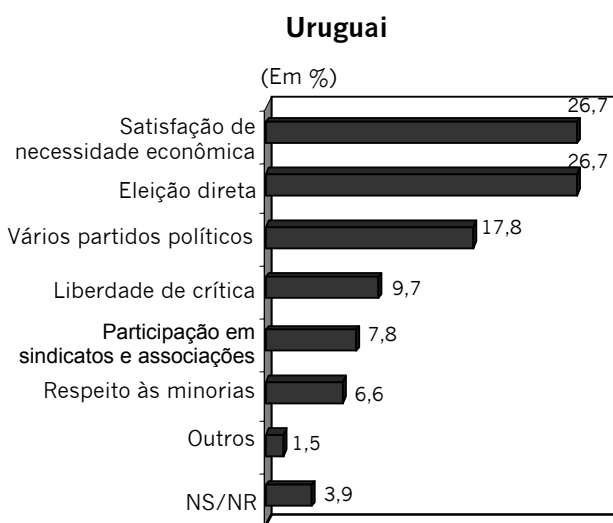
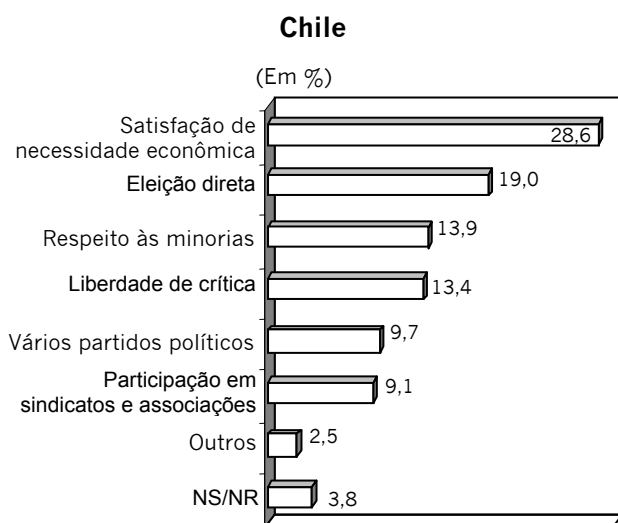
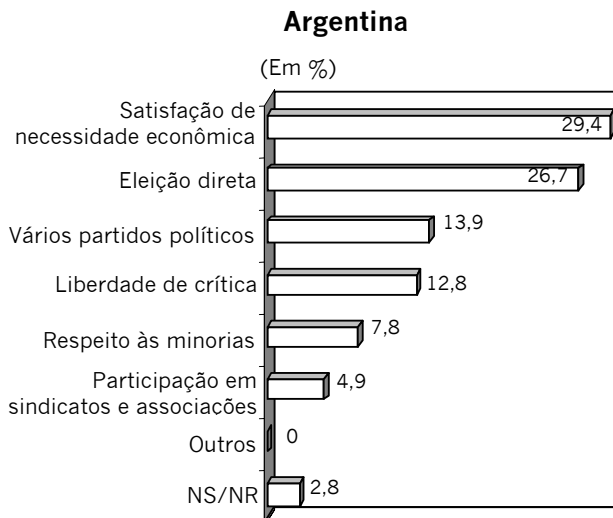
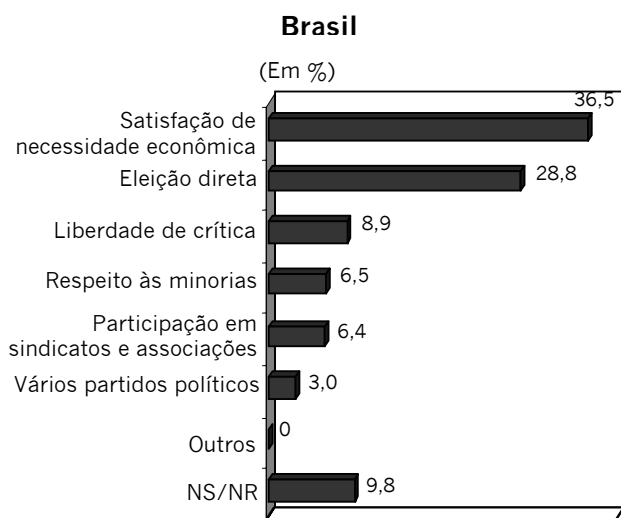
Assim, cabe colocar, finalmente, que as avaliações da população para com o desempenho do setor público nos serviços básicos parecem sugerir, inicialmente a necessidade de adequação real do atual texto constitucional – os direitos e benefícios garantidos –, à capacidade estrutural do Estado. Em segundo lugar, recolocam em discussão o dilema dos setores público e privado quanto ao seu papel na área social, um tema que toca de frente a questão dos processos de privatização e reestruturação do Estado.

Comparações do Cone Sul – 1988

Os dados de opinião pública comparativos entre Brasil, Argentina, Chile e Uruguai caracterizam os processos políticos experimentados por estes países no final da última década, e elucidam as bases sobre as quais se constituíram seus regimes democráticos. O Brasil se destaca pela timidez das tendências favoráveis ao fortalecimento da democracia e acompanha os outros países na priorização das soluções da crise econômica e do papel do estado nas áreas sociais.

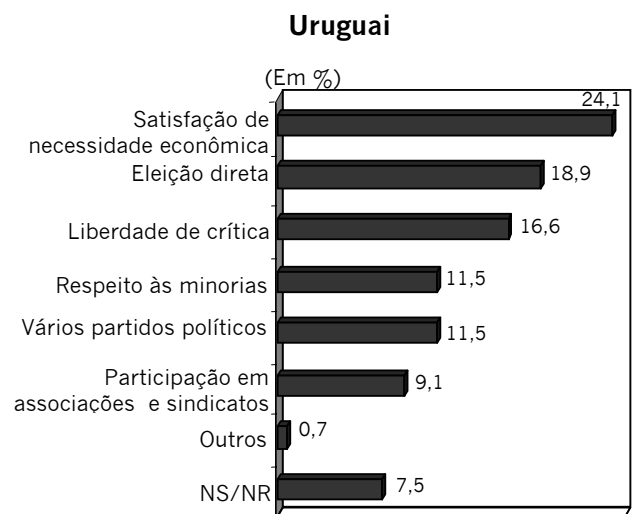
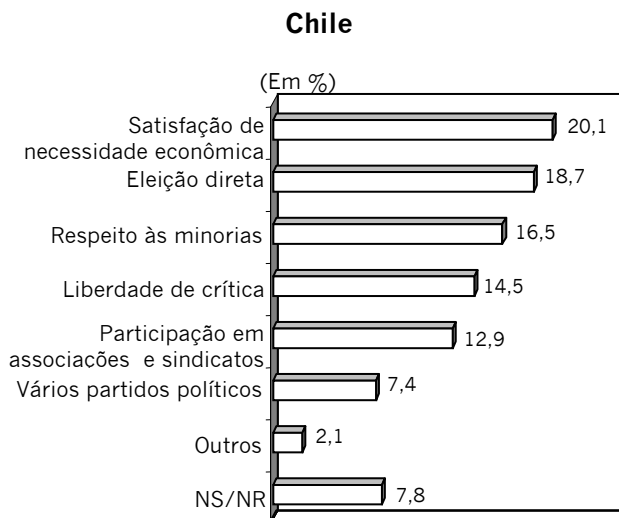
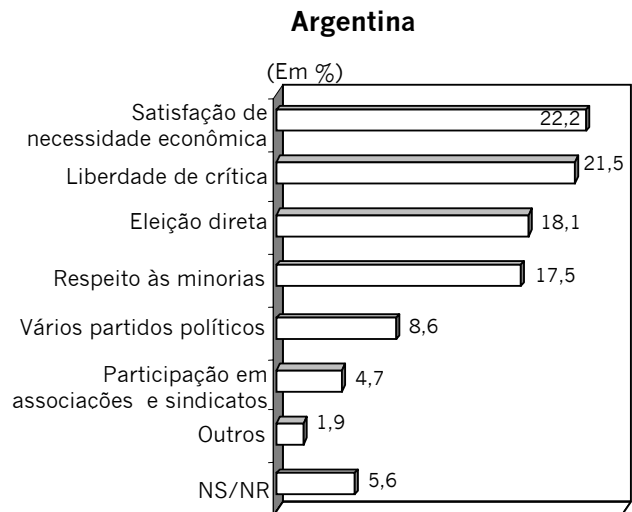
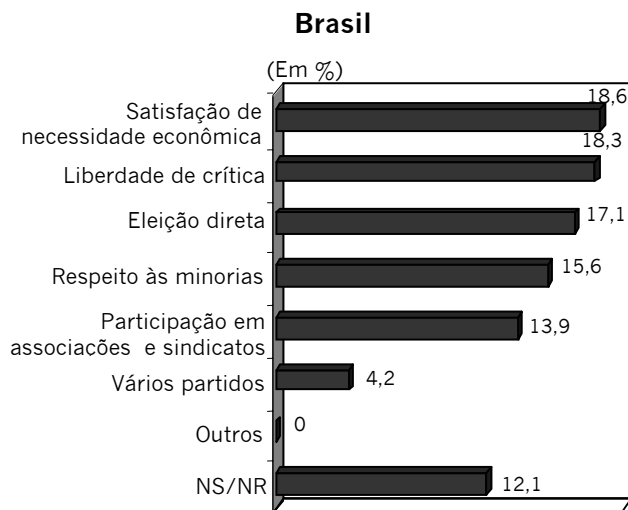
As fontes dos dados são: IDESP – Brasil; Estudios – opinión pública y comunicaciones – Argentina; CERC – Chile; e, EQUIPOS – Uruguai.

1. Principal fator para a democracia



Pergunta: Nos últimos anos, as pessoas passaram a falar muito sobre democracia. Na sua opinião, o que é mais importante para dizer que um país é democrático?

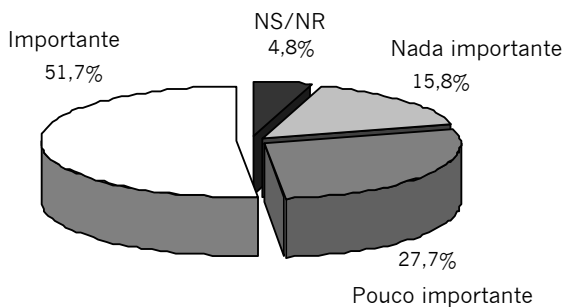
1.1. Segundo fator para a democracia



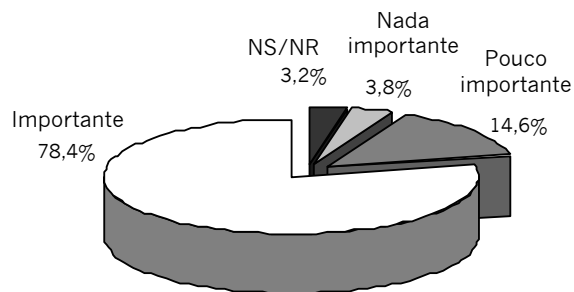
Pergunta: - continuando a pergunta anterior (Nos últimos anos, as pessoas passaram a falar muito sobre democracia. Na sua opinião, o que é mais importante para dizer que um país é democrático?) E em segundo?

2. Importância dos partidos políticos

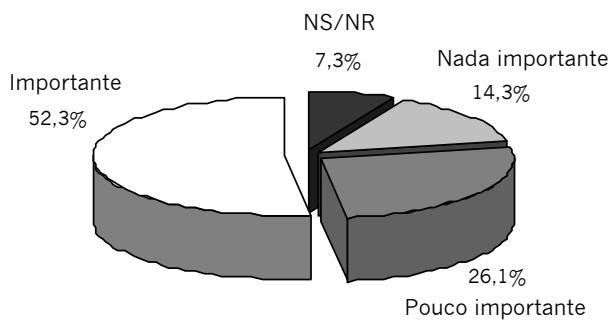
Brasil



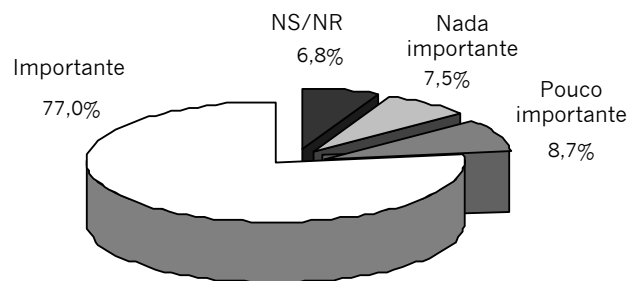
Argentina



Chile



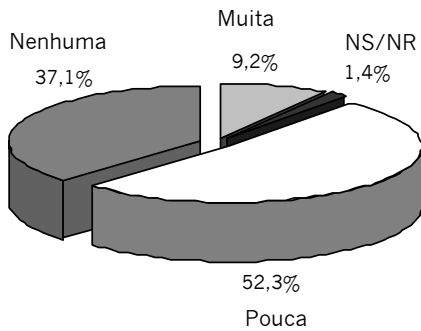
Uruguai



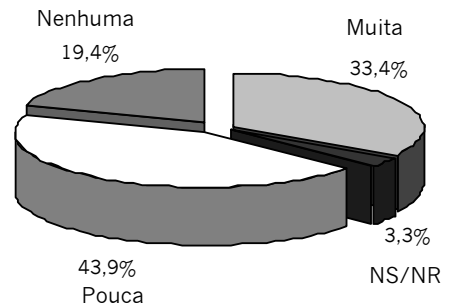
Pergunta: Agora, pensando na vida e nas necessidades do país, o senhor(a) diria que a atuação dos partidos é muito importante, um pouco importante ou não tem nenhuma importância?

3. Confiança nos políticos

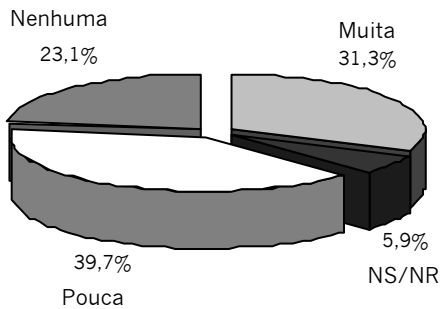
Brasil



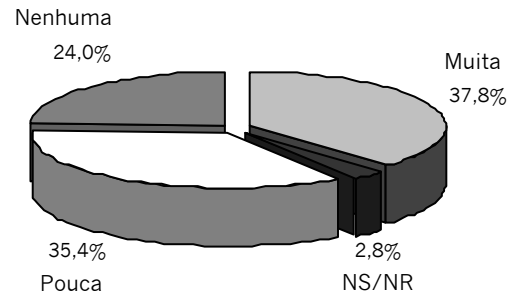
Argentina



Chile



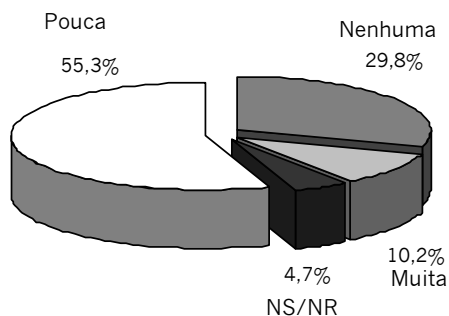
Uruguai



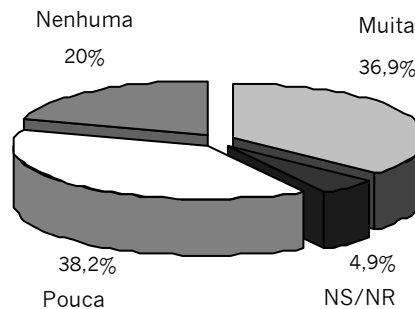
Pergunta: Para a solução dos problemas do país, o sr.(a) tem muita confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança nos políticos?

4. Confiança em deputados e senadores

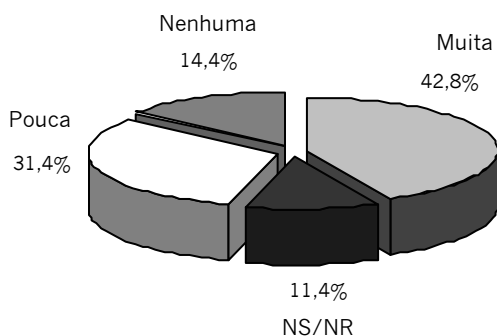
Brasil



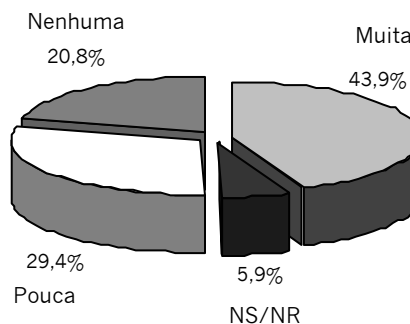
Argentina



Chile



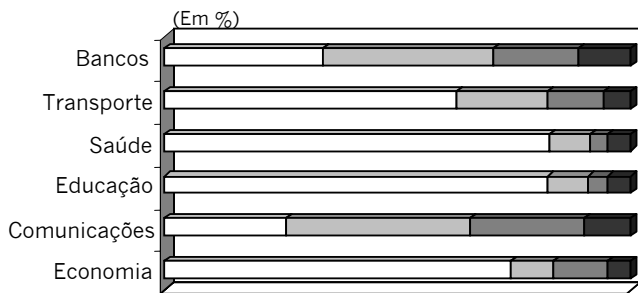
Uruguai



Pergunta: Para a solução dos problemas do país, o sr.(a) tem muita confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança nos deputados e senadores?

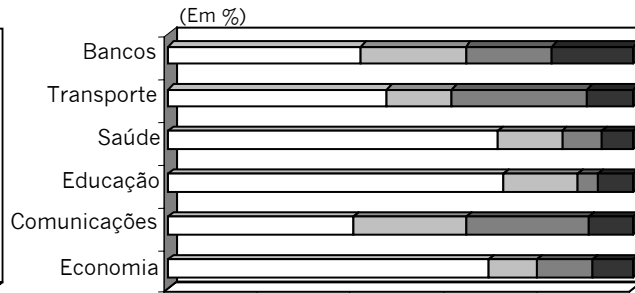
5. Opiniões sobre o papel do Estado em setores econômicos e sociais

Brasil



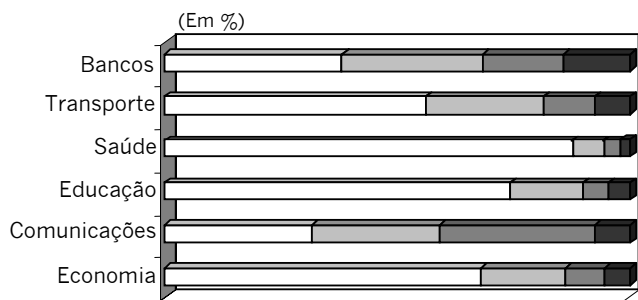
	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	33,9	62,7	82,4	81,8	26,2	74,4
▒ Igual	36,7	19,4	8,6	8,9	39,4	8,9
■ Menor	18,0	12,1	3,9	4,2	24,2	11,75
■ NS/NR	11,4	5,8	5,0	5,0	10,2	5,0

Argentina



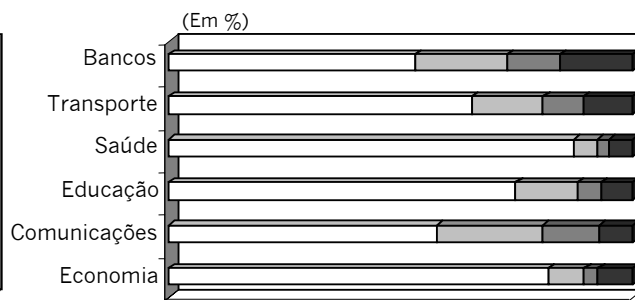
	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	41,4	46,9	70,9	72,3	39,9	69,0
▒ Igual	22,5	14,2	13,8	16,0	24,4	10,2
■ Menor	18,5	29,2	8,4	4,4	26,1	11,9
■ NS/NR	17,5	9,8	6,9	7,4	9,6	8,9

Chile



	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	38,3	56,0	88,0	74,4	31,4	67,9
▒ Igual	30,4	25,4	6,6	15,7	27,7	18,1
■ Menor	17,3	11,2	3,3	5,3	33,3	8,7
■ NS/NR	14,4	7,4	2,1	4,6	7,6	5,2

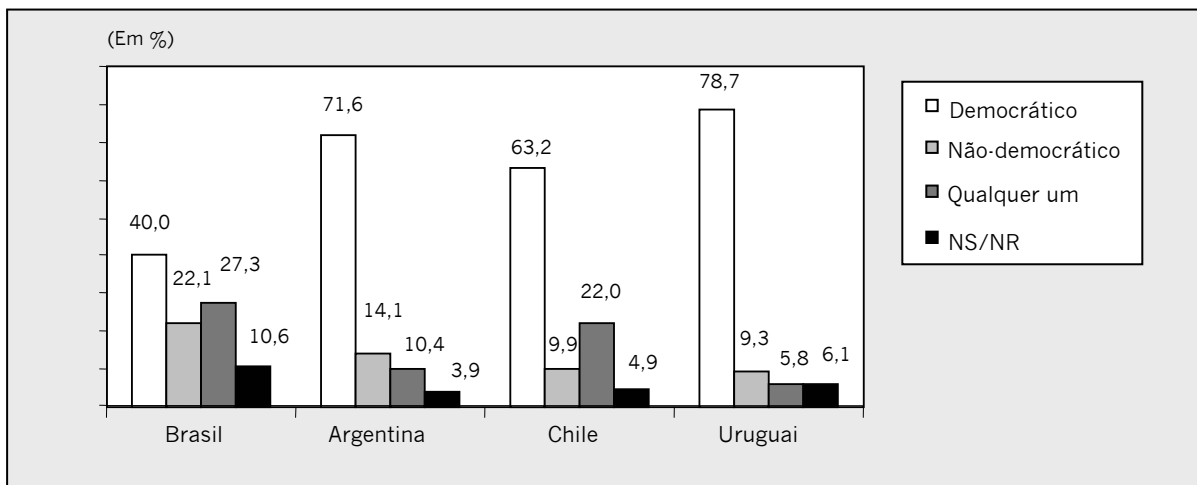
Uruguai



	Bancos	Trans.	Saúde	Educ.	Com.	Econ.
□ Maior	53,0	65,4	87,4	74,9	57,6	81,9
▒ Igual	20,0	15,4	5,0	13,2	22,9	7,7
■ Menor	11,3	8,8	2,3	5,3	12,2	2,9
■ NS/NR	15,7	10,4	5,2	6,6	7,2	7,4

Pergunta: No país, tanto o governo quanto as empresas privadas participam de diversas áreas da economia (...). Na sua opinião, o governo deveria ter uma participação maior, menor ou igual à que tem hoje?

6. Preferências por regime político



Pergunta: Com qual das seguintes frases o sr(a). concorda mais? 1) "a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo"; 2) "dependendo da situação, é preferível um governo não-democrático"; 3) "para pessoas como eu, tanto faz um regime ou outro".

7. Os três principais problemas de cada país

Brasil		Argentina		Chile		Uruguai	
	%		%		%		%
Inflação	33,6	Inflação	17,3	Pobreza	17,1	Salários	20,6
Salários	13,5	Salários	11,8	Desemprego	14,8	Inflação	12,0
Educação	12,7	Desemprego	11,8	Salários	14,4	Saúde	10,5

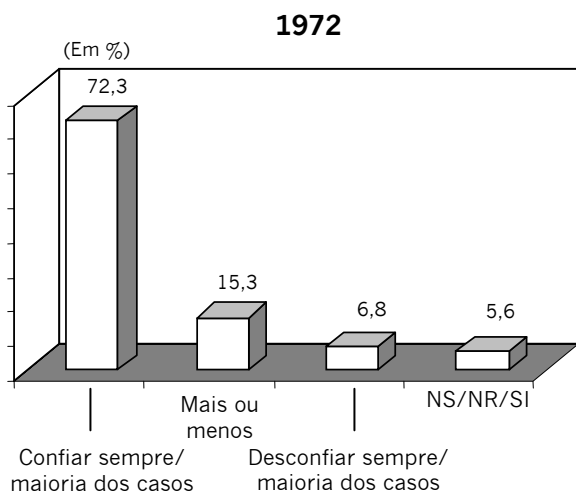
Pergunta: Na sua opinião, qual é o problema mais grave de cada país hoje?

Brasil

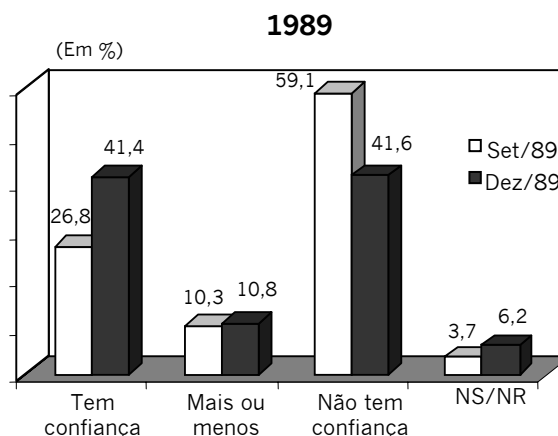
I. Bases do sistema representativo

1. Confiança nas instituições

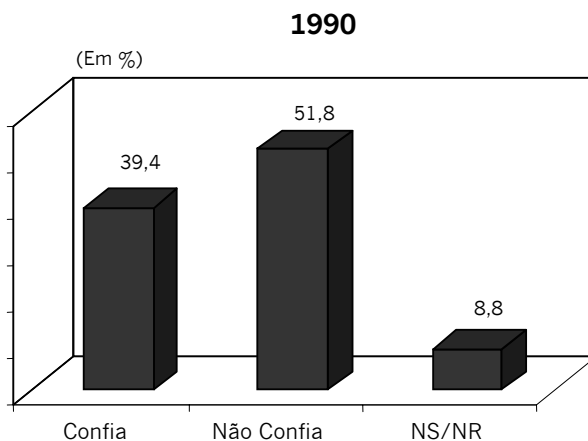
Confiança no governo federal



Fonte: University of Michigan / IUPERJ
 Pergunta: O sr. acha que deveria confiar ou não confiar no governo federal?

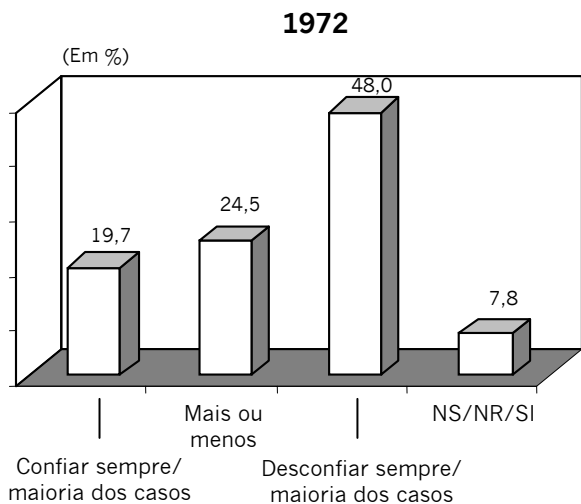


Fonte: Datafolha 2 e 4.
 Pergunta: Você tem confiança no governo federal, isto é, na Presidência da República e nos ministérios?



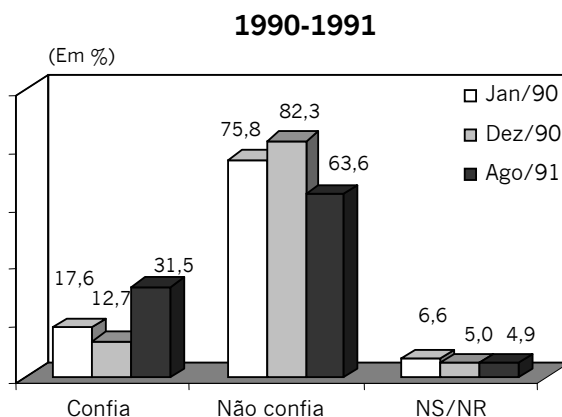
Fonte: IBOPE 1.
 Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a). me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles. (Ítem: Governo Federal)

Confiança nos políticos



Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

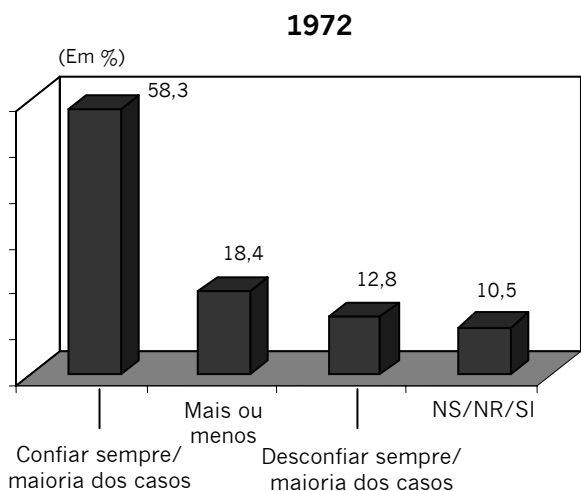
Pergunta: O sr. acha que deveria confiar ou não confiar nos políticos?



Fonte: IBOPE 1, 3 e 5.

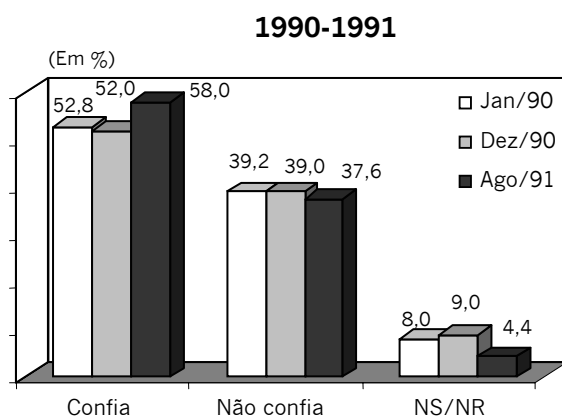
Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: (Item: Políticos).

Confiança nos militares



Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

Pergunta: O sr. acha que deveria confiar ou não confiar nos militares?



Fonte: IBOPE 1, 3 e 5.

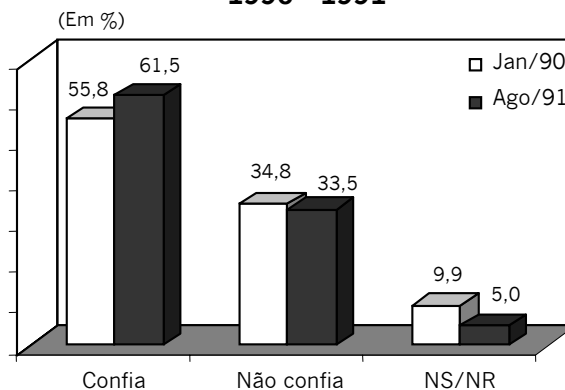
Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles: (Item: Militares).

Confiança nos sindicatos de trabalhadores

1972

Nota	Sindicatos %
00	15,4
01	0,8
02	2,5
03	2,1
04	2,1
05	14,5
06	3,1
07	2,8
08	7,4
09	2,0
10	20,8
NS/NR/SI	26,6
TOTAL (N= 1314)	100

1990 - 1991



Fonte: IBOPE 1 e 5.

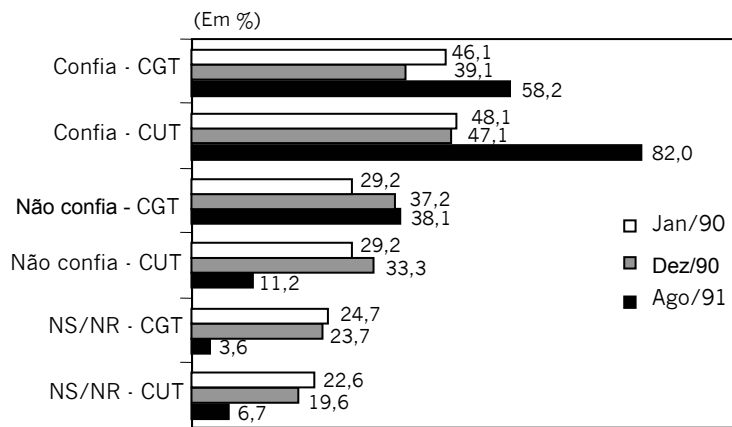
Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr.(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles.

Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

Pergunta: Para defender interesses de pessoas como o sr., com quem se pode contar?

(Peça ao entrevistado para dar nota de 0 a 10 para cada grupo, sendo 0= não se pode contar e 10= pode-se contar sempre)

Confiança nas centrais sindicais: CUT e CGT

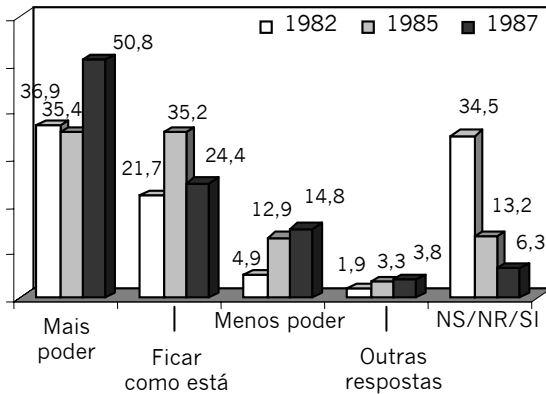


Fonte: IBOPE 1, 3 e 5.

Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles.

O Congresso Nacional

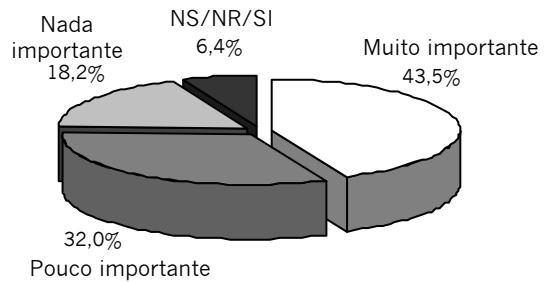
O poder dos parlamentares no Congresso Nacional 1982-1985-1987



Fonte: IDESP 4, 5 e 7

Pergunta: Gostaria de saber sua opinião sobre a atuação do Congresso, isto é, dos deputados e senadores. O sr.(a) acha que eles deveriam ter mais poder do que tem atualmente, ficar como está ou deveriam ter menos poder?

Importância dos parlamentares 1988

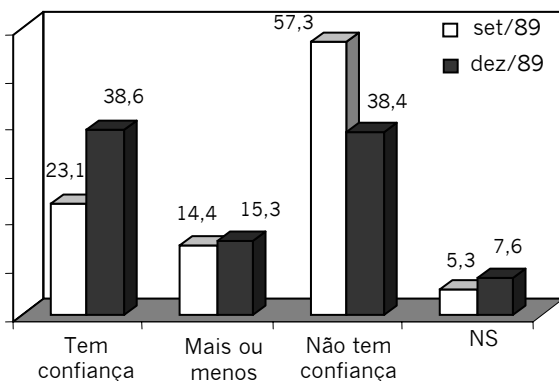


Fonte: IDESP 8

Pergunta: Pensando na vida e nas necessidades do país, o sr. diria que a atuação dos deputados e senadores é muito importante, um pouco importante ou não tem nenhuma importância?

Confiança no Congresso Nacional

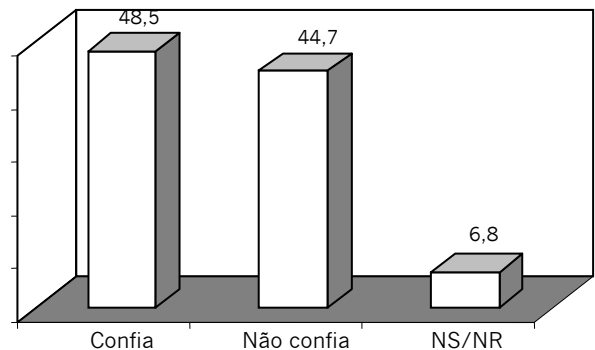
1989



Fonte: Datafolha e 4

Pergunta: Você tem ou não confiança no Congresso Nacional, isto é, nos deputados e senadores?

1991



Fonte: IBOPE 5

Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse de, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles:

2. Partidos políticos e candidatos

Personalismo político e desconfiança com relação aos partidos são tendências que predominam ao longo de 30 anos. O candidato e suas qualidades prevalecem sobre a organização partidária como critério para opções eleitorais.

1962

Opinião sobre o partido político ideal

Características:	Média
Preocupação com problemas estaduais	3,4
Dedicação aos interesses nacionais	3,3
Programa político consistente	3,0
Organização partidária forte e disciplinada	3,0
Organização partidária aberta	2,9
Ter líderes populares	2,3
Dar apoio aos membros do partido	2,3

Opinião sobre o candidato ideal

Características:	Média
Honestidade e moralidade	3,4
Identidade com o programa	3,2
Lealdade para com os eleitores	2,8
Personalidade forte	2,7
Lealdade para com o partido	2,7

Fonte: IPOM

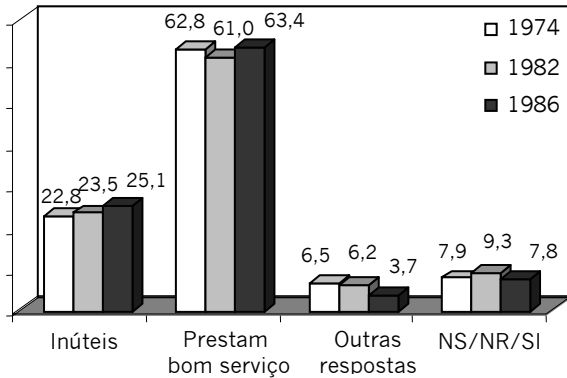
Pergunta: Como fator de preferência para um partido político/ candidato, qual o grau de importância que o sr. dá a cada um dos fatores seguintes:

Cálculo da média: foi apresentado aos entrevistados uma escala de avaliação entre "importante" e "sem importância", a ser atribuída a cada um dos fatores associados aos partidos políticos e candidatos. Esta escala foi convertida em escores numéricos, a partir dos quais as médias foram calculadas. A correspondência entre os conceitos e os escores é a seguinte:

Muito importante	4
Importante	3
Mais ou menos importante	2
Pouco importante	1
Sem importância	0

Importância dos partidos políticos

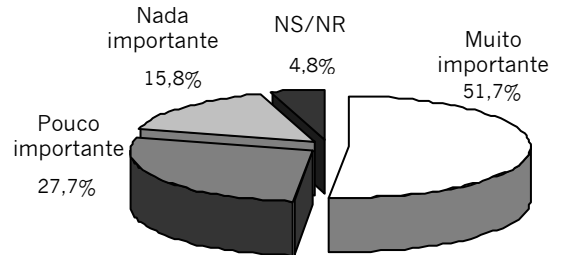
Os partidos políticos são:



Fonte: IDESP 1, 4 e 6.

Pergunta: Algumas pessoas dizem que os partidos políticos são inúteis e que causam mais mal do que bem ao país. Outras acham que os partidos ajudam o povo a compreender muitos problemas e portanto prestam um bom serviço ao país. Qual é a sua opinião?

Importância da atuação dos partidos políticos 1988

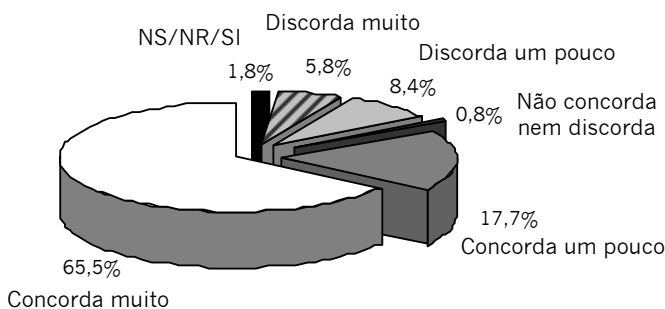


Fonte: IDESP 8.

Pergunta: Agora pensando na vida e nas necessidades do país, o sr. diria que a atuação dos partidos políticos é muito importante, um pouco importante ou não tem nenhuma importância?

Relação entre partidos e eleitores

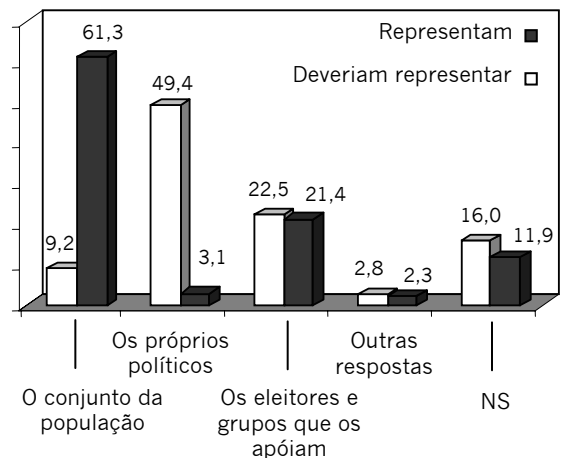
“Os partidos só querem o voto da gente, não nossa opinião sobre o que deve ser feito” 1986



Fonte: IDESP 6.

Pergunta: Vou ler algumas idéias e gostaria de saber se o sr(a) concorda ou discorda delas muito ou só um pouco.

Quem os partidos políticos representam e quem deveriam representar 1989

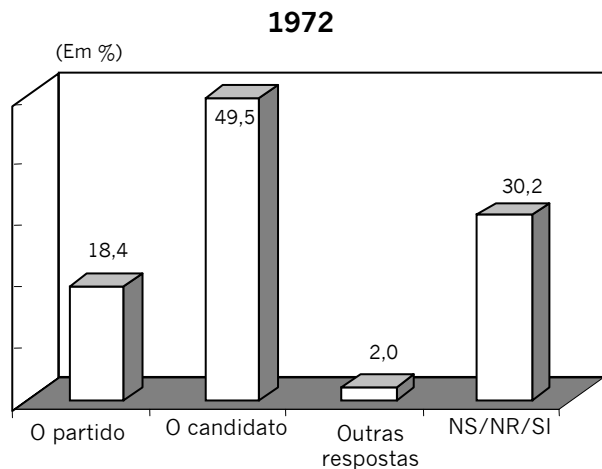


Fonte: Datafolha 2.

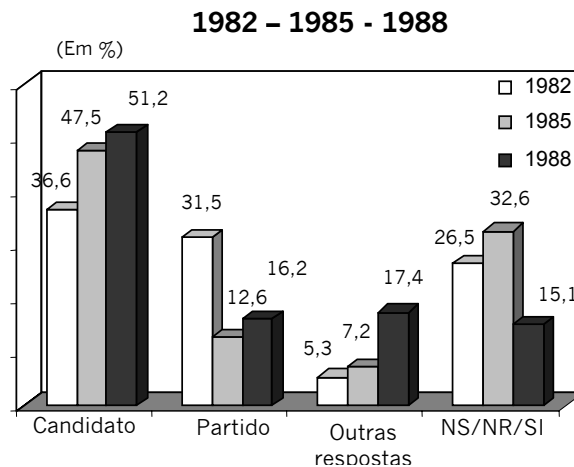
Perguntas: Na sua opinião, os partidos brasileiros representam mais: E como você acha que deveria ser? (os partidos políticos deveriam representar mais:)

Os critérios para decisão e voto

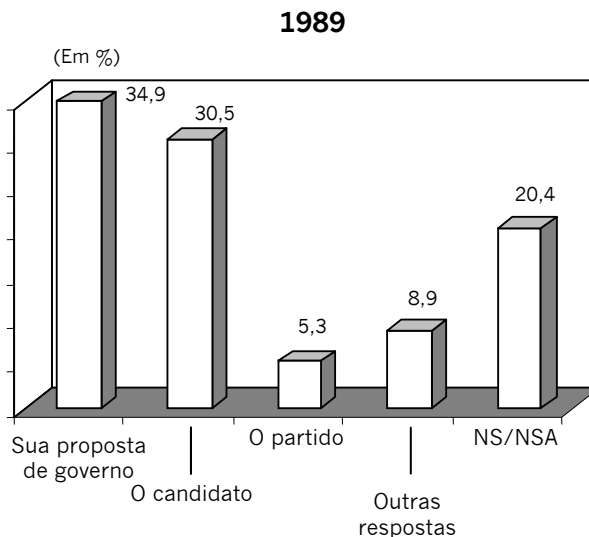
Candidato X Partido



Fonte: University of Michigan/ IUPERJ
 Pergunta: O que o sr. considera mais importante ao votar?



Fonte: IDESP 4, 5 e 8.
 Pergunta: O que é mais importante na sua escolha: a pessoa do candidato ou o partido a que ele pertence?

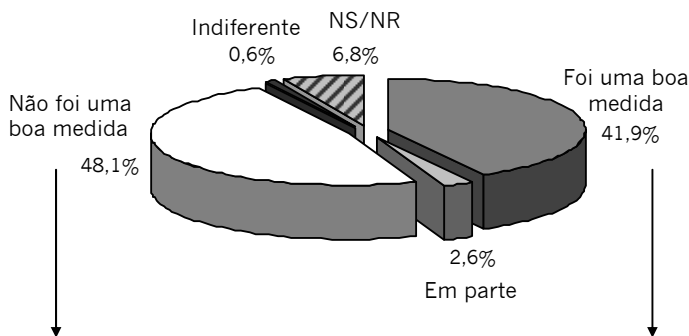


Fonte: Datafolha 3
 Pergunta: Para escolher este candidato, o que foi mais importante para você: (pergunta feita após o entrevistado dizer sua intenção de voto no segundo turno das eleições presidenciais)

3. Sistema partidário:

A reforma da Nova República

Opinião sobre o pluripartidarismo - 1985



Não foi uma boa medida porque:	Total %
O eleitor fica confuso com tantos partidos	22,5
Não adianta ter tantos partidos/ isso não ajuda a resolver os problemas/ os gastos do governo alimentam	11,7
A opinião pública fica muito dividida/ os partidos ficam fracos/ aparecem partidos sem competência	10,4
Outras respostas	2,3

Sim, foi uma boa medida porque:	Total %
Há mais e novas opções para os eleitores/ o eleitor pode escolher melhor	25,8
Todos devem ter direito de expor suas idéias	6,7
Com mais partidos a situação do país melhora	3,0
Assim mais pessoas entram para o governo e podem se favorecer	1,0
Outras respostas	1,5

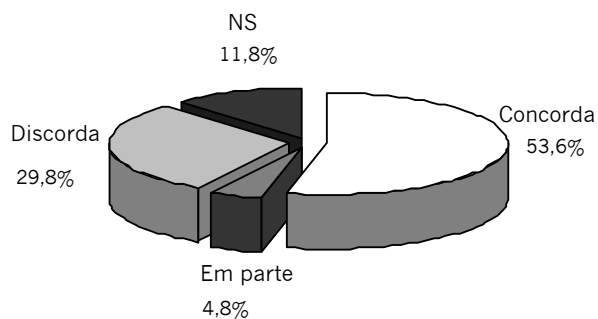
Indiferente, porque:	Total %
Em parte, porque há pontos positivos e negativos	1,6
NSA/NS	13,3
Total	100 (690)

Fonte: IDESP 5

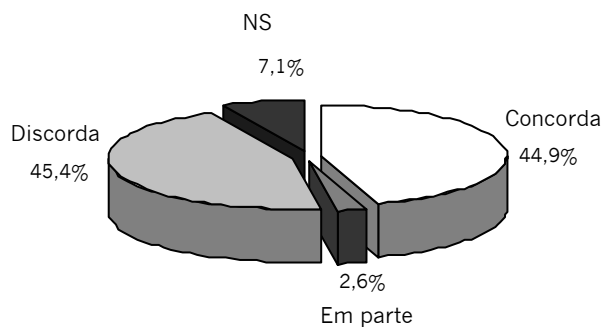
Pergunta: Atualmente existe uma lei que facilita a criação de novos partidos. Até agora foram criados 25 novos partidos. Em sua opinião, essa foi uma boa medida ou não? Por quê?

Coligações partidárias e partido único 1989

“Só uma aliança entre todos os partidos políticos pode resolver os problemas do Brasil”



“O país seria bem melhor se só existisse um partido político”

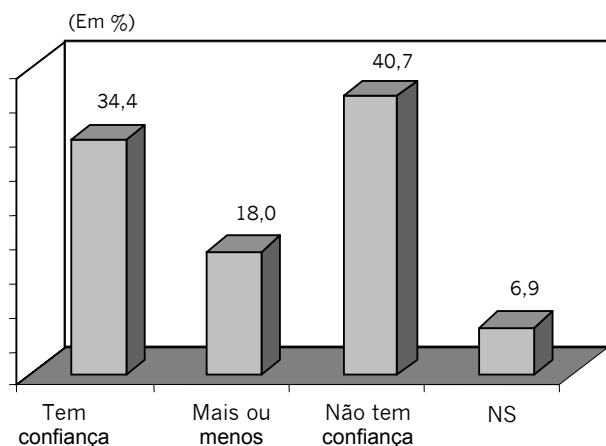


Fonte: Datafolha 2

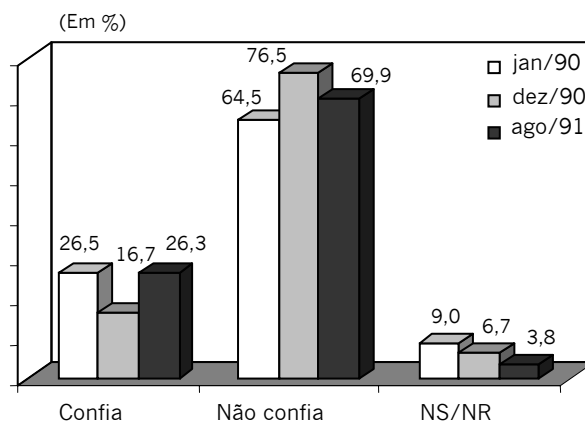
Pergunta: Gostaria que você me dissesse se concorda ou discorda.

Confiança nos partidos políticos

1989



1990-1991



Fonte: Datafolha 4

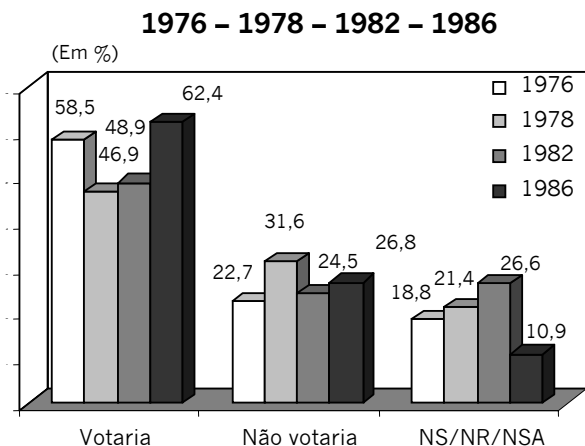
Pergunta: Você tem ou não confiança nos partidos políticos?

Fonte: IBOPE 1, 3 e 5

Pergunta: Agora eu vou ler o nome de alguns órgãos, instituições (e pessoas) e gostaria que o(a) sr(a) me dissesse se, de uma maneira geral, confia ou não confia em cada um deles:

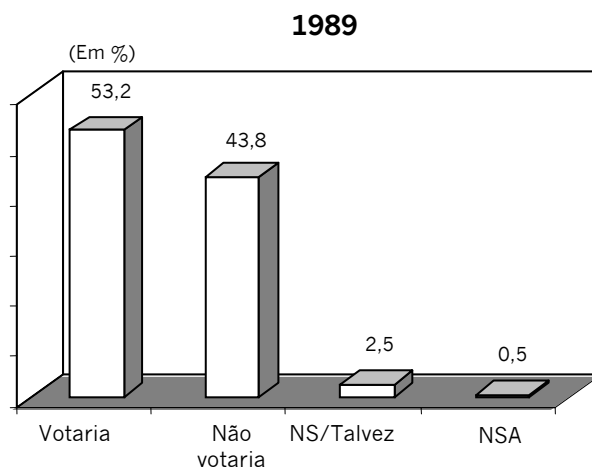
4. Sistema eleitoral e participação política

Sobre o voto obrigatório



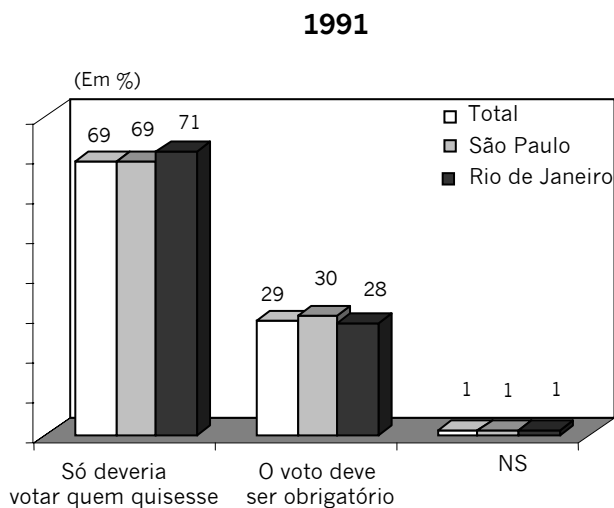
Fonte: IDESP 2, 3, 4 e 6

Pergunta: O sr. votaria mesmo se o voto não fosse obrigatório, ou vai votar só para cumprir a exigência?



Fonte: Datafolha 1

Pergunta: Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas eleições de 15 de novembro próximo?



Fonte: IDESP - Datafolha 1

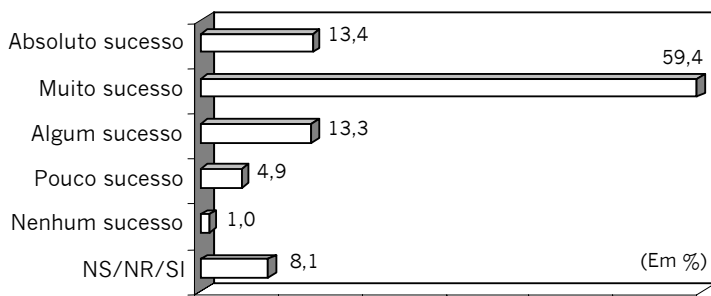
Pergunta: Na sua opinião, o voto deve ser obrigatório ou só deveria votar quem quisesse?

I. Políticas sociais

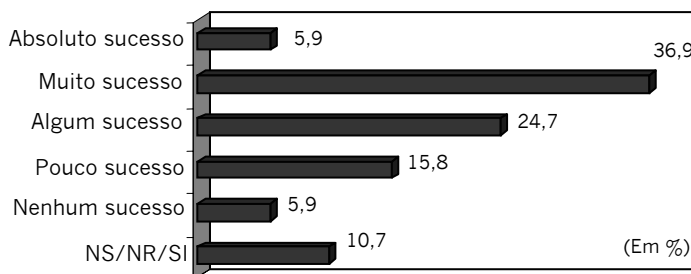
1. Serviços básicos e condições de vida

Avaliação da capacidade do governo
1972

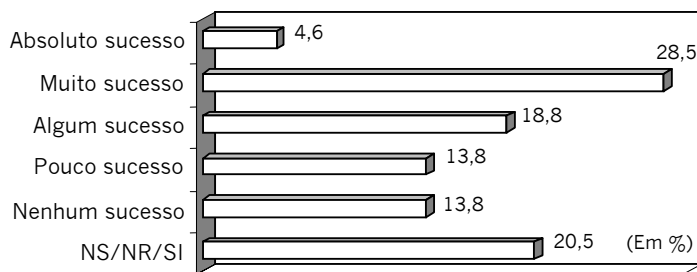
Para reduzir o número de
analfabetos adultos



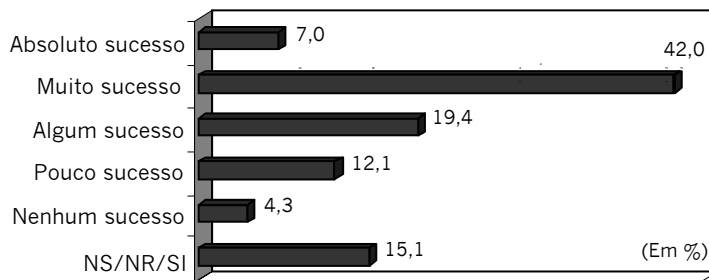
Melhorar assistência médica e
previdência social aos trabalhadores



Oferecer casa própria baixo custo
para toda a população



Aumentar o número de vagas nas
escolas e universidades



Fonte: UNIVERSITY OF MICHIGAN/ IUPERJ

Pergunta: Desde 1964, o governo vem tentando realizar uma série de objetivos. O sr. acha que o governo foi bem sucedido, ou não?

Do autoritarismo à democratização: 10 anos de avaliação no município de São Paulo

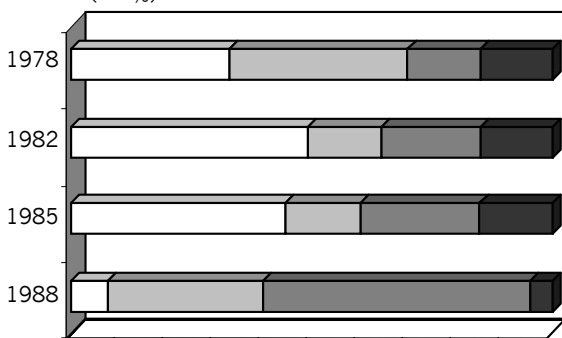
1978 - 1982 - 1985 - 1986 - 1988

Solução de problemas pelo governo:

□ Sim □ Mais ou menos □ Não ■ NS/NR/SI

Escola primária

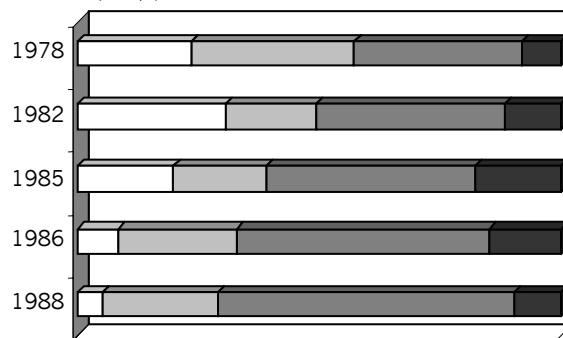
(Em %)



	1978	1982	1985	1988
Sim	32,7	49,0	44,5	7,4
Mais ou menos	37,2	15,4	15,5	32,4
Não	15,3	20,7	24,9	55,6
NS/NR/SI	14,7	14,8	15,0	4,5

Atendimento médico através do INPS

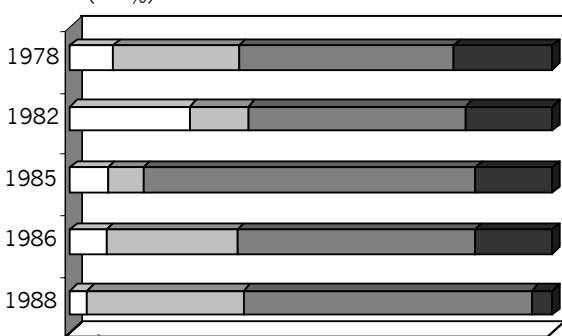
(Em %)



	1978	1982	1985	1986	1988
Sim	23,6	30,6	19,9	8,4	5,2
Mais ou menos	33,6	18,8	19,3	24,5	23,8
Não	34,5	39,0	43,2	52,2	61,2
NS/NR/SI	8,2	11,6	17,7	14,8	9,8

Casa própria através do BNH

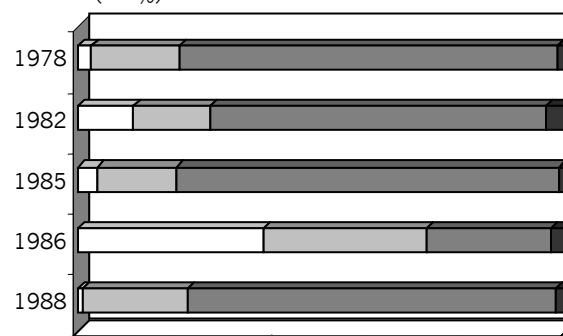
(Em %)



	1978	1982	1985	1986	1988
Sim	9,0	24,7	7,8	7,5	3,5
Mais ou menos	26,0	12,3	7,4	27,2	32,4
Não	44,5	44,9	68,8	49,2	59,7
NS/NR/SI	20,4	18,1	16,0	16,1	4,4

Custo de vida

(Em %)

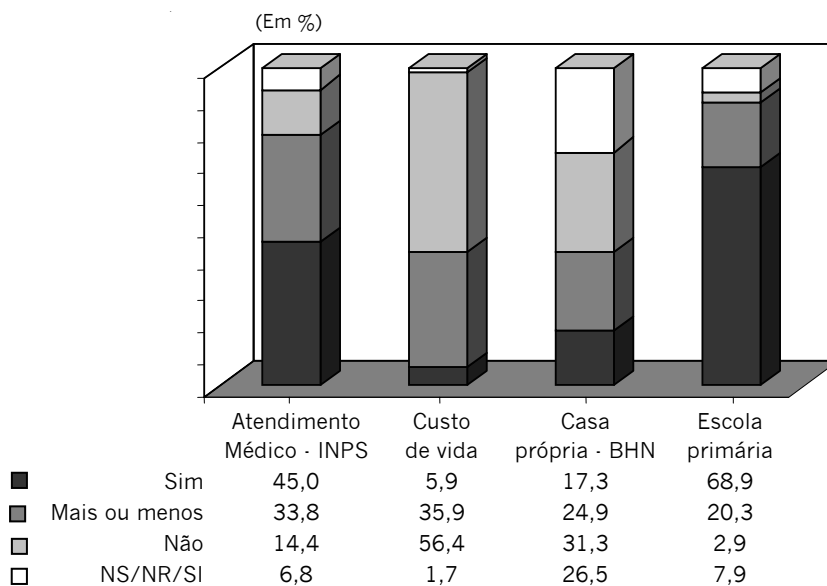


	1978	1982	1985	1986	1988
Sim	2,9	11,5	4,2	26,6	1,2
Mais ou menos	17,9	15,7	16,1	53,3	21,4
Não	77,3	68,7	78,3	17,7	75,3
NS/NR/SI	1,9	4,1	1,5	2,2	2,1

Fonte: IDESP 3, 4, 5, 6 e 8

Pergunta: De uma maneira geral, o sr.(a) acha que o governo está conseguindo resolver satisfatoriamente o problema: - escola primária; atendimento médico através do INPS; casa própria através do BHN; custo de vida.

1976 – Avaliação do interior paulista: Presidente Prudente



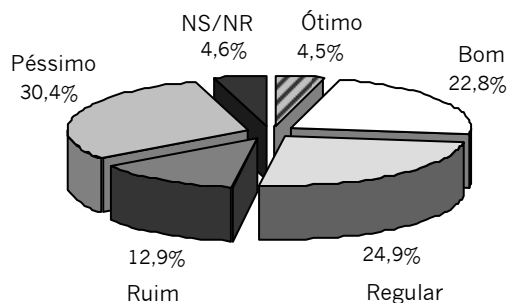
Fonte: IDESP 2

Pergunta: De uma maneira geral, o sr(a). acha que o governo está resolvendo o problema do: atendimento médico; custo de vida; casa própria-BNH; escola primária.

Avaliações globais

1989

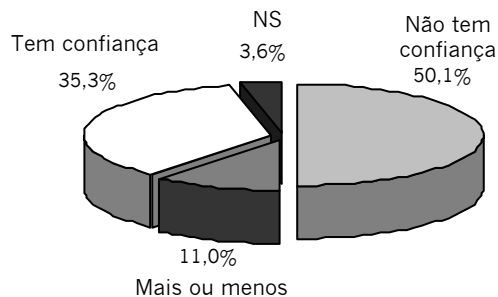
Avaliação dos INAMPS/INPS



Fonte: Datafolha 2

Pergunta: De modo geral, você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo – o INAMPS/INPS

Grau de confiança no INAMPS/INPS

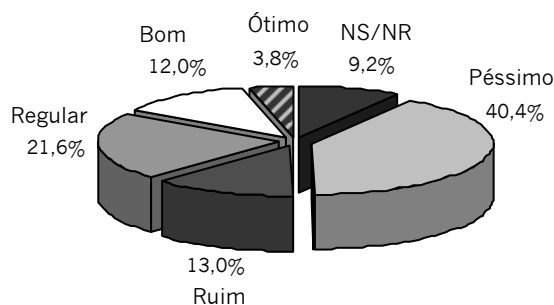


Fonte: Datafolha 2

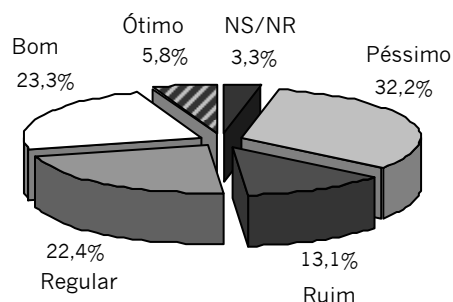
Pergunta: Você tem confiança no INAMPS/INPS?

1989

Avaliação do sistema financeiro da habitação



Avaliação das escolas públicas



Fonte: Datafolha 2

Pergunta: De um modo geral você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo: o sistema financeiro de habitação; as escolas públicas.

Problemas mais graves do Brasil – 1990 - 1991

	% Respostas Ago/1990	% Respostas Ago/1991
Salário dos trabalhadores	47,8	54,3
Saúde	43,0	36,0
Desemprego	41,2	45,0
Educação e ensino	37,1	29,7
Inflação	25,4	26,3
Controle de preços	20,9	18,4
Combate à corrupção	15,5	11,6
Situação dos aposentados	14,9	20,1
Segurança pública	-	14,6
Habitação	13,3	10,3
Abastecimento de alimentos	10,5	9,6
Defesa do meio ambiente	9,2	5,0
Transportes	6,7	4,6
Diferenças sociais	-	4,5
Nenhuma delas	0,5	0,3
NS/NR	2,4	1,4

Fonte: IBOPE 2 e 5

Pergunta: Aqui está uma lista de áreas em que as pessoas acham que o Brasil vem enfrentando problemas de maior ou menor gravidade. Por favor, diga-me quais as três áreas em que o(a) sr.(a) acha que o Brasil vem enfrentando problemas mais graves.

Condições de vida 1990

Moradia/ habitação

% Respostas

Preço dos aluguéis	53,5
Falta de casa populares	43,6
Reajuste dos aluguéis e prestações acima do salário	41,2
Preço da prestação da casa própria	26,9
Falta de terrenos para construir casa própria	24,3
Nenhum desses	0,4
NS/NR	3,6
NSA	6,4
Total (N=3560)	

Educação

% Respostas

Falta de escolas públicas	46,2
Salário baixo dos professores	43,9
Baixa qualidade do ensino público	34,2
Preços das escolas particulares	24,9
Falta de professores	24,7
Dificuldade de acesso à universidade	13,3
Nenhum desses	0,6
NS/NR	4,5
NSA	7,8
Total (N= 3560)	

Saúde

% Respostas

Mau atendimento nos postos e hospitais que já existem	49,8
Preço dos remédios	44,9
Falta de hospitais	29,8
Falta de médicos nos postos e hospitais que já existem	34,2
Falta de postos de saúde	18,8

Má qualidade dos médicos do serviço público	15,2
Nenhum desses	0,3
NS/NR	1,9
NSA	5,0
Total (N= 3650)	

Fonte: IBOPE 1

Pergunta: No que diz respeito à moradia/ habitação, quais são, na sua opinião, os dois maiores problemas? E quanto à educação? E quanto à saúde?

2. Serviços básicos: avaliação da oferta e qualidade

1976 – Interior paulista: Presidente Prudente

Serviço N= 863	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	54,7	30,4	3,4	11,0	0,5
Serviço de esgoto	39,2	21,9	5,3	33,0	0,5
Iluminação de ruas	29,9	40,7	21,3	7,6	0,4
Conservação de ruas	21,3	39,5	32,1	6,7	0,3
Serviço de limpeza	27,1	33,8	18,8	19,7	0,5
Atendimento da escola primária	53,5	29,7	2,0	2,3	12,5
Transporte coletivo	51,4	30,5	5,0	8,3	4,7
Atendimento médico	31,3	22,8	5,6	36,2	4,1

Fonte: IDESP 2

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

Município de São Paulo

1978

Serviço N= 831	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	55,8	33,0	5,8	4,7	0,7
Serviço de esgoto	39,5	26,1	4,9	17,8	1,7
Iluminação de ruas	45,7	31,5	11,0	11,2	,6
Conservação de ruas	28,6	37,2	27,2	6,4	0,6
Serviço de limpeza	42,7	37,8	14,4	4,2	0,8
Atendimento da escola primária	37,7	31,6	7,2	1,3	22,1
Transporte coletivo	31,3	36,5	26,2	1,0	5,1
Atendimento médico	25,2	30,9	14,1	2,2	7,7
Policiamento	23,2	40,2	23,8	5,8	7,0

Fonte: IDESP 3

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

1982

Serviço N= 677	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	87.4	7.2	2.2	2.7	0.3
Serviço de esgoto	56.1	9.6	10.3	23.0	0.8
Iluminação de ruas	77.1	12.7	5.2	4.4	0.5
Conservação de ruas	45.3	19.5	25.8	8.7	0.5
Serviço de limpeza	61.6	17.4	13.3	6.8	0.8
Transporte coletivo	61.0	17.4	16.2	3.1	2.1
Policiamento	35.9	26.4	24.2	11.2	2.1
Lugares de diversão lazer	19.2	9.0	18.2	49.2	4.3
Abastecimento	75.6	13.6	6.5	3.1	1.1
Atendimento médico	44.5	12.6	13.1	20.2	9.6

Fonte: IDESP 4

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

1985

Serviço N= 690	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR %
Fornecimento de água	87,4	7,5	3,0	1,6	0,4
Rede de esgoto	63,2	6,5	11,6	17,5	1,2
Iluminação de ruas	80,7	10,7	6,5	1,6	0,4
Conservação de ruas	47,2	22,6	25,1	3,9	1,1
Serviço de limpeza	66,4	14,9	14,9	3,0	0,7
Transporte coletivo	52,9	18,3	24,9	0,3	3,6
Policiamento	28,6	19,9	35,1	11,6	4,9
Lugares de diversão/lazer	13,5	10,6	22,8	44,6	8,6
Abastecimento	70,4	15,4	10,6	2,3	1,3
Atendimento médico	34,9	12,0	19,3	12,0	21,7

Fonte: IDESP 5

Pergunta: Qual é a sua opinião sobre os serviços fornecidos aqui no seu bairro?

1988

Serviço N= 660	Bom %	Regular %	Ruim %	Não há %	NS/NR/SI %
Fornecimento de água	85,3	10,0	4,4	0,2	0,2
Rede de esgoto	66,1	8,6	6,1	17,6	1,7
Iluminação de ruas	82,3	11,8	5,2	0,3	0,5
Conservação de ruas	54,4	24,4	17,9	2,3	1,1
Serviço de limpeza	75,0	15,5	7,3	2,1	0,2
Transporte coletivo	53,3	19,4	23,2	-	4,1
Policiamento	34,4	32,0	20,8	9,4	3,5
Lugares de diversão/lazer	16,2	16,4	16,1	43,8	7,6
Abastecimento	68,6	18,5	7,4	3,6	1,8
Atendimento médico	37,6	22,7	19,7	8,8	11,2

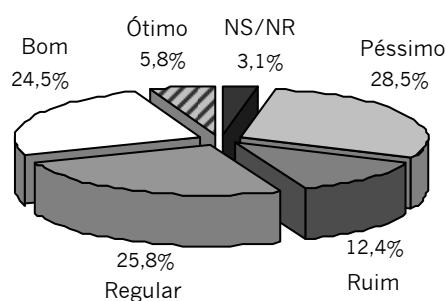
Fonte: IDESP 8

Pergunta: Qual a sua opinião sobre os serviços oferecidos aqui no bairro?

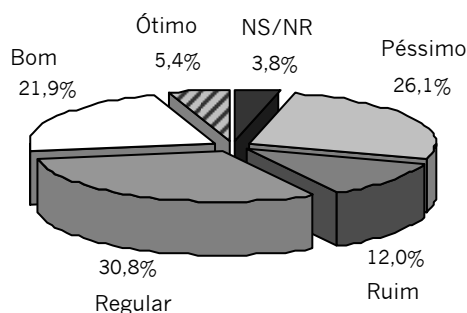
Brasil

1989

Avaliação dos centros de saúde



Avaliação da polícia

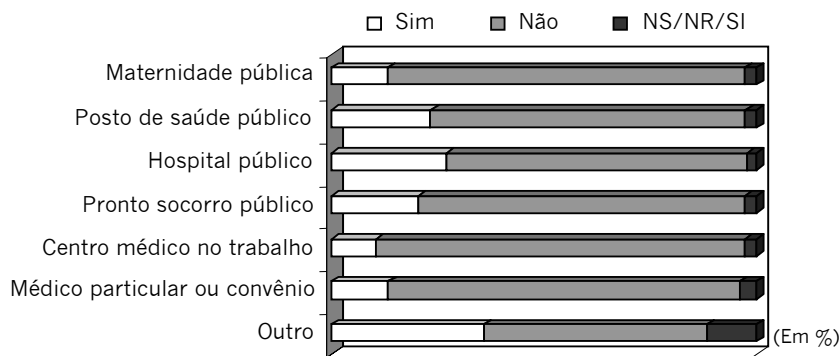


Fonte: Datafolha 2

Pergunta: de um modo geral você acha que é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo: os centros de saúde; a polícia.

3. Políticas sociais: setor público X setor privado

1972 Assistência médica pública X privada



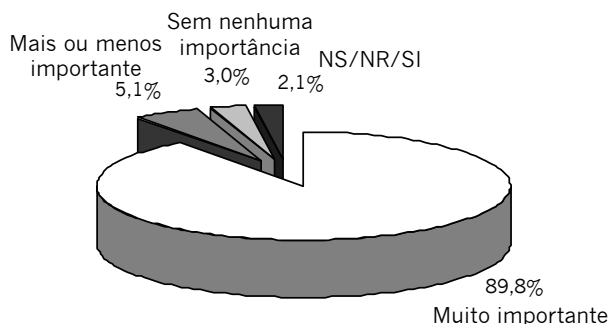
Tipo de assistência médica	Sim %	Não %	NS/NR/SI %
Maternidade pública	13,1	83,9	3,0
Posto de saúde público	23,5	74,0	2,5
Hospital público	26,9	71,0	2,1
Pronto socorro público	20,5	76,9	2,6
Centro médico no trabalho	10,5	86,9	2,7
Médico particular ou convênio	56,8	41,3	1,9
Outro	36,0	52,4	11,6

Fonte: University of Michigan/ IUPERJ

Pergunta: Onde o sr. vai quando o sr. ou sua família precisa de assistência médica?

1978

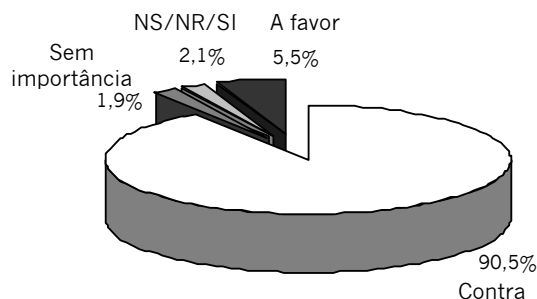
Sobre a importância de discutir o ensino gratuito



Fonte: IDESP 3

Pergunta: Agora eu vou ler uma lista de problemas que estão sendo discutidos na campanha por muitos candidatos. (É claro que os candidatos não tem todos a mesma opinião sobre cada problema). Primeiro eu gostaria que o sr. me dissesse se acha esse(s) problemas(s) muito importante, mais ou menos importante(s), ou sem nenhuma importância. – “Acabar com o ensino gratuito nos colégios e universidades, deixar como está ou aumentar mais ainda o ensino gratuito e colégios e universidades”.

Opinião sobre o fim do ensino gratuito



Fonte: IDESP 3

Pergunta: Como o sr. sabe, cada pessoa tem motivos diferentes para escolher um candidato quando vai votar, no seu caso pessoal, o sr. seria a favor ou contra um candidato que quisesse acabar com o ensino gratuito nos colégios e universidades ou isto não teria muita importância na escolha?

1989

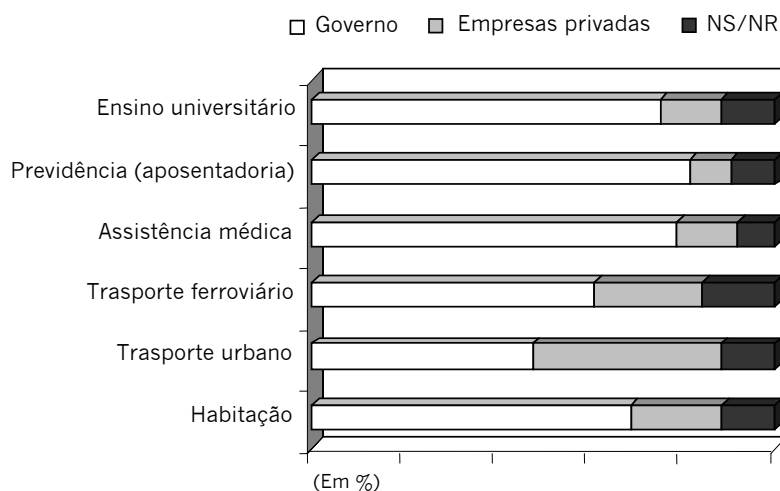
Seria melhor para o Brasil:	TOTAL %
Que o governo deixe as empresas particulares dirigirem tudo na economia, inclusive serviços básicos, como educação, saúde e habitação	13,9
Que o governo dirija apenas esses serviços básicos, deixando o resto para empresas particulares	23,9
Que o governo dirija tudo na economia, os serviços básicos, o comércio exterior, as indústrias pesadas, etc.	43,1
Outras respostas	5,1
NS/SI	13,9
Total	100 (2077)

Fonte: Datafolha 2

Pergunta: Na sua opinião, o que seria melhor para o Brasil.

As responsabilidades por cada serviço

1991



Fonte: IBOPE 4

Pergunta: Agora, para cada serviço que eu mencionar, diga-me se a responsabilidade principal de prestar este serviço deve ser do governo ou de empresas particulares? E de qual maneira o(a) sr.(a) acha que... (o governo ou empresas particulares) deve prestar este serviço?

E como os serviços públicos e privados devem ser prestados

O governo deve prestar o serviço...

As empresas devem prestar o serviço...

A – Usando dinheiro de impostos

A – Mas recebendo ajuda financeira do governo

B – Sem cobrar dos mais pobres e cobrando dos mais ricos

B – Mas com preços controlados pelo governo

C – Cobrando normalmente de todos para obter recursos

C – Cobrando normalmente

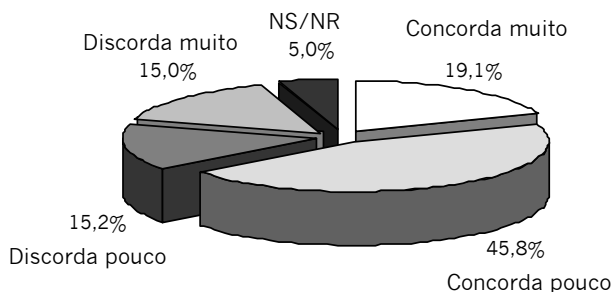
	Ensino universitário		Previdência/aposentadoria		Assistência médica		Transporte urbano		Transporte ferroviário		Habitação	
	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%	%
O Governo	75,2	A- 25,6 B- 36,1 C- 13,5	81,6	A- 29,5 B- 32,3 C- 19,8	78,9	A- 27,2 B- 34,1 C- 3,0	47,6	A- 12,8 B- 16,6 C- 18,2	61	A- 97,2 B- 18,8 C- 25,0	6,8	A- 22,1 B- 28,6 C- 18,1
Empresas privadas	13,1	A- 4,4 B- 5,0 C- 3,7	8,8	A- 3,3 B- 3,0 C- 2,5	13	A- 5,1 B- 4,9 C- 3,0	40,8	A- 9,0 B- 18,3 C- 13,5	23,3	A- 5,4 B- 10,0 C- 7,9	19,6	A- 6,0 B- 7,9 C- 5,7
NS/NR	11,7		9,6		8,2		11,6		15,7		11,5	

Fonte: IBOPE 4

Pergunta: Agora, para cada serviço que eu mencionar, diga-me, se a responsabilidade principal de prestar este serviço deve ser do governo ou de empresas particulares? E de qual maneira o(a) sr.(a) acha que... (o governo ou empresas particulares) deve prestar este serviço?

1988

“Com a nova constituição feita pelo congresso, a situação do país vai melhorar”



Fonte: IDESP 8

Pergunta: O sr. concorda ou discorda da(s) seguintes frase(s)?

Ficha Técnica

Nº	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IPOM – Instituto de Pesquisas de Opinião e Mercado				
	1962	1400 entrevistas	Eleitores residentes nas regiões nordeste (Pernambuco, Paraíba, Bahia); centro-leste (Guanabara, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e sul (São Paulo e Rio Grande do Sul).	Amostra estratificada em estágios múltiplos, segundo número de eleitores de cada área geográfica e por número de eleitores dos municípios.
University of Michigan/ IUPERJ *				
	1972	1314 entrevistas	População com 18 anos e mais, residente do Sudeste do Brasil (Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara).	Seleção probabilística em estágios múltiplos: 1º, estado; 2º, município; e 3º, moradores, dentro de setores censitários.
IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo				
1	1974	920 entrevistas	População residente no município de São Paulo.	Amostra probabilística em três estágios: 1º, setor censitário; 2º, o domicílio; e, 3º, o entrevistado.
2	1976	863 entrevistas	População residente no município de Presidente Prudente – SP.	
3	1978	831 entrevistas	População residente no município de São Paulo com mais de 18 anos.	
4	Outubro a novembro de 1982	677 entrevistas		
5	1985	690 entrevistas		
6	Outubro a novembro de 1986	573 entrevistas e amostra expandida para 2561 casos		
7	Junho e julho de 1987	444 entrevistas e amostra expandida para 2550 casos		
8	Outubro a dezembro de 1988	660 entrevistas		
Datafolha				
1	19 e 20 de agosto de 1989	5079 entrevistas	População brasileira urbana e rural acima de 16 anos.	Amostragem por cotas de sexo e idade, estratificada por região e nível sócio-econômico, com sorteio aleatório dos domicílios (entrevistas domiciliares).
2	3 de setembro de 1989	5350 entrevistas		
3	7 e 8 de outubro de 1989	5250 entrevistas		
4	12 e 13 de dezembro de 1989	6592 entrevistas		Amostragem por cotas de sexo e idade, estratificadas por região e nível sócio-econômico, com sorteio aleatório dos entrevistados em ponto de fluxo populacional.
IDESP - Datafolha				
	Agosto de 1991	São Paulo: 632 entrevistas Rio de Janeiro: 398 entrevistas	População acima de 16 anos, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro.	Amostragem por cotas de sexo e idade, estratificadas por região e nível sócio-econômico com sorteio aleatório do entrevistado.

* Cohen, Youssef, Philip E. Converse, Amaury G. De Souza, and Peter J. McDonough. Representation and Development in Brazil, 1972 – 1973 (machine-readable data file). Conducted by the Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro and the Institute for Social Research, The University of Michigan : 2nd ICPSR Ed. Ann Arbor, Mich.: Inter-University Consortium for Political and Social Research. 1980. 1 data file (1,666 logical records) – codebook (478p.).

Ficha Técnica

Nº	Data	Tamanho da amostra (nº de entrevistas)	Universo	Tipo de amostra
IBOPE				
1	Janeiro de 1990	3650 entrevistas	Eleitores e jovens com 16 e 17 anos (mesmo sem título) do Brasil – urbano e rural	Estratificada com alocação proporcional ao número de eleitores em cada estrato (Estado), onde são selecionadas amostras probabilísticas de conglomerados em três estágios. No último estágio de seleção são utilizadas quotas proporcionais segundo variáveis sociais e demográficas. As entrevistas são domiciliares e individuais.
2	Agosto de 1990	3643 entrevistas	Eleitores do Brasil	
3	Dezembro de 1990	3650 entrevistas		
4	Março de 1991			
5	Agosto de 1991			

Representação política e democracia

Jose Álvaro Moises

Depto. de Ciência Política a - USP
Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais
e Política Comparada - USP

Gustavo Venturi

Diretor de Operações do Instituto de Pesquisas Datafolha

Resumo

O artigo analisa a frágil relação existente entre o apoio à democracia e as instituições democráticas no Brasil. Os dados são de surveys realizados entre 1989 e 1993 no país.

Abstract

The article analyses the fragile relationship between the support for democracy and the democratic institutions. The data come from surveys conducted between 1989 and 1993 in Brazil.

Ao nos debruçarmos sobre o reconhecimento por parte da opinião pública, da importância das instituições e agentes de representação e intermediação política para o processo de consolidação da democracia no Brasil, defrontamo-nos com um aparente paradoxo: ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional é valorizado e defendido como instituição, os parlamentares e os partidos políticos que o encarnam gozam de baixíssimo prestígio entre a opinião pública.

Por um lado, a maioria do eleitorado brasileiro (62%) considera a Câmara Federal e o Senado indispensáveis ao país (29% acham que passaríamos bem sem eles) e se opõem a que o Executivo tenha tanto o direito de fechar o Congresso (66%), como de proibir a existência de algum partido político (68%).

Por outro lado, atribui-se aos parlamentares antes a representação de outros interesses (83%) que dos interesses da população (9%); os partidos são vistos mais como defensores dos interesses dos próprios políticos (63%) e como um empecilho para a participação dos cidadãos na vida pública (46%), do que como representantes de grupos sociais diferentes (26%) e canais efetivos de participação (39%).

Respondendo ao que seria o perfil ideal do presidente da República a ser eleito em 1994, ao mesmo tempo em que manifesta preferência por um candidato que não dê importância aos partidos (55%, contra 35% que preferem candidato com identificação partidária), a maioria do eleitorado acha que os presidencialistas devem buscar o apoio de outros partidos na eleição (64%), antes do que disputarem apoiados por um só partido (24%), e que o eleito deve governar ouvindo o Congresso (60%), antes do que ser um homem forte, que governe sozinho (35%).

Finalmente, acredita-se mais que os partidos só servem para dividir as pessoas (51%) do que se admite que são indispensáveis à democracia (36%), estando a opinião pública extremamente polarizada entre o reconhecimento da importância do pluralismo partidário (47%) e a adesão à tese de que o país seria melhor se existisse um único partido (46%).

Diante destes dados, aferidos em dois *surveys* nacionais em março e abril de 1993¹, surgem três questões básicas: esse "paradoxo" entre a valorização dos partidos e dos políticos é um fenômeno recente? Como interpretá-lo? Quais são suas implicações para a vigência do regime democrático do país?

¹ O primeiro foi feito em 27 e 28 de março, fruto de convênio USP/Cedec/Datafolha; o segundo foi feito pelo Datafolha, em 14 de abril, por solicitação da Folha de São Paulo. Ambos entrevistaram 2500 eleitores em 121 municípios de todos os estados (com exceção de Roraima e Amapá) e Distrito Federal estratificados por nível sócio-econômico, região geográfica, sexo e idade.

Considerando-se levantamentos anteriores², observa-se que pequenas variações à parte – prováveis frutos de flutuações estatísticas previsíveis –, as tendências acima eram já observadas pelo menos desde setembro de 1989, quando às vésperas do primeiro turno da primeira eleição presidencial após o regime militar, investigou-se pela primeira vez a maior parte dessas questões. Assim é que, já à época, entre outros exemplos a maioria do eleitorado opunha-se a que o Executivo deva ter o direito de fechar o Congresso Nacional (68% a 20%) ou de proibir a existência de algum partido político (69% a 23%), ao mesmo tempo em que já era majoritária a convicção de que os partidos representam primordialmente os interesses dos próprios políticos (51%) e que dividiam-se as opiniões em relação aos benefícios do partido único (44%), em contraposição ao pluripartidarismo (47%).

O fato dessas tendências terem permanecido inalteradas nos últimos quatro anos indica que não estamos diante de um fenômeno recente – e isto é da maior relevância, se considerarmos o potencial destrutivo que a frustração decorrente do fracasso ético e político do primeiro governo pós transição poderia ter exercido sobre as convicções democráticas do eleitorado. De fato, se no período do governo Collor não houve mudança na imagem negativa de que gozam os agentes políticos, não perdeu fôlego tão pouco a adesão aos princípios democráticos de defesa da soberania do Congresso e de liberdade de organização partidária.

Mas como interpretar a existência – e sobrevivência – dessa visão dicotômica entre instituições de repreensão com vocação benigna dominadas por agentes malignos? Aparentemente até o momento a população tem distinguido entre o valor que atribui às instituições em si mesmas e a avaliação negativa que faz do desempenho dessas instituições. E como indica uma abordagem mais ampla sobre a questão da cultura política no Brasil e uma análise mais detalhada sobre as evidências empíricas existentes³, esse fenômeno é parte de outro mais abrangente: cultivada nas mobilizações anti-autoritárias e apresentada como antídoto ao fracasso sócio-econômico dos governos militares, a democracia goza hoje no Brasil de uma espécie de reserva preliminar de legitimidade, ainda não afetada pelos exemplos de fisiologia e improbidade e que continuaram caracterizando a atuação de muitos políticos e partidos, nem pela ineficácia do Congresso, da Justiça e do Executivo Federal, em atenderem às aspirações de bem estar e justiça social, partilhadas pela maioria da população.

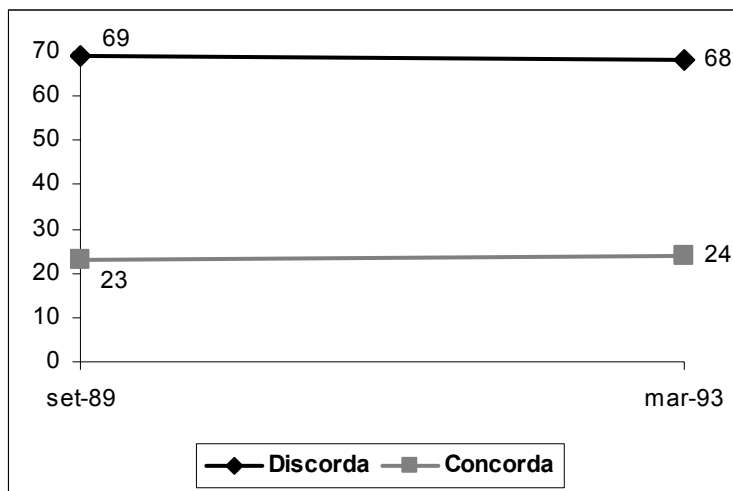
² Outros três *surveys* foram realizados pelo convênio USP/Cedec/Datafolha, em setembro e dezembro de 1989 e em março de 1990, para estudo da cultura política no Brasil.

³ Moisés, J. Álvaro, texto apresentado à Reunião Anual APSA (American Political Science Association), Chicago, USA, em setembro de 1992.

Qual é a profundidade dessa reserva de legitimidade da democracia, isto é, até quando ela evitará a adesão majoritária a "novas soluções" de cunho autoritário não é possível prever. Se os dados empíricos indicam não haver no curto prazo uma relação direta entre o mau desempenho dos governos e o desprestígio da democracia mantendo-se inalteradas as tendências de adesão aos princípios normativos democráticos –, a permanência prolongada ao agravamento dos críticos problemas sociais e econômicos com que têm se defrontado no dia-a-dia a maior parte dos brasileiros tende a deslegitimar a alternativa democrática, alimentando tanto a assunção de posturas abertamente autoritárias como a perigosa indiferença e o ceticismo de vastos segmentos sociais.

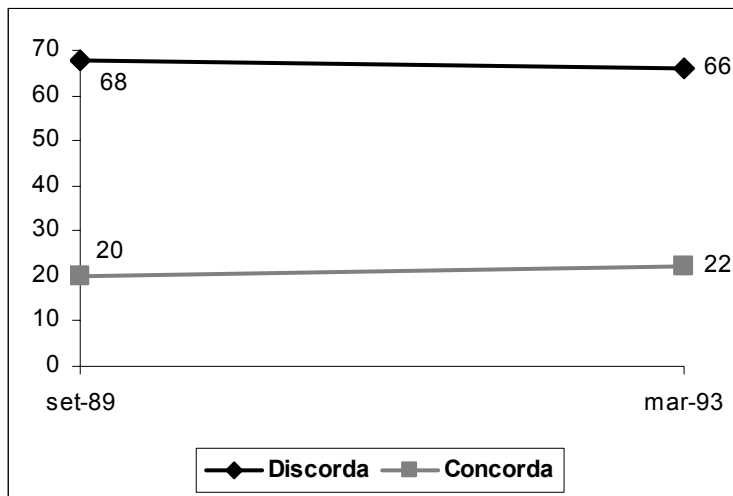
Em suma, se a "fujimorização" ou outras aventuras semelhantes não estão ao alcance de nossas vistas, a permanência ou aprofundamento da ampla crise em vigor, pode, inesperadamente, formar nuvens carregadas no horizonte. Urge que as lideranças e o conjunto dos agentes políticos comprometidos com o regime democrático entre em sintonia com as expectativas criadas pelo processo de democratização. Antes que chova.

Gráfico 1
“O governo brasileiro deve ter o direito de proibir a existência de algum partido político”
(Evolução, em %)



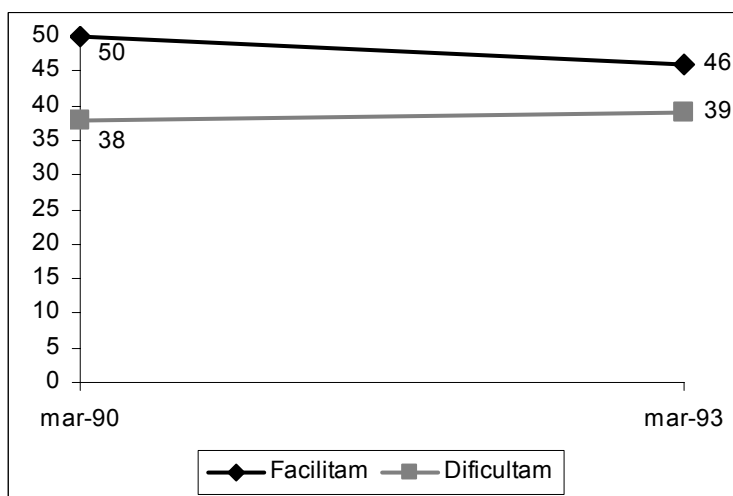
Fonte: Datafolha

Gráfico 2
“O governo brasileiro deve ter o direito de fechar o Congresso Nacional”
(Evolução, em %)



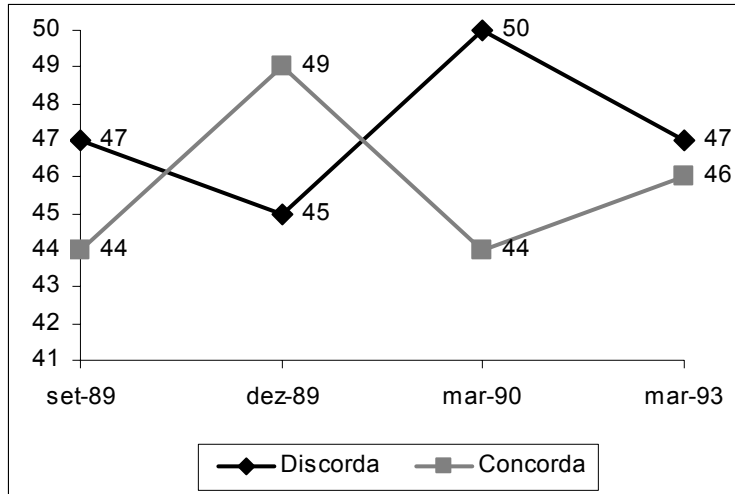
Fonte: Datafolha

Gráfico 3
“Os partidos facilitam ou dificultam a participação da população na vida pública?”
(evolução, em %)



Fonte: Datafolha

Gráfico 4
"O Brasil seria bem melhor se só existisse um partido político"
(evolução, em %)



Fonte: Datafolha

